



**1º SEMINÁRIO  
OCUPAÇÃO FEMINISTA  
E ANTIRRACISTA  
DOS ESPAÇOS DE PODER:  
CASAS LEGISLATIVAS**

Registro da conferência  
de abertura e das mesas redondas

Organização: Marina Alves Amorim

**Governador do estado de Minas Gerais**

Romeu Zema Neto

**Secretária de Estado de Planejamento e Gestão**

Luísa Cardoso Barreto

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)**

**Presidente**

Helger Marra Lopes

**Vice-Presidente**

Mônica Moreira Esteves Bernardi

**Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG)**

Laura Angélica Moreira Silva

**Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (Egedi)**

Marina Alves Amorim

**Coordenação de Editoração**

Ana Paula da Silva

**1º SEMINÁRIO  
OCUPAÇÃO FEMINISTA  
E ANTIRRACISTA  
DOS ESPAÇOS DE PODER:  
CASAS LEGISLATIVAS**

Registro da conferência  
de abertura e das mesas redondas

Organização: Marina Alves Amorim

**Fundação João Pinheiro - Belo Horizonte**

© 2023 Fundação João Pinheiro

**Organização**

Marina Alves Amorim

**Gravação**

Gabriel Tamietti

**Transcrição**

Lucas Moreira Barreira

**Preparação dos textos para publicação**

Cláudia Beatriz M. M.de Lima Nicácio

Cláudia Torres Lopes

Julye Beserra

Marina Alves Amorim

Raquel de Mattos Viana

**Revisão ortográfica e gramatical**

Deysiane Marques Franco Vieira

**Normalização**

Ana Paula da Silva

**Projeto gráfico e diagramação**

Carolina Lentz - Gíria Design e Comunicação

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte. Esta obra foi financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

**Fundação João Pinheiro**

Alameda das Acácias, 70 – São Luiz

CEP: 31275-150 – Belo Horizonte / MG

Fone: 31 3448.9701 - www.fjp.mg.gpv.br

e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

Seminário Ocupação Feminista e Antirracista dos Espaços de Poder  
(1. : 2023 : Belo Horizonte, MG)  
1º seminário ocupação feminista e antirracista dos espaços de poder [recurso eletrônico] : casas legislativas : registro da conferência de abertura e das mesas redondas / organizado por Marina Alves Amorim. – Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 2024.

Várias autoras.  
Texto em português e inglês.  
Formato: PDF.  
ISBN 978-65-88757-22-2

1. Feminismo. 2. Antirracismo. 3. Parlamento. I. Amorim, Marina Alves. II. Título.

CDU 396.9

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula da Silva CRB-6 / 2390

## SUMÁRIO

Apresentação - Marina Alves Amorim <i>Presentation</i>	5 115
Capítulo 1: Política e gênero: mais do que nunca, um problema! - Petra Meier <i>Chapter 1: Politics and gender: more than ever a problem!</i>	9 117
Parte 1: Possibilidades, limites e desafios das mandatas feministas <i>Part 1: Possibilities, limits and challenges of feminists mandates</i>	
Capítulo 2: O olhar de quem viveu - Áurea Carolina de Freitas e Silva <i>Chapter 2: The view from someone who has lived</i>	33 139
Capítulo 3: Minha tarefa é falar sobre a situação das mulheres na política - Manuela d'Ávila <i>Chapter 3: My task is to talk about the situation of women in politics</i>	43 149
Capítulo 4: Mandatos feministas sob a lupa de uma pesquisadora - Bárbara Lopes Campos <i>Chapter 4: Feminist mandates under the magnifying glass of a researcher</i>	51 157
Parte 2: Monitoramento e avaliação de mandatas feministas <i>Part 2: Monitoring and evaluation of feminist mandates</i>	
Capítulo 5: Somos invasoras também no campo acadêmico, quando avaliamos mandatos feministas - Leticia Godinho <i>Chapter 5: We are also invaders in the academic field, when we set out to evaluate feminist mandates</i>	61 167
Capítulo 6: É preciso registrar e avaliar as mandatas - Andréia de Jesus <i>Chapter 6: We need to record and evaluate what feminist and anti-racist women are promoting in Parliament</i>	67 173
Capítulo 7: monitoramento é rotina - Fabiana Pinto <i>Chapter 7: Monitoring is routine</i>	77 183
Parte 3: Violência política de gênero e raça <i>Part 3: Political violence based on gender and race</i>	
Capítulo 8: Considerações iniciais sobre a violência política de gênero e raça - Marlise Matos <i>Chapter 8: Initial considerations on political violence based on gender and race</i>	89 193
Capítulo 9: Desafios, aprendizados e oportunidades da rotina parlamentar feminista e antirracista - Germana Accioly <i>Chapter 9: Challenges, lessons learnt and opportunities of the feminist and anti-racist parliamentary routine</i>	99 201
Capítulo 10: Perspectivas eleitorais da violência política de gênero - Carina Bortolini <i>Chapter 10: Electoral perspectives on gender-based political violence</i>	105 207

## APRESENTAÇÃO

---

Marina Alves Amorim<sup>1</sup>

O Grupo de Pesquisa *Estado, Gênero e Diversidade* (Egedi), da Fundação João Pinheiro (FJP), dedica-se, há alguns anos, a desenvolver pesquisa engajada sobre a ocupação feminista e antirracista dos espaços de poder. O objetivo é compreender, fomentar e apoiar tecnicamente essas experiências.

Inicialmente, o Egedi/FJP se concentrou sobre o poder executivo:

- O Projeto de Pesquisa *Percursos* buscou reconstruir e analisar as trajetórias profissionais de egressos do Curso de Administração Pública (Csap), da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG), da FJP. Ao fazer isso, procurou identificar e compreender as variações por classe, gênero e raça/cor no âmbito da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), do Governo de Minas Gerais, que assegura altos rendimentos econômicos e simbólicos e que congrega egressos do Csap/EG/FJP. Tal projeto foi desenvolvido entre 2016 e 2018 com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).
- Já o Projeto *Mulheres, Negras e Gestoras*, desenvolvido entre 2019 e 2021, com recursos financeiros de emenda parlamentar da deputada estadual de Minas Gerais Andréia de Jesus, objetivou aprofundar os conhecimentos acerca dos caminhos percorridos, com as conquistas e os obstáculos que lhes são próprios, por gestoras negras de/em Minas

6

Gerais, além de registrar as histórias dessas mulheres em uma biografia coletiva. Investigou-se como o investimento em educação se tornou uma realidade possível, e, em combinação com outros fatores, viabilizou a conquista de uma posição profissional de destaque no setor público, a despeito das estruturas machista e racista de poder que imperam no Brasil.

Mais recentemente, o Egedi/FJP tem se voltado também para o poder legislativo. Em 2022, o grupo avaliou a primeira mandata da deputada estadual Andréia de Jesus, parlamentar negra da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), atendendo a uma provocação sua. Foi preciso adaptar a metodologia tradicional de avaliação de mandatos parlamentares para promover a avaliação de um mandato popular, feminista e antirracista. O resultado do trabalho, de acesso restrito até o momento, serviu ao gabinete, alimentando a reflexão sobre a própria prática e o processo de redesenho de rota.

Tal projeto se desdobrou. Com o apoio financeiro da Fapemig, o Egedi/FJP, hoje, desenvolve pesquisa acadêmica com o foco em violência política com recorte de gênero e raça, considerando que ela constitui uma importante barreira à presença de grupos tradicionalmente excluídos da política institucional, entre eles, mulheres e pessoas negras. Trata-se do Projeto *Violência Política de Gênero e Raça*. Seu objetivo é aprofundar a investigação sobre esse fenômeno, com o intuito de dimensioná-lo e caracterizá-lo, mas também de contextualizá-lo, indicar seus impactos sobre os indivíduos e as instituições e analisar a estrutura estatal existente para reagir a essa modalidade de violência.

Além disso, em março de 2023, foi lançado o *Guia de orientação para mulheres (feministas e antirracistas) eleitas para as casas legislativas*. Nos meses subsequentes, mais precisamente em maio e em setembro de 2023, em parceria com o Observatório das Desigualdades da FJP, foram lançados dois podcasts que acompanham o guia já mencionado: *Desassossego #11 e #12 – Mulheres em espaços poder parte 1 e 2*. Essas produções técnicas, disponíveis on-line gratuitamente, buscam antecipar para as eleitas feministas e antirracistas quatro desafios que deverão enfrentar no parlamento, considerando o que foi observado ao longo do desenvolvimento da avaliação da mandata da deputada Andréia de Jesus: a gestão do gabinete, a formação da equipe, a ação política e a violência política. Ao fazer isso, procurou-se desenhar ações possíveis de enfrentamento.

7

Em parceria com a Assessoria em Projetos de Desenvolvimento de Pessoas (APDP), da própria FJP, foi construído, também, um Programa de Lideranças Negras na Gestão (PLN), ora em fase de implementação, com financiamento da Fundação Leman. Seu objetivo é fortalecer o exercício profissional de gestoras e gestores negros, apoiando-os no desenvolvimento de competências de liderança e gestão, para atuarem de forma inovadora e estratégica no setor público, e, assim, ampliarem a sua contribuição para um futuro mais diverso e equitativo, fortalecendo as pautas de diversidade e equidade racial. Gestoras, gestores e lideranças negras que atuam no setor público, dos diferentes entes e esferas de poder, ou pessoas negras que pretendem se desenvolver para estarem aptas a ocupar posições de gestão e de liderança na administração pública, constituem o público-alvo do PLN. Essa iniciativa dialoga com os esforços do Egedi de compreender e promover a ocupação feminista e antirra-

cista dos espaços de poder, seja no executivo, seja no legislativo.

Por fim, realizou-se, no dia 26 de setembro de 2023, o *1º Seminário Ocupação Feminista e Antirracista dos Espaços de Poder – casas legislativas*, com o financiamento da Fapemig e a parceria do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (Nepem), da UFMG. O evento constituiu um dia de reflexão sobre as experiências de legislaturas femininas, feministas e antirracistas no Brasil, suas possibilidades, seus limites, seus desafios, garantindo espaço para se pensar as mandatas coletivas e suas inovações em termos de tecnologias de participação social e radicalização democrática. Ele contou com a presença de convidadas que são pesquisadoras feministas e antirracistas, mas também de mulheres eleitas nas esferas municipal, estadual e federal, e de personagens-chave do chamado terceiro setor.

Este livro é mais um resultado do seminário mencionado anteriormente. As falas inspiradoras das convidadas foram gravadas, transcritas e preparadas para a publicação em português e em inglês, com o intuito de registro, mas também de ampliação do público. Se, presencialmente, contamos com pouco mais de 100 participantes, e a transmissão no canal da FJP no YouTube já conseguiu atingir quase 350 visualizações<sup>2</sup>, este e-book levará para um número ainda maior de pessoas as reflexões apresentadas e tecidas na ocasião do *1º Seminário Ocupação Feminista e Antirracista dos Espaços de Poder – casas legislativas*.

#### NOTAS:

1 Doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutora em letras pela Université Rennes 2 – Université d'Haute Bretagne (UHB). Pesquisadora da Fundação João Pinheiro (FJP).

2 Registro audiovisual do seminário no Canal da FJP no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=kZR73O2WLhI&t=19782s>.

## CAPÍTULO 1: POLÍTICA E GÊNERO: MAIS DO QUE NUNCA UM PROBLEMA!

Petra Meier<sup>1</sup>

**Transcrição:** Lucas Moreira Barreira

**Preparação para publicação:** Juley Beserra e Marina Alves Amorim

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Governo de Minas Gerais, à Fundação João Pinheiro, e à Universidade Federal de Minas Gerais, por me receberem. É um grande prazer. É uma grande honra estar aqui.

Então, queridos colegas, queridos convidados, participantes, queridos amigos, vou falar sobre representação política e gênero. Acho que, hoje, é mais importante do que nunca falar sobre essa temática.

Há uma histórica sub-representação das mulheres na política, e o Brasil é, infelizmente, um ótimo exemplo disso. Há os desafios que as mulheres enfrentam nos partidos políticos. Há o Parlamento, o Governo, a mídia, as mídias sociais. Há o ônus que recai sobre elas de representar todos, exceto os homens. O que quero dizer com isso é que você tem a categoria “normal” de homens brancos, heterossexuais, de classe média e, depois, você tem as mulheres, que precisam trazer consigo toda a diversidade da espécie humana. Há a energia que elas precisam ter para superar as normas, as convenções políticas. Falarei sobre isso especificamente no final da minha apresentação. Há também a crescente gama e quantidade de violência que elas enfrentam, não apenas na política, mas também na política.

Portanto, eu gostaria de abordar três tópicos. Primeiramente, eu gostaria de voltar ao básico: a presença das mulheres na política e porque isso é importante, porque é sempre considerada uma questão política, um argumento e uma argumentação feita na política. Mas há também um bom argumento teórico. Para isso, eu voltarei, em seguida, aos clássicos. Por fim, eu gostaria de falar um pouco sobre essa atual onda antigênero. Mas também poderia chamá-la de crise da democracia, da presença das mulheres na política e os desafios que as mulheres enfrentam – especialmente as mulheres, mas não apenas as mulheres – devido a isso, e o que podemos fazer para melhorar as coisas. Esses são os três tópicos gerais que eu gostaria de abordar com vocês.

Antes de começar, acredito que, no caso brasileiro, vocês estão muito cientes disso. Mas, muitas vezes, eu falo com pessoas que não estão tão cientes de que a mulher é um conceito multidimensional, com múltiplas camadas, no sentido de que não existe uma definição simplista de mulher. Há muitas de nós, assim como há muitos homens, e nunca devemos nos esquecer disso e de que as mulheres têm experiências de vida diferentes. Essas experiências vividas decorrem do seu, eu diria, ser interseccional. Acredito, também, que não devemos nos esquecer disso. Isso é algo que eu realmente quero enfatizar.

Falaremos muito sobre as mulheres hoje, mas não são apenas os atores da política que são mulheres ou as mulheres cis que enfrentam desafios enormes e importantes. Penso em toda a comunidade LGBTQI+. Eu sei, por meio de pesquisas, que muitos homens gays, por exemplo, também enfrentam muitos desafios. Portanto, não devemos nos esquecer disso, embora seja importante falarmos sobre as mulheres, hoje.

Então, por que as mulheres são importantes? Sua presença, o que diz sobre o poder? Por que as mulheres são importantes para a democracia, hoje? Por que a diversidade é importante? Quando pensamos sobre isso, o argumento é muito simples: poderíamos chamar de boa representação.

Quando se fala em representação, é preciso sempre voltar a Hanna Pitkin. Hanna Pitkin era uma acadêmica e escreveu um doutorado. É antiga a sua tese. É de 1972. Eu tinha quatro anos de idade, quando ela escreveu. Não li, obviamente, na época. O conceito de representação é um pouco mais complicado do que isso. Mas Pitkin diz que as três dimensões importantes da representação são: descritiva, substantiva e simbólica.

Agora, se você pensar em representação descritiva, é fácil. Trata-se desse tipo de ideia de que o Parlamento ou o governo local, quero dizer, a assembleia municipal, refletem a sociedade em grande escala. É uma espécie de retrato, em tamanho menor, da sociedade.

Sempre há esse argumento clássico na política, que diz que não se pode responsabilizar alguém por quem ele é apenas pelo que faz. Isso significa que sempre temos de responsabilizar as pessoas na política, em quem votamos, a quem damos nosso voto, para que elas possam nos representar e decidir as coisas que precisamos decidir para que a sociedade funcione. Temos de responsabilizá-las por isso, pelo que fazem, mas não apenas por sua aparência. Isso é verdade, sabe? Por isso que as feministas, as acadêmicas feministas, pensaram em um argumento teórico sobre a importância de ter pessoas parecidas com você.

Uma das primeiras foi Anne Phillips. Ela escreveu um livro maravilhoso, que também foi escrito há muito tempo – mas eu lhes

disse que voltaria aos clássicos. O livro se chama *The Politics of Presence*. Veja, o argumento é realmente muito simples. Ela diz que temos de pensar não apenas em termos de ideias abstratas, como, por exemplo, você pode me representar, se eu gostar de suas ideias. Ela diz que temos de pensar em algo que é o que ela chama de presença. É por isso que ela chama o livro de *The Politics of Presence*. Ela diz que há uma ligação entre ideias e identidade. Hoje em dia, entendemos isso. Quando falamos de interseccionalidade, falamos dessas diferentes experiências vividas por mulheres e homens. Mas, naquela época, isso era um pouco mais abstrato, e ela diz: “Olha, é fácil. As pessoas viveram suas experiências e, na política, elas agirão com base em suas experiências vividas. Antes das eleições, elas podem fazer campanha e podem ter ideias muito boas sobre o que querem fazer quando forem eleitas, mas, depois, quando elas forem eleitas, haverá muitas coisas sobre as quais elas não pensaram antes, e elas precisaram simplesmente agir”.

Pense na Pandemia de Covid-19. Ninguém, durante as campanhas eleitorais, disse que, caso houvesse uma pandemia, faria isso ou aquilo. Ninguém, porque não sabíamos que haveria uma pandemia. Depois, houve a pandemia e esses políticos tiveram que agir. O que eles fizeram naquela época, naquele momento? Naquele momento, eles agiram com base em suas experiências vividas. E a experiência vivida por cada um de vocês é diferente da de outras pessoas. Essa, segundo Phillips, é a razão pela qual precisamos de uma representação descritiva. Precisamos da presença de experiências vividas na política.

Mais tarde, outros construíram um argumento que também sustenta esse ponto: todos esses tipos de necessidades e interes-

ses das mulheres, essas necessidades e interesses dos jovens, essas necessidades e interesses dos pobres, não são simplesmente dados. Quero dizer que você não pode sair pela porta, pelas ruas e pegá-los. Eles são sempre formulados. São sempre, pode-se dizer em termos abstratos, construídos. Portanto, é nessa construção que formulamos um problema. Por que, no passado, falávamos sobre violência contra a mulher? Por que, agora, começamos a falar em violência baseada em gênero? Por que falamos em violência doméstica? Há motivos para escolhermos essas palavras. O problema é o mesmo e o problema é real. Mas, dependendo de onde você vem, você pensa sobre isso de uma maneira diferente. É por isso que a representação descritiva é importante.

Acho que um argumento que pode funcionar bem no caso brasileiro é aquele de um artigo posterior, escrito por Jane Mansbridge, que se chama *Should blacks represent blacks and women represent women?*. Ela é uma acadêmica americana e responde um “sim” provisório. Seus argumentos sobre porque precisamos desse tipo de presença são bons, porque ela disse: Veja, temos grupos que historicamente foram excluídos, foram subordinados, foram dominados politicamente – falando sobre o contexto norte-americano e você pode traduzir isso para muitos outros casos. Como essas pessoas podem confiar no sistema? Como elas podem confiar que outra pessoa, que não teve a mesma experiência de vida dela, pode representá-las decentemente, falar em seu nome e até mesmo pensar qual poderia ser o seu problema? É difícil, você sabe. Portanto, pode haver desconfiança. Em situações de desconfiança, geralmente baseadas em subordinação política e, em alguns casos, na baixa legitimidade do sistema, é importante ter essa presença.

Em seguida, Mansbridge apresentou um argumento que se aproxima daquele de Phillips, e o chamou de interesse não cristalizado. Gosto desse termo porque significa que, às vezes, as definições das necessidades e dos interesses dos grupos ainda não são claras e ainda não estão cristalizadas. Foi o que Phillips disse quando afirmou, por exemplo: “Você se senta no Parlamento e surge um novo tópico sobre o qual você nunca pensou antes, mas precisa ter uma ideia de como vai votar”. Isso significa que esses interesses e necessidades podem se cristalizar, como aconteceu durante a pandemia. Esse também é um motivo pelo qual Jane Mansbridge faz uma observação semelhante à de Phillips: a presença é importante por causa das experiências vividas, porque são as experiências vividas que farão você votar em coisas que não necessariamente prometeu antes.

Desculpe-me. Estou demorando muito. Eu deveria ser mais rápida.

Portanto, é por isso que precisamos de representação descritiva. É por isso que precisamos de mulheres, minorias e grupos discriminados na política, na representação política, para que eles possam falar por si mesmos com base em sua experiência de vida. E ninguém mais deveria ter o direito de falar em seu nome.

Mas a representação substantiva também é importante. Esse é o clássico da representação política. Você pensa, por exemplo, que é muito importante, depois, na próxima eleição, responsabilizar os políticos pelo que eles fizeram. Mas quem irá representar essas necessidades e interesses de diferentes pessoas? As mulheres fazem a diferença? Sim, elas fazem. Todos esses outros acadêmicos argumentaram que a questão é: quem mais pode fazer a diferença? E a outra questão importante é quem deve representar as necessidades e os interesses de quem? Não é tão fácil assim.

Sabe, não se pode esperar que apenas as mulheres representem os interesses e as necessidades das mulheres. E, também, não se pode esperar que sejam apenas as pessoas de cor, que sejam apenas as pessoas da comunidade LGBTQI+, que sejam apenas as pessoas com deficiência que representarão as necessidades e os interesses dessas pessoas. Não é que elas tenham que fazer isso por definição. Todos são representantes de todos; todos devem fazer isso. Portanto, não se pode dizer: “Ah, não, nós temos as mulheres. São as mulheres que, você sabe, têm de fazer tudo pelas mulheres”. Não, não, não, não, não. Não é tão fácil assim.

A probabilidade de que eles entendam o problema é grande, mas o trabalho não deve ser somente deles, certo? Esse é um erro que é cometido com frequência. Você sabe, você pensa assim, ok, mas, então, são as mulheres que farão o trabalho para as mulheres. Essa é uma boa tentativa. Os homens – essa maioria de homens brancos, heterossexuais de classe média – não devem apenas defender seus próprios interesses, eles também devem pensar em todos.

E, então, voltando ao que eu disse no início, quais as necessidades e os interesses não são representados? Quando eu disse que, ao falarmos de mulheres, nunca devemos nos esquecer de que as mulheres não são uma categoria unidimensional de pessoas. Devemos sempre reconhecer que há muitas diferenças entre as pessoas. Homens e mulheres em termos de classe, raça, etnia, sexualidade, capacidade, idade. Portanto, quando pensamos em termos de necessidades e interesses das mulheres, devemos levar isso em conta. O mesmo vale para os homens e para outras pessoas.

Portanto, no final das contas, o que é importante quando falamos de representação substantiva, de como fazer política, é im-

portante trazer da perspectiva das mulheres, de uma perspectiva feminista. Mas o que é uma perspectiva feminista? Uma perspectiva feminista não é simplesmente ir e melhorar a vida das mulheres. Uma perspectiva feminista, uma perspectiva verdadeiramente feminista, hoje em dia, é uma perspectiva em que se tenta trabalhar para a transformação da sociedade, para uma mudança na sociedade, para torná-la mais igualitária em termos de gênero. Não se trata apenas de uma questão simplista de igualdade de gênero, mas de uma questão de abordagem interseccional. Essa experiência vivida, essa abordagem diversificada, é a abordagem que temos de adotar quando pensamos como feministas.

Então, por que as mulheres na política são importantes para a democracia atual? Acho que a resposta é evidente, depois desse tipo de exposição histórica. O problema é que não temos uma democracia perfeita como essa. É preciso muito mais para se ter uma boa democracia. Não se pode contar apenas com a entrada das mulheres na política para, então, pensar que tudo correrá bem. Não será perfeito, mas será melhor. Será melhor porque atenderá melhor às necessidades e aos interesses de uma população em sua diversidade. Então, isso é um começo.

Pitkin define três dimensões da representação: a descritiva, a substantiva e a simbólica. E, a simbólica me é cara. Pitkin considerou essa dimensão como desimportante e um pouco complicada. Eu acredito que não é assim. É muito importante, mas falarei sobre isso mais tarde, no final da minha apresentação.

A posição das mulheres na política, agora que sabemos que isso é importante, vamos para outra parte do básico. Eu realmente sinto muito, porque, no momento, a posição do Brasil não é nem

mesmo a 131ª posição, é a 132ª. Vocês perderam uma posição. Esse é um caso surpreendente, o caso do Brasil. É que, nas Américas, a posição das mulheres na política não é tão ruim: 35%, o que é um terço. Não é paridade, mas posso garantir que há muitos lugares no mundo onde a situação é muito pior. A média mundial é de 27% e a média mundial é composta por 192 países ou algo do gênero. Alguns deles somente têm 50%. Portanto, imagine o quanto isso pode diminuir em alguns casos. Agora, o Brasil é um caso interessante e um pouco discrepante, como já foi mencionado. O País tem apenas 18% de mulheres no Parlamento em geral, 19% no Congresso Nacional, e, no momento, está na 132ª posição.

Agora, no Brasil, os candidatos eleitos ficaram mais diversificados e são muito mais diversificados do que em muitos outros países. Portanto, há algo que pode lhes dar esperança. Mas o que é interessante, no caso brasileiro, é que vocês têm um sistema eleitoral que é perfeito, que é maravilhoso, para ter muitas mulheres na política. Sempre se diz que esse sistema de lista proporcional é o que você precisa para ter mais mulheres na política, e, em todo o mundo, é verdade que há uma correlação entre o tipo de sistema eleitoral e o número de mulheres na política. Portanto, vocês têm esse tipo de sistema e ainda têm uma cota de 30%. Na verdade, é preciso ter ambos para que funcione, e vocês têm.

Há boas razões para que não seja tão fácil na prática, aqui no Brasil. Porque há muitos partidos políticos, o sistema partidário é altamente fragmentado. Temos alguns distritos eleitorais muito pequenos, tipo oito cadeiras ou algo assim. E, bem, as cotas de gênero, na prática, são um pouco fracas. Podemos falar sobre isso mais tarde, se vocês estiverem interessados nos detalhes técnicos, mas há

espaço para melhorias no que diz respeito ao sistema eleitoral.

Mas se as mulheres estão presentes no Parlamento, isso significa que elas detêm o poder? Porque pode ser que elas estejam sentadas em algum lugar no Parlamento, nos bancos de trás, e não detenham realmente nenhum poder.

Todos os números que eu estou apresentando vêm da União Interparlamentar, a IPU. Se você não conhece esse site, ele é uma mina de ouro de informações, e não apenas sobre a posição de gênero na política, porque eles realmente trabalham com parlamentos.

Em todo o mundo, 23% dos membros do Parlamento são mulheres; a pessoa mais importante, muitas vezes chamada de primeiro cidadão do país, em 23% dos casos são mulheres. Isso é um quarto. 26% das mulheres presidem comissões parlamentares. O que a União Parlamentar faz em seu site é analisar cinco comissões que consideram importantes. Eles analisam a Comissão de Relações Exteriores, de Defesa, de Finanças, de Direitos Humanos e de Igualdade de Gênero. Dessas comissões, em todo o mundo, as mulheres ocupam cerca de 25%.

Mas então você percebe as diferenças. Quantas dessas mulheres ocupam a presidência da Comissão Parlamentar de Relações Exteriores, de Finanças e de Defesa? Geralmente, é menos. Onde estão essas mulheres que presidem as comissões parlamentares? Na esmagadora maioria das vezes, em Direitos Humanos e Igualdade de Gênero. O mesmo vale para o Brasil. Eu dei uma olhada. E, a não ser que algo tenha mudado, dessas cinco comissões mencionadas em seu parlamento federal, é a de Direitos Humanos e Direitos das Mulheres que são lideradas por mulheres. Todas as outras são lideradas por homens.

Isso significa que, na política, existe o que chamamos de divisão política do trabalho. Há a divisão do trabalho entre homens e mulheres; as mulheres fazem o trabalho doméstico, as tarefas reprodutivas e os homens, não. E, há a divisão política do trabalho dentro da política, há hierarquias em ambas as divisões.

As mulheres estão lá, mas será que elas têm poder? Agora, o que significa “poder”? Eu gosto disso, sou cientista política, e, na ciência política, tem-se escrito muito sobre o poder. O problema é a forma como eles escreveram sobre isso, porque é uma abordagem muito tradicional, masculina e institucional. São “Estados que detêm poder sobre os cidadãos”. Têm o direito de sancioná-los, o monopólio legal da violência. E, há relações de poder entre os Estados. Geralmente, é assim que se consegue dominar uma agenda política. É assim que ela é, frequentemente, definida.

Depois, temos Amy Allen. Amy Allen é uma acadêmica que disse que, talvez, devêssemos pensar de forma um pouco mais inovadora sobre o poder. Parece um pouco abstrato, mas vou deixar mais explícito em seguida. Ela diz que podemos pensar no poder em três dimensões: há o “poder sobre” os outros; há o “poder para”, para agir, fazer algo; e há o “poder com”, que é o poder junto com os outros – o “poder com” é uma noção que não existe no entendimento tradicional do poder.

Em seguida, Allen diz que “poder sobre” é a capacidade que algumas pessoas têm de restringir as escolhas de outras, de dominar, de impor sua visão às outras. O “poder para” é a capacidade de alcançar algo, e, às vezes, você pode alcançar algo, embora outra pessoa o esteja dominando. Isso pode acontecer. Bem, o “poder para” é o poder de ser capaz de ganhar a vida, de alimentar seus

filhos. Isso é “poder para”. Mesmo que você possa ser oprimido e dominado, às vezes, você ainda tem o poder para viver a vida cotidiana, embora não seja perfeito, se outra pessoa tiver poder sobre você. E, em seguida, o “poder com”, que é a capacidade de um grupo de agir, de melhorar e mudar as coisas. O “poder com” é essa dimensão feminista típica do coletivo, de associações de ação coletiva. Allen destaca essa dimensão coletiva de fazer as coisas em conjunto, de as pessoas agirem para se empoderar. Essa também é uma base, de acordo com a autora, para alianças e solidariedade interseccionais.

Esse foi o aspecto abstrato. Agora, o que isso significa? Gênero e poder na política? Bem, para começar, é muito fácil. As relações de gênero e a política são sempre relações de poder. Isso é óbvio, e não se aplica apenas às mulheres. Também se aplica a outros grupos discriminados e minoritários. Portanto, isso é óbvio. Pode-se dizer que as relações de gênero são sempre também relações de poder. Agora, como isso emerge na política? Fiz um estudo com colegas e tentarei resumir-lo em poucas palavras. Nossa ideia é que, na política, com base em pesquisas empíricas – vou poupá-los dos detalhes –, é muito fácil entender que, se observarmos as três dimensões de Amy Ellen na política, os homens têm poder sobre as mulheres.

Quero dizer que, se você tiver 18% de mulheres no parlamento, elas nunca, jamais conseguirão, mesmo que todas as mulheres votem juntas. Elas nunca, jamais, conseguirão a maioria. Portanto, os homens, claramente, têm poder sobre as mulheres, em termos de votação de projetos de lei e tomada de decisões. Eles vencem sempre, se quiserem. Portanto, há uma sobre-representação de homens no Parlamento. Costuma-se dizer que há uma sub-representação das mulheres, mas, na verdade, uma sub-representação

das mulheres é uma sobre-representação dos homens. A sobre-representação dos homens na política faz com que eles dominem as decisões, a agenda política, os projetos de lei que são votados, as rubricas orçamentárias e assim por diante.

Agora, em algum momento, às vezes, as mulheres também podem ter “poder sobre”. Ainda assim, esse “poder sobre” não as ajuda. Qual é o objetivo disso? Isso me leva de volta ao que eu disse há alguns minutos, quando eu disse que essas mulheres que vocês têm no Parlamento, que são as presidentes das comissões parlamentares, elas presidem a igualdade de gênero, os direitos das mulheres, os direitos humanos. Às vezes, se tivermos muita sorte, elas podem presidir uma comissão de políticas sociais, mas, muitas vezes, as mulheres estão realmente em determinados nichos no Parlamento. Não digo que elas fazem isso de propósito e não digo que seja ruim. A questão, aqui, é que, na Comissão dos Direitos das Mulheres, há muito poucos homens. E, no Brasil, também. Eu pesquisei. Esqueci os números exatos; acho que há 21 pessoas nessas comissões e acho que são 19 mulheres e dois homens. Algo assim, mas muito poucos homens. Portanto, nessa comissão, as mulheres dominam o discurso. Elas têm poder sobre o discurso. Elas têm poder sobre tudo o que é dito nessa comissão. A questão é que se trata de um nicho.

Então, se quiserem levar o assunto ao Plenário e à pauta do Plenário, estarão novamente em uma posição minoritária. A questão, aqui, é que a ausência de homens nessas comissões não se dá porque são dominados por mulheres. É uma espécie de ausência voluntária. Eles simplesmente não estão interessados. Quero dizer, em linguagem familiar, eles não dão a mínima. Sua ausência é

voluntária; eles não se importam. Portanto, é uma coisa complicada, certo? Temos que pensar, quando nós podemos decidir tudo, que, talvez, nosso “poder sobre” seja muito limitado, sabe? Essa é uma luta constante na política: em geral, os homens dominam a agenda política, portanto, o “poder sobre” e o “poder de agir” que as mulheres têm são limitados.

As mulheres têm algum poder de ação. As mulheres têm algum “poder com” ao formar alianças. Em todo o mundo, nos Parla-mentos, há alianças entre mulheres para melhorar a posição, há alianças entre partidos, entre maioria e oposição. Mas ainda há coisas a serem feitas e, infelizmente, não é tão fácil, porque há um grande desafio que está surgindo ou que já surgiu e apareceu no horizonte. Isso é o que Ana Paula Salej, pesquisadora aqui da Fundação João Pinheiro, e eu chamamos de onda anti-gênero, porque achamos que não é a primeira na história, que não é um fenômeno novo. É algo que já existiu antes. Com outras articulações, com outras faces, mas já existiu antes. Há um aumento global do ativismo anti-gênero. Colegas aqui na sala, devemos levar isso muito a sério e devemos ser muito cautelosos. Eu nunca imaginaria que, na Bélgica, nós, como mulheres, teríamos de defender novamente o direito ao aborto. Sei que no Brasil ainda é diferente, mas, na Bélgica, estamos enfrentando uma situação com o direito ao aborto, que foi adquirido e está completamente em risco.

O que é essa articulação de ativismo, essa onda, esse movimento anti-gênero, como queira chamá-la? Nosso argumento, que é o argumento básico da palestra de hoje, é que o poder limitado que as mulheres têm na política está sendo restringido por causa dessa ascensão de atores políticos conservadores de extrema

direita, muitas vezes em alianças com igrejas evangélicas muito conservadoras. Eles se opõem a todas as ideias de gênero e diversidade sexual. Qualquer coisa LGBTQI+ é excluída e eles são contra o aborto, os direitos reprodutivos, as tecnologias reprodutivas, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os direitos de adoção por pessoas LGBTQI+, as políticas antidiscriminação por orientação sexual e identidade de gênero, a educação sexual na escola. Até mesmo contra a teoria da evolução! E contra as políticas de igualdade de gênero, o orçamento de gênero, integração de gênero. Eles são contra tudo. Poderíamos dizer que, para eles, o mundo consiste na natureza, na nação e nas normas tradicionais.

Então, o que fazem? Temos exemplos em todo o mundo de cidades que são oficialmente declaradas livres de LGBTQI+. Você sabe o que isso significa? É uma forma de apartheid para as pessoas LGBTQI+. Eles aboliram ou impediram o casamento entre pessoas do mesmo sexo. É como se eles colocassem em suas constituições que o casamento é reservado para homens e mulheres “naturais”, por exemplo. O reconhecimento legal de pessoas transgênero e de pessoas intersexo é abolido, assim como o direito ao aborto. Bem, é a história toda... Tudo pelo que muitos de nós lutamos durante décadas.

Portanto, esse ativismo anti-gênero limita o poder das mulheres na política. E, você pode perguntar: por quê? Como exatamente? Bem, é muito fácil. Muitas vezes, há um aumento da extrema direita, de atores muito conservadores na política nos parlamentos. E, o que eles fazem é como repolitizar as questões de igualdade de gênero. Eles transformam isso, novamente, em uma luta política. Os debates sobre questões de gênero e igualdade de gênero

na política, então, cada vez se tornam mais altamente polarizados nas comissões de direitos das mulheres. Os poucos centros que as mulheres tiveram em suas mãos nos últimos anos, onde tinham “poder sobre” um discurso, onde podiam criar um “poder com” e trabalharem juntas, onde podiam criar ou tentar criar alianças para incidir sobre a pauta da plenária, essas comissões contam cada vez mais com pessoas da extrema direita, polarizando os debates. E, as feministas e outros políticos enfrentam graves ataques e violência por parte desses grupos.

O movimento anti-gênero é algo que atinge, imediatamente, as mulheres, no centro de seu trabalho político no parlamento. É um desafio, hoje. Vou pular essa parte, porque tomaria muito tempo para explicar o meu argumento sobre como a política dominante facilitou o surgimento dessas pessoas anti-gênero. Se quisermos, podemos falar sobre isso mais tarde.

Mas o que podemos fazer? Como podemos melhorar a situação de nossas mulheres na política? E, por favor, eu uso o termo mulheres, mas saiba que quero que vocês o entendam de forma ampla. A cota de gênero é algo a ser proposto para melhorar a posição das mulheres na política. Agora, o que podemos esperar das cotas? Podemos esperar algo, se as projetarmos bem. O Brasil é, infelizmente, um caso em que as cotas não funcionam tão bem. Se as projetarmos bem, podemos esperar a ampliação do número de mulheres no Parlamento. Mas é só isso. É uma ferramenta para trazer pessoas, para trazer presença. As cotas, em si, não são a solução milagrosa para tudo, portanto.

Agora, o que mais devemos fazer? Devemos jogar com o lado da demanda. Qual é a demanda que vocês têm? Vocês sabem, essa

questão, na economia de mercado, da oferta e da demanda? A oferta é: as mulheres na política. Mas e o lado da demanda? Quem as exige? Quem as quer? Mas a questão não é essa. A questão é quem deve exigí-las? Quem deveria desejá-las? Os eleitores, e não são apenas as mulheres que devem ir e votar nas mulheres. Os homens e os jovens devem ser o alvo. Tem uma especificidade no Brasil. O fato de que as pessoas podem votar a partir dos 16 anos. É voluntário nessa idade, e, depois, torna-se obrigatório aos 18 anos. Aproveitem isso e visem os jovens. Não é uma questão de lavagem cerebral. É conscientizá-los sobre a importância de estarem politicamente alertas, porque a política, que é uma história diferente, serve principalmente aos propósitos das gerações mais velhas.

Além disso, é muito importante pensarmos nos partidos políticos. Não pensamos em partidos, e não temos tempo para falar sobre partidos em detalhes, mas os partidos são um grande limiar. Para as mulheres e outras pessoas na política. Os partidos são, realmente, detentores de poder e, se observarmos os partidos políticos em todo o mundo, eles tendem a ser organizações altamente influenciadas pelo gênero. Portanto, reproduzem e contêm hierarquias de poder de gênero. Há muito poucas mulheres em cargos de chefia nos partidos políticos. O recrutamento de mulheres candidatas para as eleições, geralmente, é deixado para as mulheres do partido ou para a bancada feminina, se houver. A promoção das questões femininas é deixada para as mulheres e para as mulheres nos partidos, da mesma forma que no Parlamento – mas especialmente nos partidos políticos –, as mulheres fazem o invisível. O trabalho que não é interessante, desinteressante e pouco atraente em termos de carreira. Os partidos políticos enfrentam uma enor-

me concentração do que chamamos de divisão política do trabalho. A norma nos partidos é masculina, portanto, deveríamos realmente pensar em melhorar a posição das mulheres dentro dos partidos, à medida que as organizações visam suas estruturas de gênero e suas relações de poder.

O que mais? Fortalecer a posição das mulheres no Parlamento. Acesso a cargos de poder. Reflita sobre as regras e os procedimentos do Parlamento. Há um livro maravilhoso, chamado *Space Invaders*, escrito por uma acadêmica. Ela escreveu que, quando mulheres e pessoas de classe baixa e de grupos étnicos minoritários no Reino Unido entram no Parlamento, sentiam-se como invasores de espaço, como se estivessem invadindo um espaço que não havia sido projetado para eles. Portanto, devemos refletir sobre isso também. Um exemplo simplista disso é mudar a linguagem sexista e preconceituosa de gênero no Parlamento, na política, o que já é um começo importante. Isso me leva ao tópico da representação simbólica.

Não se esqueça também do Executivo e do Parlamento, pois o equilíbrio do trabalho garante a segurança das mulheres na política. Sobre a violência, falaremos mais tarde neste evento. O que você pode fazer para combater a violência na política? Fortalecer a política e a representação simbólica. Um parlamento sensível ao gênero é um parlamento cujas regras, estruturas e normas também devem ser sensíveis ao gênero. Não é apenas uma questão de trazer as mulheres para o Parlamento. Eu estava falando sobre essas pessoas se sentirem como invasoras de espaço e, para muitas mulheres, isso já começou. Por exemplo, você não parece poderosa quando está aqui. Então, entra essa importante dimensão de representação simbólica que eu mencionei no início.

Agora, o que é representação simbólica? Vou dar uma volta para chegar lá. É a representação de pessoas, um grupo, uma nação, por meio de um símbolo. A bandeira nacional, o hino nacional. Esses são símbolos. O que isso tem a ver conosco nesse auditório? Quem ou o que um símbolo representa e quem ou o que não é representado por esse símbolo? Como as mulheres e os homens são usados para esse fim? Esses símbolos têm o objetivo de representar um grupo. Muitas vezes, há uma espécie de semelhança. Essa semelhança não é ingênua. Certas cores, certas imagens, certos textos são escolhidos para representar uma nação. Certas imagens são escolhidas e elas, de certa forma, incluem alguns de nós, mas muitas vezes excluem muitos de nós.

Pense nessas bandeiras. Pense nas estátuas no espaço público. Pense nos nomes das estradas. Pense. Depois, quando chegarmos ao Parlamento, nos nomes das salas, nos nomes dos corredores, nas pessoas retratadas na política. Então, você caminha por essa galeria e todos esses homens importantes. Quantas mulheres, quantas pessoas de cor? Como se mulheres e pessoas de cor não tivessem nada a ver com política, pois elas não estão na galeria. Essa é uma representação simbólica do poder, de quem faz parte da história e de quem não faz parte da história do Parlamento. Por meio de nomes, por meio de imagens, por meio das regras e dos procedimentos que temos quando falamos, quem se dirige a quem, como expressamos o poder, com que frequência expressamos, por meio de estátuas, por meio de hierarquia, e não porque alguém necessariamente é bom para toda a comunidade. Toda essa configuração define os projetos de configuração normativa, o que é viável em termos de representação descritiva e substantiva.

Eu poderia falar sobre isso por horas, mas não o farei. Mas não posso deixar de dizer uma última coisa. Como podemos, então, melhorar também a boa representação simbólica no parlamento? Bem, devemos pensar na inclusão de grupos não hegemônicos, para contrabalançar o poder dos privilegiados. Isso pode parecer trivial, mas não é. Também por meio de imagens, nomes e nossos procedimentos, a maneira como trabalhamos e como expressamos as coisas. Devemos fazer isso de forma que sua marginalização ou inclusão seja contrabalançada. Não sou eu que vou dar poder a outra pessoa. Sou eu que devo estar ciente do fato de que devo deixar espaço para que outras pessoas possam se fazer presentes. Isso é muito importante. Portanto, a representação no nível simbólico pode ajudar muito a tornar os parlamentos sensíveis ao gênero e a criar um ambiente que seja melhor para todos nós.

Bem, eu lhes agradeço muito. Espero que minha apresentação tenha sido útil para vocês e aguardo ansiosamente nossas discussões de hoje.

#### NOTES:

1 Petra Meier é professora de Ciência Política e copresidente da Rede de Estudos de Gênero e Sexualidade na Universidade da Antuérpia/ Bélgica. A sua investigação foca a (re)produção da (des)igualdade na e através da (re)representação do gênero na política e nas políticas.



Fotografia: GMarina Pimenta Romualdo da Silva

*Discurso de abertura da pesquisadora Raquel Viana, ao lado da Diretora da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Laura Angélica.*



Fotografia: Gabriel Tamiéti e Lucas Moreira Barreira

*As pesquisadoras Petra Meier e Ana Paula Salej, da direita para a esquerda.*



## PARTE 1:

# **POSSIBILIDADES, LIMITES E DESAFIOS DAS MANDATAS FEMINISTAS**

---

### **Transcrição:**

Lucas Moreira Barreira

### **Preparação do texto para a publicação:**

Cláudia Beatriz de Lima Nicácio e

Marina Alves Amorim

## CAPÍTULO 2: O OLHAR DE QUEM VIVEU

Áurea Carolina de Freitas e Silva<sup>1</sup>

Bom dia, pessoal. Não sei como é que está o Auditório aí na Fundação João Pinheiro, já que eu estou participando por teleconferência, mas bom dia para todo mundo que acompanha o seminário. Bom dia, Manu<sup>2</sup>, querida, Bárbara<sup>3</sup>, Julye<sup>4</sup>, pessoas do Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade, o Egedi, que são parceiras queridas aí da Fundação João Pinheiro.

Que honra estar neste espaço! Obrigada por construírem o seminário para discutir a ocupação feminista e antirracista dos espaços de poder. Essa luta tão longa, tão árdua e tão necessária, que tem nos movido de tantas formas. E estar aqui ao lado da Manu e da Bárbara, é uma felicidade muito grande. Manu, por ser inspiração, por ser uma grande referência e uma grande aliada e estar sempre presente, pensando junto, construindo junto, dentro e fora da institucionalidade. Bárbara, nós conversamos quando eu ainda exercia mandato sobre sua pesquisa de doutorado, e eu pude, naquele momento, compartilhar um pouco como eu sentia os desafios de estar numa posição de representação formal, lidando com a construção coletiva de um mandato popular, aberto.

Enfim, gente, eu trago para o seminário um olhar de quem passou seis anos na institucionalidade, dois anos como vereadora em Belo Horizonte, quatro anos como deputada federal. No meio disso tudo, atravessamos uma pandemia, foram anos de anormalidade do ponto de vista institucional, democrático. Desde o golpe em 2016,

34 não é possível dizer que nós vivemos, efetivamente, um regime democrático no Brasil. Isso se restabelece, agora, em um governo de transição, com o Presidente Lula, eleito por uma coalizão democrática. Então, considero que a gente ainda vive um ciclo de retomada, de nova redemocratização da sociedade e das instituições. E, também, nesse período, aconteceu a maternidade, esse acontecimento que transborda tudo, que fez repensar minha trajetória, mexeu com as minhas estruturas. Também foi decisivo na minha reflexão de propor ou talvez de me colocar em retirada desse ciclo parlamentar para estar de volta na sociedade civil, que é o lugar onde eu me sinto melhor. Assim, como ativista, mobilizando, construindo lado a lado com tanta gente, com tantas lutas, com tantos movimentos sociais, formas de defender as agendas que nós acreditamos.

Então, eu venho desse lugar dos movimentos desde a juventude. É por conta dessa trajetória que eu decidi me candidatar numa campanha coletiva com as Muitas em Belo Horizonte. Uma história que começou lá em 2015, e nos levou a uma vitória fenomenal em 2016. E, vivendo o espaço como uma mulher feminista, negra, de origem periférica, com o desafio e a ousadia de tentar criar outras formas de exercer mandato no espaço legislativo, eu senti saudade demais de voltar a ser somente uma ativista.

Estar na política institucional, sendo ativista, acaba trazendo uma série de desafios, de limites também, que não permitem viver somente numa gramática de ativismo, tal como eu conhecia. A política institucional exige da gente uma série de adequações, de mediações, de negociações. Como lidar com o processo burocrático, o processo legislativo mesmo? Como trazer as agendas da cidadania e da sociedade civil para se transformarem em políticas

públicas, para se transformarem em mote de discussão pública, também lidando com os vários agentes do poder público e das lutas populares mais ou menos organizadas, com as pessoas que estão no aparato mesmo do Estado, lidando como servidores, servidoras para entregar esses serviços públicos?

Então, eu me via muitas vezes desconjugada, sabe, Manu? Eu me via fora de lugar e, muitas vezes, não conseguindo conciliar todas essas dimensões no meu próprio papel como uma representante eleita. Eu acho que muito disso tem a ver com a expectativa que se constrói, muito personalista em torno da política. Ainda numa lógica muito centrada em figuras de destaque, no carisma de lideranças, no seu papel de mobilizar e nas suas habilidades também de fazer concertações políticas. Isso, muitas vezes, descolado de uma construção mais distribuída, coletivamente, sustentada em muitas outras lideranças. A história da Gabinetona era, precisamente, a emergência de muitas lideranças que coabitavam um exercício árduo de compartilhamento do poder. Isso é uma coisa, mas a outra tem a ver com a gestão do Estado. Em um Estado de exceção, que foi o período Bolsonaro, a gente não conseguia formular agendas com uma resposta estatal. A gente estava ali muito no lugar da denúncia e na contenção, tentando reduzir os danos de um governo absolutamente desastroso e genocida. O papel legislativo ficava num lugar muito menos propositivo do que uma ativista como eu gostaria que fosse, obviamente.

Aí, a gente trabalhou no mandato, inclusive, em Belo Horizonte, na escala municipal, uma construção muito voltada para repensar as práticas do fazer político. Como que a gente pode abrir esse mandato para que ele seja mais responsivo, mais acessível, para que as pessoas possam trazer suas ideias e que a gente possa

também ter uma perspectiva pedagógica? Somos lideranças feministas de várias origens. Temos uma série de acúmulos mesmo. Temos uma bagagem. Como que a gente pode traduzir isso num convívio quase que educativo mesmo com a população?

Eu lembro que uma das primeiras discussões do nosso mandato foi como lidar com demandas de cunho muito assistencialista que ainda apareciam mesmo, de pessoas que tinham votado na gente, para que entendessem minimamente qual era a nossa proposta. Lá no início, eu me lembro de chegar um pedido para pagar a conta de luz de uma moradora que estava enfrentando sérias dificuldades. Como que a gente respondia sem simplesmente dizer para aquela mulher que não era o papel do mandato pagar uma conta de luz como outros mandatos faziam, de forma muito assistencialista e equivocada?

Então, a gente reforçava toda a rede da assistência social, a rede de proteção, para que aquele direito fosse provido da forma como tem que ser, da forma mais emancipada e cidadã possível, e não dependente de um vínculo com um determinado mandato, de uma forma eleitoreira e muito nociva que, infelizmente, costuma acontecer. Ou, então, a gente buscava trazer essas demandas e essas necessidades, traduzir isso. Por exemplo, quais são as demandas e as necessidades dos trabalhadores de rua em Belo Horizonte, que são principalmente mulheres, negras e periféricas? Precisava passar também por uma leitura jurídica e técnica, para que a gente pudesse negociar com a Prefeitura uma resposta, uma resposta de política urbana.

Eu lembro que a gente fez no mandato, junto com a Bella Gonçalves<sup>5</sup>, principalmente, que era a co-vereadora, e que trazia muito essa pauta do trabalho na rua. A gente teve que fazer uma série de formações com essas pessoas, para ir educando tanto o mandato

quanto essas pessoas, para que a gente pudesse achar uma linguagem comum de cobrança da Prefeitura e pudesse endereçar para a Prefeitura quais eram as reivindicações. Tinha até um ajuste sobre como a demanda era apresentada. Qual é a demanda que a gente quer mesmo? Isso precisava ser pensado, não era óbvio.

O mandato tinha um papel de intermediação. Nesse sentido, hoje, eu vejo que foi uma das grandes contribuições, numa conjuntura com pouca possibilidade de controle social e resposta do poder público. O nosso papel foi muito de educação, de cidadania, de criação de espaços de escuta, de fazer conjuntamente, de não saber resposta conjuntamente, de tentar aprender caminhos possíveis.

Outra dimensão dessas práticas foi como nós lidamos com os recursos públicos, como a gente poderia, criativamente, trazer alternativas. No mandato federal, uma das soluções mais interessantes para a gente foi a proposição de consultas públicas para destinação das emendas parlamentares.

As emendas parlamentares, no Brasil, têm peso. Talvez, só durante o orçamento secreto isso foi externalizado para as pessoas. Talvez, compreenderam o quanto a emenda é fundamental para a manutenção de mandatos que se reelegem muitas vezes, criando bases e clientelas de verdade, com territórios, grupos, segmentos da sociedade. O orçamento secreto mostrou a hipertrofia do Congresso Brasileiro, em um momento de completa distorção em que recursos públicos eram, de forma corrupta, destinados nesse esquema fraudulento que reelegeu boa parte da base bolsonarista, que, hoje, constitui a maioria conservadora que tem dificultado tanto a aprovação de medidas democráticas nesse processo de transição que a gente está vivendo com o Governo Lula.

No mandato, nessa pegada de abertura, de chamado para as lideranças, para as iniciativas de mulheres, quilombolas, indígenas, periféricas, para que pudessem apresentar suas propostas, a gente também estava fazendo um exercício para que as pessoas pudessem aprender a acessar esse recurso. O mandato tinha um compromisso muito grande de fazer processos formativos, treinamento mesmo, para execução de emendas parlamentares, que é uma coisa extremamente complexa.

Muitas vezes, apareciam projetos que a gente não tinha a menor ligação, a gente não conhecia quem eram os proponentes. Eram projetos excelentes e foram aprovados. Às vezes, as pessoas perguntavam: “Aprovaram o projeto? Mas vocês nem conhecem a gente. A gente nem votou em vocês”. É exatamente sobre isso. Precisamente, porque a gente quer quebrar essa lógica, a gente faz questão que esse trabalho seja de consulta pública para valer, com a avaliação de gente especializada. E, eu, como parlamentar, era a última a saber quais eram as emendas escolhidas.

Gente, eu conto para vocês assim, até com um pouco de orgulho, porque, de fato, nunca houve um direcionamento pessoal em função disso. Não estou falando isso para me gabar, como se diz, mas é para contar de uma outra política possível que a gente implementou, aos trancos e barrancos, lidando com muita violência política, lidando com o desafio da superexposição nas redes sociais. Sempre foi uma questão para mim. Eu, até hoje, acho muito difícil lidar com essa história da performance política, quase como uma figura à parte na sociedade. São seres espetaculares que precisam desempenhar muito nas redes sociais, e eu nunca me adaptei muito bem a essa exigência de consumo da imagem, de consumo da política.

Muito se fala em mandatos e campanhas coletivas, e tenho a alegria de ver isso crescer cada vez mais. Mas quantas iniciativas, de fato, se propõem a compartilhar o poder? Eu acho que é uma questão que fica para a gente não reproduzir as mesmas lógicas patriarcais, racistas, colonialistas, que estão aí desde sempre na política institucional, inclusive, no campo progressista, inclusive, entre mandatos de esquerda. Eu acho que é muito importante que a gente possa fazer essa crítica com sinceridade, com generosidade também, para a gente poder transformar.

Eu tenho na Manu, gente, uma grande referência, sendo muito puxa-saco, porque eu a vejo também fazendo muitos gestos nessa direção, sabe? De construir com outras parceiras, de apoiar outras parceiras, de que o seu trabalho, a sua produção de conhecimento, esteja a serviço dessa multiplicação das nossas presenças, mas de uma forma que transforme as estruturas, de uma forma que seja de fato emancipatória. Então, estou muito emocionada e muito honrada de estar aqui, juntinho dela.

E muito obrigada, gente! Muito obrigada, queridas da Fundação João Pinheiro. Obrigada por terem, em todos esses anos, também, debruçado sobre essas questões e nos apoiado na produção científica, tão necessária para que a gente tenha mais elementos, mais argumentos para continuar avançando. A gente vai conversando. Obrigada.

---

NOTAS:

1 Educadora popular e mestra em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Áurea Carolina de Freitas e Silva é uma ativista brasileira com trajetória nas lutas de mulheres, negritude, juventudes, povos e comunidades tradicionais e populações periféricas. Em 2016, foi eleita a vereadora mais votada de Belo Horizonte. Em 2018, foi eleita deputada federal por Minas Gerais, sendo a mulher mais votada para o cargo no estado. Foi titular da Comissão de Cultura da Câmara

Federal dos Deputados e, ao final de 2022, colaborou com a equipe de transição do Governo Lula para a refundação do Ministério da Cultura. Integrou o Projeto Político Gabinetona, a Rede Ocupa Política e a Rede Global Progressive International. Em 2019, foi reconhecida pelo Most Influential People of African Descent como uma das 100 pessoas jovens negras mais influentes do mundo na área de política e governança. Por sua atuação no enfrentamento à mineração, foi reconhecida em 2020 pelo Prêmio Congresso em Foco como uma das melhores parlamentares na categoria clima e sustentabilidade. Atualmente, é diretora-executiva da Organização NOSSAS.

2 Faz referência à Manuela d'Ávila, com quem compôs a mesa redonda no seminário.

3 Faz referência à Professora Bárbara Lopes Campos, com quem compôs a mesa redonda no seminário.

4 Faz referência à Gestora Julye Beserra, coordenadora da mesa redonda no seminário.

5 Faz referência à hoje Deputada Estadual de Minas Gerais Bella Gonçalves, que, anteriormente, foi Vereadora de Belo Horizonte.



Fotografia: Gabriel Tamietti e Lucas Moreira Barreira

No telão: em cima, Áurea Carolina; embaixo, da esquerda para a direita: Bárbara Campos e Manuela d'Ávila. Na mesa: Julye Beserra.



Fotografia: Marina Pimenta Romualdo da Silva

Platéia do seminário, no Auditório Principal da Fundação João Pinheiro.

## CAPÍTULO 3: MINHA TAREFA É FALAR SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Manuela d'Ávila<sup>6</sup>

Obrigada. Obrigada a todas vocês. Eu quero pedir desculpa, porque me atrasei dois minutos na entrada. Eu anotei certo e me disseram que estava errado. E, na verdade, estava certo. Porque vocês estão no horário do Brasil, e eu estou no horário daqui da cidade em que eu estou fazendo o meu doutorado. Eu confundi tudo, mesmo estando há três meses fora do País. Então, me desculpem, mas eu consegui acompanhar todas as falas. Cheguei no início da fala da Áurea<sup>7</sup>, para a minha felicidade.

Eu estou muito feliz de participar desse espaço com vocês, sobretudo por encontrar mulheres que eu sei que estão na plateia, como é o caso da Professora Marlise Matos, que é minha grande inspiração. Se cada vez que eu citasse um texto da Marlise ela ficasse rica, ela já tinha dinheiro como se tivesse ganhado na Mega-Sena e ela já estava nos ajudando a construir alternativas feministas com esse dinheiro, para resolver parte dos problemas do Brasil. Então, eu quero homenageá-la, agradecê-la, e, assim, saudar todos vocês. E, também, por poder ouvir e construir, coletivamente, um pensamento sobre esse desafio que a Fundação João Pinheiro nos coloca de imaginar possibilidades e limitações da construção dos mandatos feministas, das alternativas feministas que nós conseguimos fazer ou conseguimos construir no nosso país, juntos.

Conheço o estudo da Bárbara<sup>8</sup> sobre a experiência dos mandatos coletivos e compartilho com a Áurea, que é uma das mulheres que mais me inspira dessa nossa geração. A Áurea tem a coragem de trazer debates muito relevantes sobre os espaços que nós ocupamos, aquilo que nós convenciamos chamar de espaços de poder da nossa sociedade e de imaginar a reinvenção desse espaço, mas também de, abertamente, trazer os limites que nós encontramos nesses espaços.

Então, quero começar dizendo isso porque eu peço que vocês compreendam a minha manifestação como uma manifestação de quem se colocou um desafio. Como vocês sabem, vocês estão diante de duas mulheres que viveram nesse espaço, eu e a Áurea, e que não estão mais nesse espaço. E, quando eu decidi não estar mais nesse espaço, eu me dei uma tarefa. Eu sou uma militante marxista e eu acredito que a gente tem que sempre ter tarefa. Militante sem tarefa não é militante, não está militando, não está construindo alguma coisa, está com alguma coisa errada. Uma tarefa que eu mesmo me dei é a tarefa de falar sobre a situação das mulheres nesses espaços.

Por quê? Em primeiro lugar, porque nós precisamos reunir forças para permanecer neles. Se nós colocamos a lupa em todos os desafios que nós vivemos, permanentemente, 24 horas por dia, para ocupar esses espaços, eles se tornam inviáveis. Eles se tornam humanamente insuportáveis, porque a violência não é a violência que vocês conhecem. Quando nós decidimos trazê-la a público, é porque é insuportável. Porque a violência é permanente, é cotidiana e tem uma dimensão sórdida, que é essa dimensão da violência política de gênero, de pessoalizar a maneira como ela se desloca

até nós, mesmo que ela seja uma violência universal. Ou seja, é sempre sobre o corpo da Áurea, a vida da Áurea, a sexualidade da Áurea, a doença da Manuela ou da Áurea. Mas, ao mesmo tempo, nunca é sobre o corpo da Áurea, a vida da Áurea, a sexualidade ou a saúde da Áurea; é sempre um instrumento regulador do comportamento de todas nós. Nesse sentido, é perverso, individualmente, para controlar a vida, o comportamento e a presença de todas.

Então, eu digo isso no início porque, talvez, a minha manifestação soe um pouco rude ou um pouco pessimista, mas eu acho que nós precisamos nos ancorar em bases realistas para transformar radicalmente os espaços de poder. Eu acredito que existe uma conexão profunda entre as possibilidades de reinvenção desse espaço e a minimização dos limites que as mulheres que ocupam esses espaços enfrentam. Tal qual a Bárbara falou no final da frase dela. Imaginar o poder ou os espaços de poder de maneira mais coletiva, talvez, seja a chave para que nós, para mulheres como nós, não estejamos entre vocês como ex-deputadas.

Primeiro, eu quero fazer um retrospecto. Eu tive a possibilidade de participar da política brasileira durante períodos muito diferentes e eu acho que é importante nós falarmos sobre isso para também conseguirmos identificar as nossas vitórias. Eu sou uma mulher de 42 anos que foi eleita pela primeira vez há quase 20 anos. Há 19 anos, nas eleições de 2004, eu fui eleita. Na época, eu tinha 23 anos e fiz 23 anos durante o processo eleitoral. Naquele momento, eu tive a maior votação de uma mulher da história da minha cidade, que é Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul.

Eu também não trago isso para me auto elogiar, como disse a Áurea, mas para dizer para vocês que, 20 anos atrás, já existiam

os lampejos de um novo tempo de organização das mulheres e dos marginalizados ou das chamadas lutas de fronteira, como a Professora Nancy Fraser nomeia. Éramos absolutamente minoritários, sem espaço e sem penetração nos partidos do nosso campo, o campo da esquerda.

Logo em seguida, eu me elegi deputada federal em 2006. Era um outro tempo. Não era um tempo sem violência política, não era um tempo sem misoginia no ambiente público. O feminismo não foi inventado nos anos 2000. Apesar de as mulheres muito jovens, às vezes, reivindicarem uma invenção do feminismo nos anos 2000. Feminismo é um movimento histórico e secular. Mas, naquele momento, a luta das mulheres tinha uma visibilidade muito menor e atingia um número muito menos expressivo de mulheres.

Eu falo isso para que a gente consiga entender os avanços que tivemos nesses últimos 20 anos. Nós estamos falando sobre feminismo e participação política. Há 20 anos, essa não era uma pauta popular como é hoje. Isso, para mim, é absolutamente relevante, porque, também, o feminismo nos tira do espaço de solidão nos espaços institucionais, nos espaços de poder. Eu atravessei esse período, que era o período do Governo Lula, diga-se de passagem, absolutamente sozinha no parlamento brasileiro. E, a solidão das violências que nós sofremos, talvez, seja o pior dos castigos imputados a uma mulher pública.

É muito diferente viver a misoginia depois, digamos, na segunda década dos anos 2000, para não dizer depois de 2013 – e uma certa esquerda vai enfartar que eu reivindiquei qualquer coisa de 2013; já gera problemas cardíacos em uma parte da esquerda. Mas, na segunda década dos anos 2000, essa violência tem uma escala-

da de misoginia. Vocês, todos nós, acompanhamos o crescimento da extrema direita brasileira no processo. A Professora Marlise tem artigos ótimos sobre isso, a partir da violência contra a Presidente Dilma: a misoginia como elemento central da luta política brasileira. Porém, aquele mesmo momento, é o momento em que essa violência é vivida de maneira menos solitária e isso é algo que nós precisamos valorizar. Por quê? Porque nós passamos a dar nome para o que as mulheres, historicamente, sofrem nos espaços de poder. Ao dar nome, nós também avançamos no processo de politização e de compreensão sobre a permanência nesse espaço. E, a partir disso, avançamos nas pautas que nós levamos.

Então, hoje, contraditoriamente, como é o movimento do avanço histórico, a gente tem mais violência dentro dos espaços de poder, mas menos solidão e mais feminismo. Isso não é algo irrelevante. Para mim, é muito relevante que as mulheres possam falar sobre o que vivem. As que vieram antes também viveram. Eu vivi como uma mulher que veio antes e silenciava. Silenciava, porque até mesmo outras companheiras orientavam, silenciosamente, ao silêncio, como sendo o único caminho para construir qualquer legitimidade política naquele ambiente, que, absolutamente, reproduz as lógicas de opressão da sociedade que nós vivemos. Então, essa é uma grande conquista. Os mandatos de mulheres são cada vez mais mandatos feministas e eles não o eram. Cada vez mais, esse feminismo é politizado e se conecta com as condições da sociedade que nós vivemos.

Vejam, hoje, o Congresso Nacional tem o dobro de participação daquele do qual eu saí. Isso não é irrelevante. Isso é relevante, porque nós conquistamos, primeiro, as cotas, e, depois, o fi-

nanciamento das cotas, com muita luta. Eu lembro quando nós aprovamos os 30% para mulheres nas listas, sem dinheiro. Alguns diziam: para que vale? Vale, porque foi uma vitória da luta, e, logo em seguida, nós alcançamos o financiamento. A gente, poucas vezes, valoriza as vitórias que nós tivemos. Nós temos mais de 90 parlamentares, hoje. Tínhamos 45, quando eu saí.

Tínhamos 45 só, porque os nossos partidos – e eu falo dos nossos, dos partidos da esquerda, não me refiro aos deles – têm uma fila eterna. Os homens que furam a fila. Não somos nós as mulheres, porque a nossa fila é secular. Nós estamos na fila, paradas, há um século nesse país. Eles, os filhos deles, os netos deles, os amigos deles furam essa fila e permanecem numa fila que sustenta as estruturas de poder do País, historicamente. Vejam o debate atual feito sobre o Supremo Tribunal Federal. Quando nós escutamos que gênero e raça não são critérios, é preciso dizer que a única maneira de gênero e raça não serem mais critério é se uma mulher negra for indicada para o Supremo, porque gênero e raça são os critérios históricos de nomeação dos Ministros. Eu até posso entender aquela frase do Presidente Lula como algo extremamente positivo: gênero e raça não serão mais critério, viva! Isso significa que pararemos com a escolha de homens brancos. Porque esse é o verdadeiro identitarismo da política brasileira, que reproduz e que mantém esses espaços intocáveis.

Bom, dito isso, das nossas vitórias, eu acho que nós precisamos compreender que as nossas lutas por mais mulheres no poder vieram desacompanhadas de algo que viabiliza a permanência das mulheres no poder. Não existe como nós termos mais mulheres no poder, se nós não imaginarmos a reinvenção radical do poder. Eu vou falar isso publicamente, tantas vezes quanto eu conseguir: eu

não quero, eu não recomendo e eu não torço para que nenhuma mulher viva o que eu e a Áurea vivemos no Parlamento. E, se eu não quero, eu preciso saber onde está o problema.

Eu não fui o alvo, por causa da minha vida pregressa. Ao contrário, se eu fosse, assim como a Áurea, nós teríamos um espaço muito maior do que tivemos ao longo da vida. Porque nós sabemos tudo o que fizemos para conseguir ocupar os espaços que ocupamos. Não foi pouco. Agora, nós jogamos as mulheres na estrutura que sustenta o sistema de opressão da nossa sociedade. Existe uma estrutura. Vejam tudo o que nós falamos sobre as lutas, sobre a crise do capitalismo, sobre a crise da democracia, sobre como essa crise se estrutura a partir da exploração das pessoas racializadas, da destruição do meio ambiente, do trabalho reprodutivo. Tudo isso é sustentado por um conjunto de instituições, entre essas instituições, o Parlamento. Então, nós jogamos essas companheiras dentro de uma máquina de tortura e destruição. É isso. Mas nós pouco falamos sobre esses espaços.

Reconheço que nós temos mandatos feministas com muita qualidade propositiva. Eu, às vezes, olho o que nós propusemos no meu primeiro mandato de vereadora, quando eu tinha 23 anos, e eu me pergunto de onde vinha tanta coisa boa. Eu sei de onde vinha, da coletividade, da ideia de abrir os ouvidos quando as instituições fechavam, vinha da ideia de que todos os “movimentos novos” entre aspas eram legítimos e que podiam reivindicar e pensar uma cidade diferente. É daí que veio a energia da Gabinetona. Não veio da genialidade de ninguém, veio do coletivo. Da força que a vida coletiva pode ter, porque um mais um é muito maior do que dois, porque é uma expressão das vontades populares.

Mas, nós... Até perdi meu raciocínio. Fiquei pensando na prainha da Áurea. Toda vez que eu falo na Gabinetona, eu penso nisso. Preciso dizer que eu acho que aquela ideia da prainha é a que eu mais invejei, porque Porto Alegre também não tem praia, né, gente? E essa ideia eu nunca tive! É que o mineiro é mais recalçado com a falta de mar que o gaúcho. O gaúcho tem mar, mas não é uma maravilha, não é Maragogi – para citar um exemplo bem bonito do Brasil. Mas, tem, ali, um marzinho que a gente chama de nosso.

Mas, se a gente sabe que existe essa potência na coletividade, se a gente reconhece que nós acumulamos e os mandatos são cada vez mais feministas, a gente precisa falar dos limites e os limites é que nós estamos completamente sozinhas. Nós jogamos as mulheres nessas estruturas que são o ápice da representação do sistema de opressões da nossa sociedade, porque são o que mantém esse sistema do ponto de vista legal, que são o que dá suporte legal para que isso se materialize. E, nós não contamos com ninguém mais além das companheiras que nós colocamos lá dentro. Vejam vocês quantos exemplos. Nós temos oito parlamentares ameaçadas de morte, e eu não vou parar de falar sobre isso também. Nós nunca tivemos uma manifestação formal do Governo do Brasil sobre as oito parlamentares ameaçadas de morte, algumas delas com as suas crianças ameaçadas de estupro. Isso demonstra a solidão institucional das mulheres. Qual é o limite? O limite é esse lugar que coloca o feminismo como algo que não serve para toda a esquerda, como algo dissociado da luta democrática. Como se fosse possível imaginar um país democrático que não servisse às mulheres.

Portanto, para mim, companheiros, e eu quero terminar dizendo isso, se o feminismo é o contrário da solidão, como diz a Márcia na

frase que para mim melhor sintetiza o feminismo dentro da institucionalidade, nós, as feministas, nos encontramos nas violências múltiplas que sofremos. No caso do Parlamento, nós precisamos exigir que nos tirem da solidão coletiva que nós vivemos. Porque, enquanto não existir o conjunto de forças políticas que se coloquem à nossa frente... Eu aprendi isso com o Movimento Negro. Eu perguntava: “O que eu posso fazer?” Respondiam: “Seja o escudo. Nós queremos falar pela gente, mas nós precisamos de escudo na nossa frente, para quando vier a violência”. Nós, as mulheres, precisamos olhar as mulheres feministas. Precisamos olhar e reivindicar que os nossos companheiros sejam os escudos da violência que nós sofremos. Nós não queremos que vocês falem pela gente; não precisamos disso. Mas nós precisamos que o protagonismo que vocês conquistaram nos tirem das filas que vocês criaram para se perpetuar no poder, e que vocês se coloquem na frente para compartilhar conosco a violência que nós sofremos por defendermos a transformação mais radical da sociedade.

Obrigada, gente! Eu estou aqui para a gente poder seguir conversando. Muito alegre de compartilhar essa manhã com vocês.

---

#### NOTAS:

6 Manuela D’Ávila é militante social desde 1999, e ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 2001. Foi eleita Vereadora de Porto Alegre em 2004, Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul por dois mandatos, em 2006 e 2010, e Deputada Estadual do Rio Grande do Sul em 2014. Recebeu cinco vezes o Prêmio Congresso Em Foco. Em 2018, foi pré-candidata à Presidência da República e candidata à Vice-Presidência na chapa com Fernando Haddad, chegando ao segundo turno com 46 milhões de votos. É fundadora e presidente do Instituto E se fosse você?. É graduada em comunicação social/jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), mestre e doutoranda em políticas públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seus temas de interesse são redes de ódio e fake news, democracia, feminismo e maternidade.

7 Faz referência à Áurea Carolina de Freitas e Silva, com quem compõem a mesa redonda no seminário.

8 Faz referência à Professora Bárbara Lopes Campos, com quem compõem a mesa redonda no seminário.

## **CAPÍTULO 4: MANDATOS FEMINISTAS SOB A LUPA DE UMA PESQUISADORA**

**Bárbara Lopes Campos<sup>9</sup>**

Bom dia, todas e todos. É um prazer enorme estar compondo a mesa do seminário sobre as ocupações feministas e antirracistas dos espaços de poder. Agradeço à Marina<sup>10</sup>, à Julye<sup>11</sup> e à equipe do Egedi, o Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade da Fundação João Pinheiro, pelo convite. Em especial, agradeço à Cláudia<sup>12</sup>, minha co-orientanda de mestrado, que foi se aventurar pelo Departamento de Ciência Política da UFMG recentemente. Parabênizo toda equipe do grupo pela organização e iniciativa.

Eu fico muito, muito honrada de reencontrar e de estar aqui ao lado, mesmo que de maneira virtual, em uma sala no Zoom, com a Áurea<sup>13</sup> e a Manu<sup>14</sup>. São duas mulheres que são verdadeiras inspirações para várias das experiências de mandato protagonizadas por mulheres e desenvolvidas aqui no Brasil, na América Latina e em outros lugares do mundo. Elas, também, são inspiração, nesses últimos anos, para muitos dos trabalhos acadêmicos e pesquisas, como a Áurea comentou, que têm se dedicado ao estudo das conquistas e dos desafios vividos em mandatos feministas, antirracistas, seja nas ciências sociais, na ciência política, na comunicação e até nas relações internacionais, que é onde eu atuo agora.

Eu queria, inclusive, começar com essa ressalva, porque, diferentemente da Áurea e da Manu, que trazem esse olhar tão visceral de dentro da política, as reflexões que eu trago, hoje, são desdobramentos da minha tese de doutorado a respeito das ex-

periências de mandato coletivo no Brasil. Eu tive a honra, o prazer enorme, de poder conversar um pouco com a Áurea, assim como com outras integrantes da Gabinetona, ao longo do doutorado. Foi uma pesquisa que foi realizada no âmbito do Nepem, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG, que é parceiro na realização do seminário. Fui orientada pela Professora Marlise Matos, de quem eu estou morrendo de saudades.

Acredito que a minha tese cumpriu um papel, agora, olhando em retrospecto, de fazer um registro; de registrar pelo menos alguns aspectos dos mandatos feministas que ocuparam a arena política através dessas estratégias de compartilhamento que a Áurea abordou em sua fala. Principalmente, em se tratando dos ciclos eleitorais de 2016 e 2018, como foi o caso da Gabinetona, em Minas Gerais, que vai ser inaugurada depois da eleição histórica da Áurea Carolina e da Cida Falabella, para a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte – todos presentes no seminário com certeza conhecem.

É evidente que ainda é muito cedo. Porque são experiências ainda recentes na política brasileira, pelo menos nesse formato que começa a emergir naquele momento. Eu acho que os seus efeitos, as suas estratégias, as suas dificuldades ainda estão sendo sentidas, processadas, ponderadas.

Acompanhando as eleições, pelo menos aquelas de 2020 e 2022, quem tem se dedicado ao estudo das experiências de mandato coletivo no Brasil percebe que, ao comparar o perfil e a atuação das experiências mais recentes de mandato coletivo, a gente consegue enxergar, nas experiências de 2016 e 2018, algo marcante, uma certa forma dessa modalidade, uma força impulsionadora, e, potencialmente, uma inovação democrática na política brasileira.

Para contextualizar a minha fala e a gente refletir sobre isso, a gente está diante da aprovação da minirreforma eleitoral, pelo menos na Câmara Federal dos Deputados. Entre outras coisas, ela está proibindo as candidaturas coletivas. A gente está em um outro momento, agora, também: contamos com a formação e a atuação de uma Frente Nacional Organizada de Mandatos Coletivos no Brasil, que, inclusive, está se mobilizando para tentar impedir essa proibição.

Interessante pensar que essa proibição está acontecendo só dois anos depois da resolução de 2021 do Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, que tinha viabilizado que as candidaturas pudessem fazer menção a um grupo de pessoas ou coletivos no nome de urna, mesmo que vinculadas ainda a um CPF. Ou seja, isso não mudou o caráter individual da candidatura, mas trouxe legitimidade, visibilidade política, viabilidade, para além de vários outros Projetos de Lei que estavam sendo discutidos nos últimos anos, apontando para alguma possibilidade de regulamentação dessa experiência.

Se formos olhar em nível comparado esses últimos ciclos eleitorais, a gente pode talvez identificar, mesmo que ainda seja cedo para afirmar isso, que, possivelmente, as candidaturas coletivas tiveram o ápice no pleito de 2020. Estou falando aqui enquanto estratégia eleitoral; não exatamente em função da atuação do mandato, mas como estratégia das candidaturas. Foram mais de 300 candidaturas e 20 candidaturas eleitas para o Poder Legislativo, nas eleições municipais de 2020, com esse formato. No pleito de 2022, curiosamente o primeiro pleito em que aquela resolução do TSE que eu mencionei já estava vigorando, temos também um número expressivo de candidaturas: são mais de 200 candidaturas coletivas espalhadas pelo Brasil, dependendo de com qual levan-

tamento a gente está trabalhando – eu fiz um levantamento também, junto com a minha parceira Mariane Almeida, no Observatório das Eleições. Mas, mesmo que a gente tenha essa expressão em termos de números de candidatura, a estratégia, parece, não colou tanto, porque foram só dois mandatos eleitos em 2022.

É evidente que nós estamos falando de eleições também diferentes. Em termos de comparativo, a gente precisa ainda de um tempo maior para poder avaliar. Mas eu estou querendo chamar a atenção, aqui, sobre toda a discussão que a gente tem agora. Há a organização da frente, os mandatos coletivos e o receio, obviamente, da proibição, porque isso traz insegurança jurídica e institucional. Já houve, inclusive, tentativa de impugnação de candidaturas coletivas ou que traziam o nome do coletivo, como aconteceu com o Nossa Cara, lá em Fortaleza, no Ceará, nas eleições de 2020.

Vale lembrar, também, que, quando a gente está olhando para esses desdobramentos, mesmo sabendo da importância de trazer essa discussão, da importância dessa reflexão, se a gente volta lá atrás, nas primeiras experiências, em 2016, elas não contaram com uma autorização para que elas pudessem acontecer, o que, inclusive, fazia parte da inventividade potente.

O que há de marcante nas experiências do ciclo de 2016 e 2018? Essas experiências ficaram impressas na memória política pela força de mobilização que elas provocaram em termos de potencial de voto, de provocar a vontade de participar da política. Pela irreverência, seja nas estratégias, nas formas de ocupação, formais e simbólicas, dessa construção e pelo reencantamento, por esse efeito provocado pelo afeto na política e na resignificação dessa relação. O que aparece, então, de interessante são elementos impulsionadores

dessa iniciativa de ocupação política nesses moldes.

Na pesquisa, a gente começou a se aproximar dessas primeiras experiências como catalisadores desse chamado político. Então, falando aqui, especificamente, da Gabinetona em Minas Gerais, da Mandata Ativista em São Paulo e das Juntas em Pernambuco, é perceptível, olhando para o elemento impulsionador dessas experiências, como que a noção de exclusão política, de desconfiança, de insatisfação prolongada, de um acúmulo de frustrações com um sistema político descolado da população e que contribui para processos de desilusão com as instituições representativas, estiveram presentes. Há, na contraposição, um encantamento generalizado.

Esse encantamento foi inflamado também nas Jornadas de Junho de 2013. As Jornadas de Junho, os atos golpistas de 2015 e 2016, como a Áurea já mencionou, mas os professores Cristiano Rodrigues, Luís Filipe Miguel e outros autores também vão trazer esses momentos para destacar a polarização que acompanha o jogo político brasileiro, talvez, desde então, e que, praticamente, está se cristalizando em torno de um polo orientado por valores como igualdade e pluralidade, e um segundo polo contendo traços antidemocráticos. Aí, sim, se o polo reacionário conduz ao cinismo, à narrativa, à antipolítica, o polo progressista busca aprofundar as lutas sociais e as iniciativas de radicalização democrática.

Então, é nesse contexto que se encontram as primeiras experiências coletivas na política, que buscam ser uma das alternativas possíveis, fazendo política na coletividade e a partir de um compromisso em torno da noção de compartilhamento do poder que a Áurea citou também. É no sentido de “elegeu uma, elegeu várias”, que se coloca em prática os mandatos coletivos no Brasil e que se

transforma a relação com os eleitores e com a população. O sentido dessa radicalidade, que chama a atenção para iniciativas que foram construções (ou, principalmente, construções) que são territorializadas, mas que trazem um ponto de inflexão na atuação de grupos, de parlamentares, de co-parlamentares com os feminismos, com as lutas antirracistas, com as causas indígenas, quilombolas, da cidadania LGBT+ e com o foco na periferia, no bem viver, na juventude e em outras lutas tradicionalmente marginalizadas na nossa sociedade. Apesar de não ser possível homogeneizar, universalizar essas práticas, os mandatos, pois, quando a gente olha para os casos em particular, a gente enxerga diferentes práticas, intenções, compromissos, assim como desafios e rupturas vividas.

Penso que essas experiências oferecem muitas lições para pensarmos esse nosso campo democrático, entendendo, talvez, a proposição das candidaturas e a formulação dos mandatos como tecnologias sociopolíticas. E, aqui, eu estou ecoando o entendimento de co-parlamentares que me disseram isso. Na medida em que renovam as práticas de maneira profunda, cotidiana, elas contribuem para a transformação de espaços institucionais com uma maior incidência das lutas sociais nesses espaços. Essa forma de vivência política carrega inovações de formato, de agenciamento de sujeitas e de práticas, sempre colando a representatividade de corpos diversos e uma nova maneira de se fazer política no Brasil.

De uma forma mais sintética, é possível dizer que essas tecnologias viabilizaram quatro objetivos: um objetivo da própria ocupação do espaço político; a promoção de uma confluência entre diversas lutas; uma maior participação popular dos mandatos e o que a Áurea trouxe aqui com maestria, também citando ou compartilhando

com a gente, a pedagogização da política para dentro e para fora do mandato. Então, ao somar essas forças, encabeçadas muitas vezes nos mandatos por mulheres negras, jovens e periféricas, essas tecnologias foram percebidas como necessidade de viabilizar, finalmente, a entrada desses corpos na política, mas que pode ser entendida como uma conquista de iniciativas coletivas e a partir do compromisso com a transformação. Talvez, haja nisso algumas ideias que ajudam a visualizar como furar a fila dos partidos, como encontrar as brechas no sistema, como transbordar os partidos políticos, como trabalhar em uma lógica que não é personalista.

Uma imagem que apareceu na pesquisa é a de estar nas fronteiras. Eu lembro da Áurea comentando sobre isso comigo, sobre o que significa ocupar esse espaço fronteiro ou transfronteiro na esfera legislativa, oferecendo a construção dessas agendas políticas na coletividade, na diversidade. Isso é tão, tão importante. Tão relevante, quando a gente olha para os desafios colocados pelo personalismo na política brasileira, pela lógica individualista e competitiva, que estão relacionados à dificuldade da entrada e da permanência de mulheres na política, que é custosa, violenta, tóxica e desgastante para as mulheres. No caso, se a gente está interessado na entrada de mulheres na política, na entrada e na permanência, essa dimensão compartilhada, talvez, ajude, viabilize esse processo.

Para finalizar, eu queria, então, trazer a ideia, o entendimento dessas experiências coletivas, em torno da lógica do hackeamento da política. Hackear a política é preciso. No Movimento Ocupa a Política, isso aparecia muito nos encontros. Essa lógica de hackear não é só pensar nesse formato, mas pensar na necessidade constante de que grupos políticos diversos estejam se reinventando. Então, a

lógica do hackeamento e da ocupação política, para além de evidenciar a exclusão de setores da população nessas instituições, ela diz sobre a necessidade de sempre estar um passo à frente dos limites que são colocados pelo sistema político partidário dominante, que está sempre também se readaptando, que rapidamente se adapta. Então, renovar, inovar, radicalizar significa também mudar de estratégia. Novamente, tensionar a democracia para permitir que a gente tenha essa oxigenação que é tão necessária.

Eu espero que essas reflexões sejam úteis para as nossas tentativas de compreender as estratégias de entrada e de construções feministas antirracistas na política. Sei que meu tempo já está até esgotando. Agradeço mais uma vez pelo convite; muito obrigada. Fico à disposição para a gente continuar esse diálogo.

#### NOTAS:

9 Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) / Campus Poços de Caldas. Listada no World Scientist and University Ranking 2023 dentre os professores da PUC Minas mais produtivos e influentes no ranking internacional. Possui graduação, com período de intercâmbio realizado na Universidade de Bergen (UiB) na Noruega, e mestrado em relações internacionais pela PUC Minas, e especialização em gênero e desenvolvimento social pelo Banco Mundial. É doutora em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo recebido o prêmio de melhor tese do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG no Prêmio UFMG de Teses 2022. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) da UFMG. É colaboradora na elaboração de relatórios de monitoramento das metas e dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Tem experiência em planejamento, gestão e avaliação de projetos destinados à promoção da autonomia econômica das mulheres. Pesquisa desigualdades de gênero de uma perspectiva interseccional, em especial em relação à representação e à participação política e às estratégias de empoderamento socioeconômico de mulheres na América Latina.

10 Faz referência à Marina Alves Amorim, pesquisadora da Fundação João Pinheiro (FJP) que esteve à frente da organização do seminário.

11 Faz referência à Gestora Julye Beserra, coordenadora da mesa redonda do seminário.

12 Faz referência à Cláudia Torres Lopes, gestora do Governo do estado de Minas Gerais associada ao Egedi-FJP e mestranda em ciência política da UFMG.

13 Faz referência à Áurea Carolina de Freitas e Silva, que participa da mesma mesa redonda do seminário.

14 Faz referência à Manuela D'Ávila, que participa da mesma mesa redonda do seminário.

## PARTE 2:

# MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE MANDATAS FEMINISTAS

#### Transcrição:

Lucas Moreira Barreira

#### Preparação do texto para a publicação:

Raquel de Mattos Viana e

Marina Alves Amorim

## **CAPÍTULO 5: SOMOS INVASORAS TAMBÉM NO CAMPO ACADÊMICO, QUANDO AVALIAMOS MANDATOS FEMINISTAS**

Letícia Godinho<sup>1</sup>

Boa tarde! Primeiramente, eu preciso dizer que é uma honra estar aqui, ao lado da Deputada Estadual de Minas Gerais Andréia de Jesus, quem eu conheci recentemente, mas que eu já admirava desde a época das eleições, em 2018. Também é uma honra estar ao lado da Fabiana Pinto, do Instituto Marielle Franco, com quem a gente da Fundação João Pinheiro tem estabelecido um diálogo há algum tempo. Eu queria destacar a importância do Instituto Marielle Franco, e agradecer pela possibilidade de parceria, sobre a qual eu vou falar para vocês brevemente. Para mim, é uma grande honra estar aqui nesta mesa, com vocês, falando para essa plateia.

Hoje, eu estou um pouco desconfortável, porque um auditório cheio não é exatamente uma sala de aula, em sala de aula eu fico mais tranquila. Mas vamos lá! A encomenda que me passaram é: falar do tema monitoramento e avaliação de mandatos feministas, e, especificamente, falar um pouco da experiência do Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade da Fundação João Pinheiro, o Egedi, e o que a gente está desenvolvendo nesse âmbito.

A experiência do Egedi começa quando a Deputada Andréia de Jesus fez um convite para fazermos a avaliação do mandato dela. A Deputada Andréia provocou o Egedi. Uma ótima ousadia! Ela

nos provocou a pensar, a discutir e a investir nesse tema de uma forma mais profunda, a resgatar esse tema da ciência política. Eu sou formada em ciência política, a minha colega Ana Paula Salej também. A Deputada Andréia de Jesus nos convidou a pensar e a avaliar o mandato dela própria, para responder a seguinte questão: “Como é que o meu mandato contribui para a democracia?”. É uma pergunta fundamental, uma pergunta que, talvez, todos os mandatos deveriam fazer.

Quando a gente começou a desenvolver esse projeto, aqui na Fundação João Pinheiro, a primeira coisa que a gente fez foi, justamente, buscar e retomar a literatura da ciência política, a literatura sobre avaliação de mandatos. A gente descobre, então, algo que já foi mencionado nesse seminário: a gente também é invasor ou invasora nesse campo. Nós parecemos invasoras no campo da avaliação de mandatos, nós parecemos invasoras no campo da teoria política; nós, as mulheres. Tanto que a gente tem uma teoria política feminista à parte, sobre a qual a gente se debruça para pensar os temas que nos interessam.

A gente também é invasora na administração pública. Pensei nisso, ao refletir sobre a fala de hoje mais cedo. Lembrei de um levantamento muito rápido que a gente fez recentemente. José Vitor Cruz, nosso estudante, estava à frente desse levantamento. Ele levantou nas revistas classificadas no WebQualis Capes como sendo A, no campo da administração pública, os temas gênero e raça. Para nossa surpresa (ou não!), no máximo, ele encontrou uma dúzia de artigos. Então, quer dizer, esse tema está completamente ausente, ou quase completamente ausente, da literatura da administração pública.

Está ausente também, a não ser no “nosso gueto” da teoria política. Então, quando a gente vai investigar a literatura sobre avaliação de mandatos, também a gente não encontra nada a respeito disso. E a gente não encontra a pergunta que a Deputada nos colocou: “Como é que o meu mandato contribui para a democracia?”. Então, o primeiro passo para avaliar o mandato da Deputada Andréia de Jesus foi revisar e rever a literatura. Em artigos científicos, em documentos que trazem metodologias de avaliação de mandatos, em relatórios de organizações nacionais e internacionais, encontramos alguns que continham uma série de orientações, de prescrições para a avaliação dos mandatos. Pelo que eu me lembro, com exceção de documentos orientadores, nenhum colocava essa pergunta sobre o aprofundamento democrático, e não colocava também a importância de pensar as questões de gênero e raça dentro do mandato, dentro da própria equipe do mandato, por exemplo.

O que a gente constata, quando avaliamos essas metodologias que existem já há muito tempo, é que elas estão buscando avaliar uma performance do parlamentar. Elas se baseiam em indicadores, geralmente, muito objetivos. Quer dizer, são documentos em que a gente vê uma preocupação extremamente quantitativa, de ranqueamento, de comparação e quase que de competição entre os parlamentares. Então, tem um objetivo classificatório dos mandatos e que não tem, de fato, a intenção de explicitar essa contribuição. Se limitam ali a dizer: “o parlamentar teve uma boa performance porque ele enviou x projetos de lei e tantos projetos de lei foram aprovados”. São indicadores com esse viés bastante produtivista e quantitativo. Mesmo assim, a gente aproveitou muito dessa literatura tradicional do campo da ciência política. A gente

coletou, dessa revisão, dezenas de indicadores – acho que uns 40 indicadores ou mais.

Mas a gente se propôs, de forma muito ambiciosa podemos dizer, a melhorar, digamos assim, essas metodologias de avaliação de mandato, buscando pensar exatamente a contribuição dos mandatos para o aprofundamento democrático. Então, a gente incluiu um conjunto de variáveis relevantes, nesse sentido. Para isso, a gente usa toda essa teoria política feminista, que, inclusive, já foi exposta e explorada, hoje, no seminário. Então, a gente trouxe, por exemplo, um conjunto de considerações sobre a representatividade dos parlamentares, sobre a representatividade descritiva e substantiva, sobre a relação entre elas; sobre a qualidade dos projetos apresentados, mas também sobre a trajetória desse mandato. A gente queria saber, entre outras coisas, a qualidade do mandato, o cumprimento dos objetivos planejados, os pontos de avanço e de destaque. Porque, na nossa ideia, uma avaliação de um mandato tem que servir não para ranquear os parlamentares, mas para o próprio mandato utilizar daquele instrumento para poder fazer prestação de contas, poder refletir sobre o mandato, como, também, um instrumento de monitoramento.

Vou ser muito breve na minha fala. Vou só explicar um pouco o desenho desse modelo. A gente propôs uma metodologia de avaliação que levasse em conta quatro dimensões da representatividade descritiva. Queríamos saber se aquele mandato possui uma representatividade que contribui para o adensamento democrático, para a superação do déficit democrático. A gente levava essa discussão também para as equipes. E, as equipes são diversas. Elas apresentam uma diversidade de forma a contribuir para um man-

dato que se pretenda representativo e democrático. Uma outra dimensão que avaliamos foi a dimensão da atividade parlamentar. A gente queria saber, com essa dimensão, se o mandato era capaz de exercer a função parlamentar adequadamente, considerando principalmente a função legislativa e fiscalizadora.

A esse respeito, eu acho que é importante fazer uma observação sobre quando nos debruçamos sobre os dados do mandato da Deputada Andréia de Jesus. Há um universo de dificuldades e avanços. Avanços que nos impressionam muito, mas também dificuldades. Eu acho que ela vai falar um pouco sobre isso. Eu vou me conter aqui, mas eu acredito que essa experiência trouxe pra gente também dados concretos, evidências concretas imensuráveis. A gente estava falando da importância de produzir informações sobre as dificuldades que um mandato de uma mulher negra, iniciante, em um primeiro mandato tem. E, também por isso, o mandato apresenta uma série de dificuldades específicas. A gente se viu defronte de um conjunto de informações que apontavam para essas dificuldades estruturais.

A outra dimensão que a gente se propôs avaliar foi a dimensão do gabinete. Como é que o mandato faz a sua gestão, a gestão da equipe, a gestão do seu planejamento. A rotina do gabinete é a última dimensão da representatividade substantiva. No final das contas, a gente propõe, nessa metodologia, uma coleta de dados bastante diversa. Para além de dados mais objetivos e de caráter quantitativo, a gente faz uma coleta de documentos relativos à produção legislativa, buscando avaliar também a qualidade dos projetos, além de outras coisas como: registro de reunião, requerimentos e outros componentes do processo legislativo. A gente busca, tam-

bém, dados secundários de bases de dados públicas da Assembleia Legislativa, que não estão publicizados em todas as casas legislativas. Eu acho que, inclusive, a Assembleia de Minas Gerais é um pouco fora da curva nesse sentido. Utilizamos também dados das redes sociais, do mandato, do site. A gente fez entrevistas: entrevistas com a Deputada, com a equipe da Deputada, para entender a rotina e a dinâmica do mandato, a história do mandato desde o início da campanha até a concretização do mandato.

Nós vamos publicar, em breve, o relatório dessa avaliação. Estamos decidindo como vamos fazer, mas pretendemos fazer um documento bem acessível, que não fique um documento muito acadêmico, mas que possa ser, inclusive, aproveitado pelo público mais amplo. E, a gente pretende compartilhar também, como a gente já começou a fazer, essa metodologia que desenvolvemos, de forma específica para avaliar o mandato da Deputada Andréia, porque outras organizações acabaram tendo interesse de usar também.

Convido vocês a conhecerem esse material, a espalhar esse material e fazer o melhor proveito, nesse espírito de poder contribuir e fortalecer a luta feminista que se encontra extremamente atacada nesse momento, mas que a gente tem certeza de que vai persistir. Enfim, a gente continua cerrando fileiras nessa luta.

#### NOTAS:

1 Pesquisadora da Fundação João Pinheiro (FJP); Docente da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG) da FJP, e membro do corpo docente do seu Programa de Mestrado em Administração Pública. Possui Mestrado e Doutorado (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de Bacharelado em Direito pela mesma universidade. Atua principalmente nas temáticas da gestão pública, políticas públicas de segurança e teoria e pensamento político.

13 Faz referência à Áurea Carolina de Freitas e Silva, que participa da mesma mesa redonda do seminário. 14 Faz referência à Manuela D'Ávila, que participa da mesma mesa redonda do seminário.

## CAPÍTULO 6: É PRECISO REGISTRAR E AVALIAR AS MANDATAS

Andréia de Jesus<sup>2</sup>

Quero cumprimentar todas as pessoas presentes. Também estou muito feliz de estar aqui neste seminário, e gostaria de cumprimentar essas mulheres que dividem a mesa comigo, por terem aceitado essa empreitada, e estarem seguindo com ela, fazendo essa ocupação institucional e pretendendo mudar a estrutura. Porque é muito desafiante para a gente entrar numa estrutura pronta, colonizadora, e fazer esse papel de descolonizar os espaços. Então, encontrar parceiras como vocês é uma alegria; ajuda a gente e nos inspira.

Quinze minutos é pouco tempo, mas eu acho importante ressaltar meu lugar de fala. Eu moro em Ribeirão das Neves há 27 anos. Sou mãe solo. Fui educadora infantil no meu município, a antiga crecheira. A gente superou isso. Hoje, é educação infantil, reconhecida como parte da educação básica. Mas nem sempre foi assim. Fui empregada doméstica, por muitos anos. Boa parte da minha vida, eu limpei a privada dos outros. Esse lugar também me fez esse sujeito político que eu sou hoje. O mordomo da Casa Branca aprende com seus colonizadores estratégias de sobrevivência, mas também de superação. Sou filha de pais analfabetos. O sonho dos meus pais era a gente aprender a ler para ler a Bíblia. Talvez, seja o livro que eu menos acesso hoje em dia. Mas também me inspirou a cumprir a tarefa de aprender a ler a Bíblia. Também fui catequista, Ministra da Eucaristia. Fui bem colonizada. Hoje,

68 eu ando entre as religiões de matriz africana, que me inspiram também. É um exercício buscar e resgatar a história dos negros que tentaram apagar na diáspora africana. Presido a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de Minas Gerais, pelo segundo mandato. Isso me projeta, mas também me controla e me vigia. Sou uma mulher vigiada pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Eles têm mais esse poder na mão, que é o de controlar minha agenda, controlar minha vida em nome de uma pseudo segurança que, infelizmente, a maioria dos mineiros não tem. A segurança de ir e vir, de questionar o Estado. Eu sigo fazendo isso, questionando o Estado, um Estado que ainda é colonizador e que tenta enjaular os meus. Eu sou abolicionista penal; logo, não acredito no sistema penal como solução de conflito. Eu luto para que os presos derrubem aquelas masmorras, e para que esses sujeitos políticos revolucionários caminhem comigo nessas trincheiras para a gente descolonizar este país.

Quando procuramos a Fundação João Pinheiro, fizemos isso porque, antes, a Fundação escreveu um livro falando da história das mulheres negras na gestão pública, e eu achei isso fundamental. O que matou Marielle Franco e mata as mulheres negras é a invisibilidade. Você trabalha, faz, produz, produz ciência, isso o tempo todo, mas permanece invisível. Então, eu avalei como sendo uma iniciativa fantástica da Fundação aquela de ter escrito um livro mostrando a história de mulheres negras que fizeram e fazem a gestão desse estado, muitas delas companheiras que caminham ainda com a gente. Foi fantástico! Isso me inspirou.

Eu fui muito procurada, quando eu ganhei a eleição em 2018. Não só no Brasil, pois eu visitei cinco outros países para falar do

que foi essa ocupação institucional de uma mulher negra no legislativo, pela primeira vez, aqui no estado de Minas Gerais, em 189 anos da Assembleia. Em 2018, foi a primeira vez que uma mulher negra ocupou uma cadeira ali. E, a gente construiu uma campanha coletiva. A história das Muitas, muita gente deve conhecer. A Áurea Carolina, que falou no seminário mais cedo, é uma grande inspiradora desse processo de ocupação institucional de forma coletiva. Isso, para mim, é aquilombar; não é fazer sozinho, nunca fazer sozinho. Então, em 2018, a gente ocupa a política numa campanha coletiva. Aí, a gente chegou a receber 17.689 votos sem contar com nenhum centavo de partido.

Por isso tudo, era importante pesquisar, analisar e descrever esses fatos. No mesmo ano, em 2018, em que, também, a gente vê vitórias de quem tenta desconstruir a democracia. Qual era o nosso papel nesse contexto? Era segurar a democracia. Pouca coisa, não é mesmo? Mas a gente assumiu essa tarefa em 2018 e em 2022. Mesmo com a transição, com a mudança de partido. Eu entro na política institucional pelo Psol, o Partido Socialismo e Liberdade, e, hoje, eu estou no PT, o Partido dos Trabalhadores. A gente triplicou o número de votos, no momento da reeleição. Isso também merece pesquisa. Como assim? Por quê?

A gente construiu algumas tecnologias e isso é importante. E, não sou só eu. Eu me inspiro nos outros mandatos também, de outros estados. Mulheres negras estão ocupando o Parlamento no Rio de Janeiro. Mulheres negras estão ocupando o Parlamento em São Paulo. O Estadual e o Federal. Vamos falar de Érika Hilton. Ela é uma grande inspiração para mulheres negras que vieram da periferia, que não são herdeiras, que vão morrer sem nada no nome delas, mas

que ocupam esses espaços e trazem inovações para esses espaços.

Nós separamos alguns pontos do relatório de avaliação. O relatório me ajudou a ver o mandato. Porque a gente trabalha, a gente é treinada para trabalhar, mas a gente não se avalia e não tem nem método de avaliação. A Assembleia Legislativa tem até um relatório anual de avaliação dos deputados. Mas ele analisa todo mundo, e usa os métodos mencionados pela Professora Letícia Godinho. Ela percebeu falhas nesses métodos, porque é muito quantitativo, não olha a qualidade daquilo que está sendo produzido nas casas legislativas e o quanto isso contribui para a democracia.

Então, eu sou formada em direito, não tenho dificuldade de ler leis, mas eu percebo que a mão que escreve a lei é a mão branca, hétero, conservadora e que ela usa a lei para controlar corpos. Então, a gente também usou a lei para abolir pessoas, para abolir pensamentos. A gente, hoje, tem produzido legislações em menor quantidade. Não é contratar um escritório de advocacia que entrega um tanto de lei para você e você vai lá e protocola, mas construir junto como a gente chama. Construir com grupos fortalecedores, que chamam a sociedade para participar da produção de leis a partir das demandas dos sujeitos. Aí, eu fico muito feliz.

Hoje, eu estava falando com a equipe que o Presidente Lula sancionou uma lei para garantir aluguel para as mulheres que sofrem violência doméstica. E, nós aprovamos uma lei como essa em 2018. Durante a pandemia, aqui em Minas Gerais, também aprovamos um auxílio para as mulheres vítimas de violência. Porque a gente sabe que o espaço onde as mulheres sofrem mais violência é dentro de casa. Na pandemia, como elas iam ficar no mesmo local que o seu algoz?

A gente já tinha criado uma tecnologia a partir dessas escutas, e isso não saiu da minha cabeça. O espaço de escuta é muito potente, porque você não cria lei só para preencher seu currículo, mas para mudar, de fato, realidades, e realidades urgentes. É isso.

A gente tem feito muita coisa inspirada no movimento negro dos anos 1980. Me inspiro muito nos discursos de Malcom X. Aprender a ler para ensinar os camaradas. Por exemplo, o que é o orçamento? Chega na sua mão um calhamaço de papel de 400 páginas para você fazer emenda. Você lê, lê e fica ali, procurando pelo em ovo. Então, você descobre, por exemplo, que foi destinado R\$ 400.000 para as políticas para as mulheres em um ano, em Minas Gerais. Vocês, que são do serviço público, que são a maioria aqui na plateia do seminário, sabem o que significa R\$ 400.000? Com esse valor, você não abre um edital nem para contratar gente. Então, significa que o estado não tem política voltada para as mulheres, mesmo se nós estamos em um estado onde o número de mulheres vitimadas pela violência e pela violência letal só aumenta – é o que nós chamamos de feminicídio. Então, é preciso conhecer a lei. A gente está se apropriando do orçamento e formando pessoas para isso.

Usamos uma tecnologia que a gente criou no gabinete, nos mandatos coletivos, com a Aurea Carolina e a Deputada Bella Gonçalves, e a gente segue mantendo. Abro o edital para indicar as emendas. As pessoas se inscrevem, as entidades, prefeituras, órgãos públicos, a Fundação, e a gente destina emenda, mas também constrói junto essa estratégia para que, de fato, quem for contemplado consiga acessar o orçamento, que é o grande desafio. O orçamento não pode ficar na mão dos brancos. Os brancos têm a

habilidade de quem nos colonizou para lidar com o orçamento, carregam isso há muitos anos. Então, a gente assume essa tarefa de aprender, mas ensinando ao mesmo tempo, fazendo editais, fazendo as oficinas. Mais de 400 pessoas participando de forma on-line, usando a tecnologia, ensinando as pessoas a colocar o aplicativo no celular para ela poder participar. É um desafio. No estado de Minas Gerais não tem internet para todo mundo, mas a gente tem feito isso.

Fazer política estando presente no território também é importante, carregando, então, algo fundamental – tão fundamental que a gente tentou trazer para o relatório da avaliação e para as novas avaliações que a gente fez. Nós queremos que toda a tecnologia africana esteja presente em nossos discursos, nas nossas práticas, mesmo que eu tenha sido muito bem colonizada. Isso é aquilombar. Aquilombar não é só uma expressão, mas é juntar pessoas para construir um projeto de nação a partir do território. E, aí, a escuta, a presença. São dez, doze horas de viagem. Fica mais tempo dentro do carro do que em casa. Mesmo em reuniões com cinco pessoas, seis pessoas. Não é o volume, mas é a escuta dos mestres que tem orientado a nossa atuação e, por isso, alguns resultados, de fato, têm chamado a atenção, inclusive da academia. O povo preto no orçamento: nós lançamos isso aqui no estado de Minas Gerais. Eu acho que o nosso edital da cultura específico para o congado é o primeiro no país.

Mas por que eu estou trazendo tudo isso? Porque nós temos um governo onde eu sou oposição. Eu não sou o Governo Zema. Não estou aqui para avaliar o governo, mas eu sou oposição a esse governo. Então, construir qualquer coisa com esse governo é com

estratégia de capoeira mesmo, com muita ginga. Mas a gente conseguiu fazer com que o governo abrisse um edital específico só para o congado. O desafio, depois, é convencer o governo a destacar uma parte da emenda para abrir o edital e formar as pessoas para participar do edital. Parece que é só abrir o edital e chamar o congado. Não é, é preciso ir além. Também tem os critérios de participação. A gente também está formando, ensinando, acompanhando, corrigindo estatuto, fazendo revisão e mostrando que esse é um processo, porque é lei. Paulo Gustavo, Aldir Blanc, editais da cultura, fundo, *etc.* Tudo isso passa pelo mesmo processo. Então, esse processo do congado chama atenção. O estado passou a reconhecer que o congado, no estado de Minas Gerais, é a maior manifestação cultural. É impossível o estado, com os editais que ele tem hoje, atender todo o congado de Minas Gerais. Mas, hoje, ele reconhece o congado como cultura, porque ele abriu um edital. O edital é do estado; é o estado reconhecendo essas pessoas que já foram perseguidas e marginalizadas.

Por fim, não tem como não dizer da violência que a gente sofre. Não há nenhuma mulher negra bem-vinda dentro da Assembleia, e bem-vinda dentro do processo político. E, a reação daqueles conservadores que não querem que a gente avance está sendo cada vez mais violenta, violenta fisicamente e violenta nas palavras. A maior violência é a psicológica, porque a pessoa fica nos aporrihando, ela tira a nossa vontade de viver. Ela fica ali tentando nos desanimar: “Levanta, vai embora, porque esse lugar não é para você!”. E faz isso de diversas formas.

Você vai fazer um boletim de ocorrência e você gasta duas, três horas, para mostrar para o delegado, para a delegada, que você está

sofrendo racismo. E, violência sexista também, que a gente sabe que é o primeiro passo para o feminicídio. Os últimos casos, eu levei para a Polícia Federal e eu sigo insistindo. Levo o nome, o CPF dos deputados, dos policiais, de todo mundo que segue me perseguindo para impedir que o mandato siga. Com isso, a gente, todo mês tem audiência. Falar de dor é muito difícil. Tem que viver todo mês uma audiência. Aí, está lá o réu e você tentando provar que ele é réu. Têm lá as ameaças, as injúrias. A gente faz, leva tudo, HD, tudo, tudo. E, nós que fizemos. Por mais que a Polícia Civil venha fazendo um papel importante, mas a gente é que leva tudo. Nós temos o *print*. A audiência é um deboche. É um deboche à pessoa.

Mesmo assim a gente tem avançado. São 42 inquéritos. Incrivelmente, os 7 primeiros réus eram policiais. Debochados. Eu faço questão de falar, porque vai chegar no relatório da polícia. Sete policiais foram réus no meu processo e tiveram que me indenizar. E a gente não para por aí. O objetivo dos processos também é para a gente perceber a violência, descrever a violência. Os processos não são sigilosos. Então, todos vocês podem acessar, conhecer os réus e conhecer a responsabilização. Mas não só isso. A gente debateu na Assembleia uma lei para conceituar violência política. É um projeto de lei que a gente apresentou em 2020, e só agora aconteceu a votação na casa, depois que mais mulheres sofreram violência e mulheres que não são negras. Nós estamos falando, também, da intensificação da violência contra o corpo negro. O corpo que é fácil de bater, que é fácil de chutar. Agora, a violência se estende para outras mulheres, pelas pautas que elas defendem, pelos lugares que elas defendem. Mas a gente que apresentou o projeto de lei. Agora, é lei no estado de Minas Gerais. O estado

tem que pensar em ações para reduzir a violência política, identificá-las em todos ambientes e, principalmente, nos espaços de poder. Isto é, na academia, nos sindicatos, nas organizações, na igreja pentecostal, *etc.* Qualquer ambiente onde as mulheres vão se destacando, elas têm encontrado desafios. E, essa lei aprovada na Assembleia de Minas Gerais tem como objetivo perceber as violências e apresentar alternativas para que a gente não continue apanhando no silêncio.

Essa é a minha contribuição. Obrigada pelo espaço. A gente vai seguir, radicalizando com a democracia.

---

NOTAS:

2 Andréia de Jesus é ex-empregada doméstica, mãe solo, advogada popular, Deputada Estadual de Minas Gerais em segundo mandato, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Reeleita com mais de 51 mil votos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), está no seu segundo mandato. A Deputada Andréia de Jesus luta pelo acesso à moradia, pela agroecologia, pelas políticas públicas para quilombolas e comunidades tradicionais, por mais emprego, por melhor atendimento na saúde, educação de qualidade e pelo combate à violência contra mulheres e contra o racismo.

## CAPÍTULO 7: MONITORAMENTO É ROTINA

Fabiana Pinto<sup>3</sup>

Quero começar me apresentando e apresentando o Instituto Marielle Franco. Eu sei que a Deputada Andréia de Jesus e a maioria das pessoas que estão participando do seminário de hoje conhecem a história do surgimento do instituto. O instituto é uma organização fundada pela família da Marielle Franco – pela Dona Marinete, mãe da Marielle; pelo Seu Antônio, seu pai; pela Luyara, que é sua filha, e pela Anielle Franco, irmã da Marielle – para dar continuidade ao trabalho que ela realizava, não só na sua vida política, no seu mandato, mas também enquanto ativista, enquanto mulher negra.

E, eu quero começar, também, resgatando o mandato da Marielle. Porque, quando a gente olha para o monitoramento do que a gente está fazendo, agora com as parlamentares que aderiram à Agenda Marielle Franco, é muito importante retomar. De onde que surgiu isso? Então, o instituto começou, de fato, as suas atividades em 2020. Ele foi fundado pela família, em 2019, e teve o início das suas atividades em 2020, no início da Pandemia de Covid-19, em um ano eleitoral, onde muitas candidatas naquele momento buscavam os familiares da Marielle para poder entender como elas podiam falar que defendiam o legado da Marielle. Havia, então, um questionamento interno na organização sobre o que é, de fato, defender esse legado, essa forma de fazer da Marielle Franco, essa política que a Marielle Franco fazia. Como votar em uma candida-

ta comprometida com essa memória da Mari? Isso para a gente era uma coisa muito cara.

Então, num primeiro momento, em 2020, a gente construiu a Agenda Marielle Franco, que foi um documento com práticas e políticas, com uma metodologia. Foi preciso revisitar o que foi a produção legislativa da Marielle. Nem parece que foi só um ano de mandato. Se você vir tudo o que ela fez em menos de um ano, o que aquele mandato fez em menos de um ano, é realmente chocante. E, pensar no que poderia ter sido... Então, em 2020, a gente revisitou essa produção legislativa, para poder entender quais eram as principais políticas com as quais a Marielle estava comprometida. E, em um segundo momento, a gente entrevistou assessores, ativistas, militantes do partido, pessoas que construíram junto com ela, para poder falar quais eram as práticas que a Marielle e esse mandato, essa mandata, estava comprometida.

E, aí? Isso é importante para a gente chegar nesse modelo. Qual é esse modelo de monitoramento que a gente estava falando? Não poderia ser algo só quantitativo. Queríamos mensurar como se dava a participação política, a participação popular dentro desse mandato, o mandato da Marielle. Ele tinha uma divisão. Áreas de atuação ou grandes temas, que envolviam raça, que envolviam a favela, que envolviam o debate de gênero, que envolviam garantir a participação popular.

A gente estava falando, aqui no seminário, de mandatos coletivos. Eu gosto muito de resgatar o que eram os mandatos populares. Eu acho que é um norte para se ter ainda nesse debate sobre o processo eleitoral, e que era algo que tinha muito no mandato da Marielle, apesar de ter sido um mandato tão curto.

Então, em 2020, a gente faz essa consulta, faz uma consulta às assessoras, faz uma consulta da produção legislativa, coloca essa agenda no mundo e fala para as candidatas: “Olha, se você está falando que você quer ser uma candidata que defende o legado da Marielle, então se comprometa com esse documento”.

Em 2020, uma das dimensões que mais aparecem para a gente, durante o processo eleitoral, é a dimensão da violência política. Então, também naquele momento, a gente entendeu que não poderia considerar o início desses mandatos, e olhar e monitorar esses mandatos, sem considerar a dimensão do impacto da violência política de gênero e raça sobre esses mandatos, sobre essas parlamentares. Em 2020, a gente fez a Agenda Marielle Franco e, já em 2021, com o início do mandato dessas mulheres, a gente começou a perceber uma série de episódios de violência política. Eles anunciavam o que essas mulheres passariam, que elas teriam barreiras diferentes para poder fazer cumprir essas políticas que a gente citou no documento, que a gente construiu coletivamente, com movimentos, com especialistas e consultores.

Com o advento da Agenda, surgiu a necessidade de criar uma estratégia de monitoramento e avaliação que fosse capaz de dialogar com as práticas da Agenda Marielle Franco e com as políticas dessa agenda. Demorou um tempo até que a gente conseguisse fazer isso. Aqui, faço referência à Lauana, da Rede A Ponte, que foi quem fez esse trabalho de criar essa estratégia, de construir junto com a gente essa estratégia de monitoramento que dá conta dessas dimensões. E isso, também, olhando para a estratégia do que foi o trabalho de monitoramento e avaliação do mandato da Deputada Andréia de Jesus pela Fundação João Pinheiro.

Nessa estratégia, o principal objetivo, quando a gente começou a falar sobre monitoramento legislativo, não era ranquear, não era falar qual é a melhor deputada, qual é a melhor vereadora, para eu poder votar. Porque eu acho que ter proposta de projeto de lei aprovado não dá conta do que é a vivência dessa parlamentar, de uma parlamentar negra numa casa legislativa.

E, aqui eu vou fazer só um parêntese sobre essa técnica de ranqueamento. Eu me lembro de uma entrevista que fizemos, em uma das pesquisas sobre violência política do Instituto Marielle Franco, com a Deputada Benedita da Silva. Agora, por exemplo, acabou de sair o resultado do Prêmio Congresso em Foco. Quando a Deputada Benedita da Silva deu essa entrevista para nós, ela falou uma coisa assim: “Tem uma coisa que eu fico ainda sentida. É o fato de eu não poder ser indicada para o prêmio do Congresso, porque eu tenho investigação contra mim em curso da época em que eu fui Ministra”. Eu penso que, se você ocupa um cargo público, as pessoas podem investigar, mas ela nunca foi condenada por nada, nunca se conseguiu comprovar nada. Mas, nesse Prêmio Congresso em Foco, se você tem alguma investigação, você não pode concorrer. Eu estou usando aqui esse exemplo, que foi tirado de um depoimento, para poder dar a dimensão do que é esse ranqueamento, essa coisa de premiação. Esse modelo não dá conta do mandato de uma deputada, de uma política como é Benedita da Silva. Imagina a situação dessas jovens mulheres, dessas mulheres negras, sobretudo, dessas mulheres negras e trans, que estão se elegendendo.

A gente encomenda essa estratégia de monitoramento, e essa estratégia é construída em 2022. Partimos, em um primeiro momento, de uma qualificação do documento da Agenda Marielle Franco,

para poder, de fato, conseguir melhorar e qualificar quais são essas políticas para o legislativo. E, num segundo momento, perguntamos qual é a estratégia de monitoramento e avaliação para esse perfil de mandato. O principal objetivo dessa estratégia é garantir esse acompanhamento sistemático, pensando no fortalecimento desses mandatos e em conseguir convencer também alguns mandatos de que monitoramento é rotina. Enfim, a gente chegou falando, como alguém aqui da Fundação João Pinheiro também disse: “Quanto antes você começar, melhor, porque vira rotina”. A gente também precisava criar um instrumento que envolvesse esses mandatos e que não dependesse exclusivamente de terceiros, de uma organização da sociedade civil para poder fazer esse apoio.

Porque eu acho que a gente tem esse papel de apoiar mesmo. A nossa estratégia de monitoramento tem muitas coisas, em termos metodológicos, que vocês já falaram no seminário e que são similares. Ela tem esse intuito de mensurar as contribuições da atividade parlamentar na produção legislativa.

E, quando a gente pensa, por exemplo, no papel fiscalizador, na consistência, na relevância e na coerência política dos projetos de lei apresentados, entendendo esse documento da Agenda Marielle Franco, quais eram essas políticas públicas que a gente estava apresentando? A capacidade de mobilização e articulação do mandato, que era o ponto central para a gente. Esse diálogo com a sua base, com a base ativista. Esse mandato é verdadeiramente popular e participativo? As práticas políticas que eram utilizadas nesses mandatos estavam em consonância com o que era defendido na campanha eleitoral, mas também com o que era defendido nesse documento da agenda?

Os indicadores, eles também se propõem a mensurar esse nível de mobilização e atividade da base, o estímulo à participação social, a adoção dessas práticas políticas que a gente fala sobre diversificar o mandato, sobre garantir a participação popular. A gente fala sobre honrar esse legado da Marielle Franco de diferentes formas. A gente fala sobre coletivizar. É super bonito o documento da agenda! É uma coisa um pouquinho mais poética. Mas tem as práticas que estavam presentes no mandato da Marielle e as dimensões dos indicadores, entendendo também nosso limite e os limites da organização.

Eu acho que, agora, a Fundação João Pinheiro vai ser super importante para a gente poder ampliar. A Rede Ponte, também. Mas as dimensões dos indicadores que a gente foca são exatamente as práticas políticas. Então, tentando medir a aderência da conduta da parlamentar, a atividade parlamentar e medindo a efetividade do papel dessa legisladora, fiscalizadora e articuladora política, tendo como norte as propostas da agenda e essa aderência às práticas políticas.

Sobre o enfrentamento da situação de violência política e outras adversidades do mandato, pensando não só na parlamentar, mas também nas assessoras. A Professora Marlise Matos, aqui presente, vai poder falar melhor sobre esse ponto, certamente. A gente, muitas vezes, fala sobre a mandatária, sobre a parlamentar, sobre a deputada, sobre a vereadora, e não olha para essa militante que vai estar na rua fazendo aquela atividade de rua, apresentando o mandato. Não olha para quem está fazendo a campanha, não olha para as assessoras. A crítica que, muitas vezes, a gente recebe sobre os mandatos coletivos é sobre a falta de regulamen-

tação desse modelo. Quando você é assessora, você pode ser exposta à violência, tanto quanto aquela pessoa que é mandatária. Mas, quando você vai buscar apoio, quando você vai buscar ajuda e proteção, você não tem. E, aí, são muito nítidos os limites desse modelo. Infelizmente, neste momento, a gente não está vendo no horizonte uma legislação para poder aprimorar esse ponto.

Eu acho que o meu tempo de fala já está se esgotando ou já esgotou. Queria falar um pouquinho, rapidamente, dos desafios e da perspectiva do trabalho que a gente está iniciando agora, neste ano, com essas parlamentares. Geovani Oliveira, meu colega, está aqui presente também. Ele chegou agora, há poucos meses, na equipe do instituto, para se dedicar a isso. Tem um desafio sobre o relacionamento com as deputadas, sobre os desafios dos sites das assembleias legislativas. Alguns são ótimos, outros são uma bizarria. Aí, tem um papel da própria sociedade civil de incidir sobre isso, sobre esse acesso à informação, sobre o desafio do relacionamento. Eu falo de conseguir imprimir para esse mandato e para essa parlamentar a importância do estabelecimento de uma rotina de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação que não seja só chegar no final e fazer uma avaliação e até produzir algo injusto com a própria atuação parlamentar, que não leve em conta essas dimensões. Ou, então, que não dê conta, já que não é uma coisa de rotina, de pegar todas essas dimensões que a gente propõe nessa proposta de monitoramento.

Hoje, nós estamos retomando as eleições de 2020, que são para vereadores, quando ainda não tínhamos uma estratégia de monitoramento desenhada, para poder fazer, de fato, um balanço. A gente acredita nesse potencial transformador das práticas

que estão presentes na Agenda Marielle Franco. A gente também está desenvolvendo o site, para que os próprios mandatos possam fazer essa coleta, fornecendo esses dados diretamente. E, eu acho que isso só é possível quando você tem esse envolvimento e quando o mandato ganha, o mandato sempre ganha. Mas eu acho que é mostrar também para essas parlamentares como elas conseguem ganhar, ao se envolver e ao serem responsáveis com essas estratégias, seja a partir da Rede A Ponte, da Fundação João Pinheiro, da Agenda Marielle Franco ou de outras agendas de companheiros e companheiras das organizações da sociedade civil.

Essa vai ser uma estratégia, pensando em uma perspectiva eleitoral, de fortalecimento eleitoral, importante em 2024. Como vai ser esse balanço? Como é que a gente vai ter outras Deputadas Andréias, que de uma eleição para outra tem um *boom* de votos fazendo um mandato bom? É mostrando e também conseguindo comunicar que o mandato teve um bom resultado, em que pese inúmeros episódios de violência política, em que pese uma casa legislativa extremamente conservadora, em que pese uma série de outras barreiras para a atuação política e parlamentar. Então, acho que esse é o nosso desafio, que já está sendo enfrentado e pensado aí para o próximo ciclo, englobando não só as deputadas, essas 32 deputadas negras e trans, mas também as vereadoras que iniciaram lá em 2020 com a gente. Obrigada!

#### NOTAS:

3 Coordenadora de Incidência e Pesquisa no Instituto Marielle Franco.



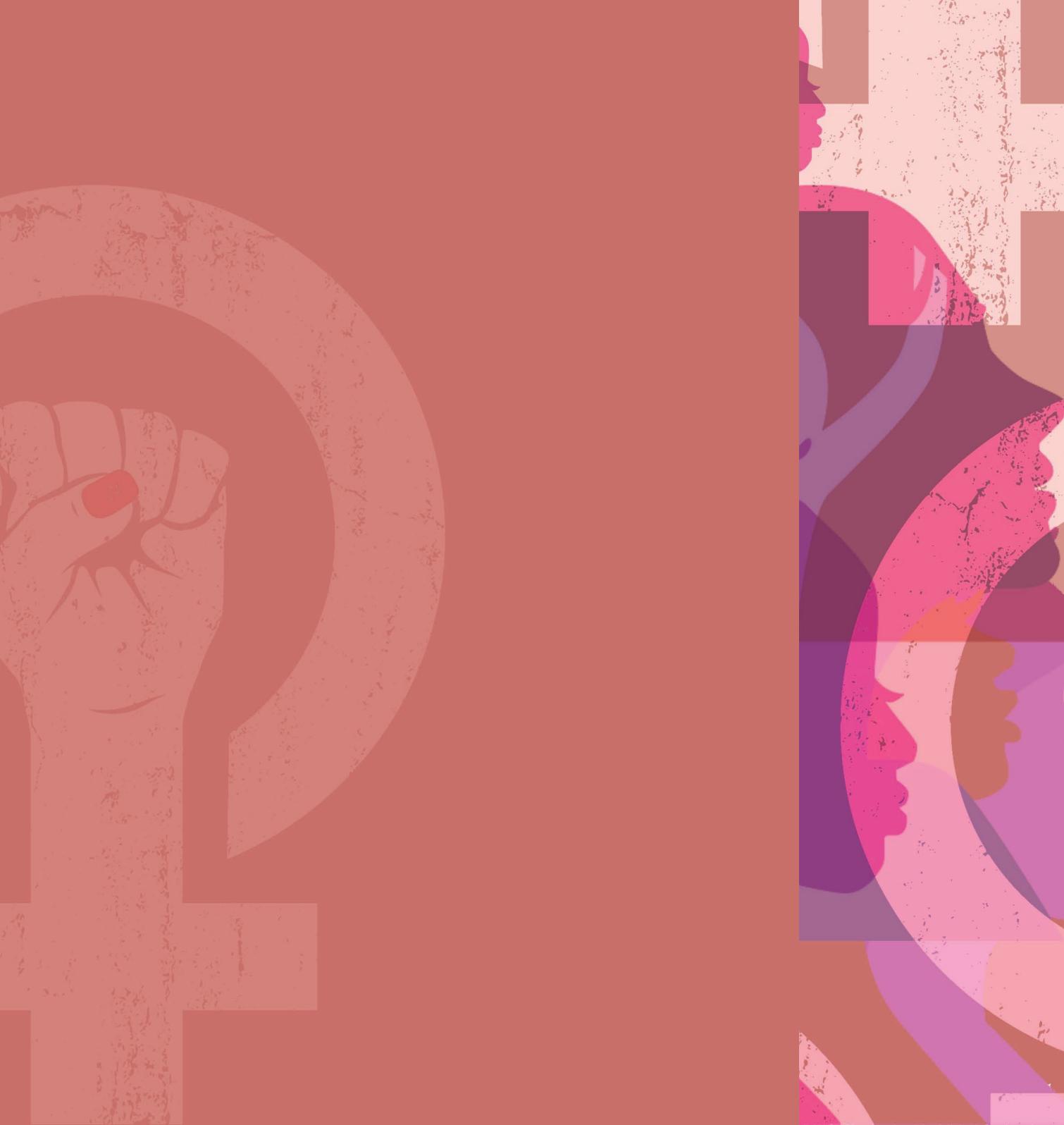
Da esquerda para a direita: a Deputada Estadual de Minas Gerais Andréia de Jesus, Letícia Godinho, Raquel de Mattos Viana e Fabiana Pinto.

Fotografia: Marina Pimenta Romualdo da Silva



A Deputada Estadual de Minas Gerais Andréia de Jesus, no 1º Seminário Ocupação Feminista e Antirracista dos Espaços de Poder - casas legislativas.

Fotografia: Marina Pimenta Romualdo da Silva



**PARTE 3:**

## **VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA**

---

**Transcrição:**

Lucas Moreira Barreira

**Preparação do texto para a publicação:**

Cláudia Torres Lopes

e Marina Alves Amorim

## **CAPÍTULO 8: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E RAÇA**

Marlise Matos<sup>1</sup>

Boa tarde para todas, para todos e para todes. É uma alegria estar aqui. Hoje reencontrei, aqui no evento promovido pelo Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade, o Egedi, em parceria conosco do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, o Nepem, pessoas muito queridas, que a gente vem acompanhando há muitos anos, e é sempre uma satisfação.

Eu comecei, 20 anos atrás, estudando sub-representação de mulheres na política institucional, e, rapidamente, descobri que não tínhamos que falar de sub-representação de mulheres, mas sim de exclusão política de mulheres. E, infelizmente, 19 anos depois, estou falando de feminicídio político de mulheres. Então, um primeiro ponto: é central entender que não estamos avançando na velocidade da luz como gostaríamos; não estamos avançando com a mesma força e a mesma intensidade que muitas das mulheres, hoje aqui presentes, têm vontade. O ritmo não é exatamente aquele que nos agrada.

A Deputada Andréia de Jesus falava da corrosão da democracia como um processo. Não é mais crise. O que eu quero começar mostrando são justamente os dados mundiais desse processo crescente e assustador. Acho que precisamos sempre fazer essa ponderação: para onde estamos indo? Temos que abrir espaço, dentro das mentes e dos corações dos gestores públicos de Minas

90

Gerais, para que compreendam que nós também estamos fazendo Ciência Política e Gestão Pública, e de excelência e qualidade. Esse é um processo contínuo de aprendizagens. Estamos, de fato, lidando com o que há de mais profundo na democracia. Então, os desafios colocados não são pequenos, pelo menos no contexto especial que nós estamos vivendo hoje, que é esse processo muito grave de corrosão da própria democracia.

Vou iniciar minha apresentação falando de dados sobre a autocratização no mundo que é um processo global que está em andamento. Mensurar democracias é um desafio monumental. Acabamos de falar dos desafios de mensurar e avaliar mandatos legislativos. Imaginem o que significa mensurar sistemas e regimes políticos que são, por certo, multidimensionais. Nós temos que criar instrumentos. Não nos cabe outro papel como cientistas políticos senão criar mecanismos, metodologias, estratégias, abordagens técnicas que nos permitam mensurar a democracia, ainda que saibamos que a democracia transborda para muito além dos nossos indicadores. Várias organizações têm feito esse trabalho de avaliar sistemas políticos no mundo. Escolhi o *Varieties of Democracy*, o V-Dem, um instituto sueco que opera uma padronização de indicadores e que reúne mais de 4.000 pesquisadores que estão buscando mensurar o jogo democrático. Esse instituto classifica as democracias mundiais, mas sabemos que não existe um padrão universal, hegemônico, consensual. Se vocês olhassem para outros institutos, talvez eles tivessem outras classificações.

O último relatório do V-Dem, de 2023, foi feito com dados de 2022. Vou apresentá-los para vocês porque acho que esses dados nos dão uma dimensão do tamanho dos desafios que nos estão

colocados. Cabe a mim justificar um contexto de escalada da violência política. E o movimento que eu pretendo fazer aqui é tentar fazê-las compreender que o avanço e a escalada da violência política são diretamente proporcionais ou estão, de uma forma muito perversa, vinculados ao movimento global de ascensão dos regimes de extrema direita em todo o mundo. Portanto, ao processo de corrosão da democracia, ou, como a Ciência Política – sempre eufêmica e usando as suas palavras belas para dizer coisas bem perversas e horrorosas – tem chamado, esse processo de autocratização, que é a fascistização e a corrosão da democracia.

91

Vou fazer a defesa, como a Deputada Andréia de Jesus nos chamou à atenção, da democracia liberal. Aquela que não nos incluiu. Aquela que realizou, desde o momento da sua emergência para o mundo, um contrato sexual e um contrato racial de subordinação das mulheres e das pessoas negras. Um contratualismo moderno que era racista, misógino e sexista. Mas é essa democracia, com todos esses defeitos, que estamos tendo que defender ultimamente, porque o quadro geral é grave. Quando você começa a ter deficiências nas democracias liberais, entramos nas democracias eleitorais, com menos participação, menos controles públicos. Outro estágio, são as autocracias eleitorais. O Brasil sofreu ataques autocráticos e foi classificado pelo V-Dem como uma autocracia eleitoral. Só a partir de 2022, com a eleição última presidencial, que saímos da condição de autocracia eleitoral. E, temos as ditaduras, os regimes fechados. Esse é o mapa do mundo, hoje.

Quando observamos a distribuição dos regimes políticos no mundo, pode parecer que temos mais democracia. Mas eu volto a insistir que temos a democracia liberal, com todos os seus limites

e com todas as suas exclusões. Se considerarmos a quantidade de pessoas, percebemos que 72% da população mundial estava vivendo em autocracias até o ano de 2022. São 5,7 bilhões de pessoas que não vivem sob o regime democrático. E apenas 13% que está vivendo em democracia liberal, cheias de problemas. Isso é para contextualizar o tamanho dos nossos desafios.

Hoje, nós estamos aqui neste espaço, dentro desta Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, defendendo a democracia. Lá fora, a coisa anda de maneira acelerada e escalada para um quadro geral generalizado de ruptura democrática. Brasil, Polônia, Hungria, Índia e Turquia são considerados pelo V-Dem os países que mais sofreram com um quadro de ruptura democrática. Em todos eles, a situação foi agravada a partir dos anos 2010. Eu não vou ter tempo de me alongar nesse ponto, mas eu vou defender, no início de 2024, a minha tese de professora titular sobre a democracia na América Latina. Nela, eu vou falar de três ciclos: primeiro, a onda rosa latino-americana; depois, uma contrarrevolução preventiva, que é o nome que eu dou aos ataques antidemocráticos que fizeram sucumbir os regimes de centro-esquerda que ocuparam a agenda latino-americana a partir de 1998 até mais ou menos 2010; e um ciclo neoconservador.

Em 2015, eu escrevi, assustadíssima, sobre a violência sexista e misógina sofrida pela única mulher que alcançou a Presidência da República no Brasil. Foi algo verdadeiramente assustador o que aconteceu. Ali, a coisa realmente não estava bem. Dilma Rousseff foi uma presa fácil do ativismo antigênero que, aqui, também foi deflagrado. E o ativismo antigênero, que é uma dimensão global desse neoconservadorismo, é um elemento explícito da expansão

da violência política. Então, nesse sentido, hoje, o Brasil figura entre os dez maiores países autocratizados do mundo, mesmo com a conquista de 2022. E a Áurea Carolina<sup>2</sup> falou um pouco disso, quando afirmou que nós estamos vivendo uma transição. O Brasil não é, hoje, plenamente democrático, se é que ele foi em algum momento plenamente democrático. Mas mesmo pensando regras e procedimentos da democracia liberal, que são bastante limitados, os institutos internacionais não classificam o Brasil como sendo uma democracia plena. Isso tem a ver, com certeza, na minha opinião, com a eleição de 2018, com um movimento neoconservador que ocupa a cena política.

Mulheres também são recrutadas pelo ativismo antigênero, pelo ativismo racista, pelo ativismo lesbofóbico. E, por aí vai. Nós temos parlamentares hoje que dedicam as suas agendas políticas em promover violência política contra esses segmentos todos. Então, nós fomos atrás da mensuração sobre violência política, inclusive, das pesquisas do Instituto Marielle Franco, mencionadas pela Fabiana Pinto<sup>3</sup> neste Seminário. O Nepem chegou a fazer, em 2020, uma pesquisa sobre isso. Esse é um dos nós das nossas pesquisas sobre violência política, porque não temos dados universais e generalizáveis. Não temos um diagnóstico nacional sobre violência política, porque a gente não tem uma pesquisa nacional sobre violência política. Essa é uma das minhas brigas, lá no Observatório Nacional da Mulher na Política, porque precisamos, sim, de um diagnóstico nacional. O que existe, são pesquisas que observam dados de jornais, revistas, sites, mídias e vão fazendo compilados.

Os dois picos de violência política evidenciados são no período das eleições de 2020 e, depois, nas eleições de 2022. O Giel, o

Grupo de Investigação Eleitoral da Escola de Ciência Política da Unirio, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, está mapeando isso há muito mais tempo. Eu fiz questão de pedir esses dados para esses períodos, para que possamos ver a escalada da violência política, durante a campanha eleitoral. Isso é um fato que os dados já estão demonstrando.

Vou falar de dois feminicídios políticos que têm uma marca muito forte na história latino-americana, porque pode ser triste para muitas pessoas, mas o Brasil faz parte da América Latina. Inclusive, dentro da geopolítica, ocupamos um papel muito importante dentro do continente latino-americano. O primeiro feminicídio político que vou falar aconteceu há 11 anos, o de Juana Quispe Apaza, que era uma vereadora de um município próximo à La Paz, na Bolívia, que se chama Ancoraimes. Ela foi assassinada, estrangulada, porque começou a denunciar os episódios de violência que vivia. O assassinato ocorreu justamente no dia 13 de março de 2012, e, em 14 de março de alguns anos depois, em 2018, ocorreu a execução de Marielle Franco, no Rio de Janeiro. Isso não é coincidência cronológica, astrológica, e, sim, um movimento orquestrado, intencional. Marielle também sofreu feminicídio político.

A América Latina foi a primeira região a nomear o fenômeno da violência política. O primeiro tratado internacional foi produzido pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que criou uma declaração sobre *acoso e violencia politica contra las mujeres* e a primeira das leis nacionais de enfrentamento à violência política. A nossa história colonial nos leva a pensar em uma forma de entroncamento que tenho chamado recentemente de entroncamento patriarcal, racista, cisheterossexista. Desde 1994, quando

a gente aprovou a Convenção Interamericana de Belém do Pará sobre Enfrentamento à Violência contra Mulheres, até chegarmos em 2021 com as duas legislações brasileiras. Chamo a atenção para o fato de que a violência política é sempre interseccional, como quase todas as formas de violência contra as mulheres. É importante entender que ela ocorre na esfera pública, na esfera privada, ela ocorre *on-line*, ela ocorre *off-line*. Ela não ocorre só nas redes sociais. Ela ocorre associada ao gênero e à raça, à lesbofobia, à transfobia, ao capacitismo. Todas essas dimensões precisam ser levadas em conta.

Queria só lembrar da proposição das leis, que a Deputada Andréia de Jesus já mencionou neste Seminário, que, com muita alegria, acompanhamos de perto. Mas, Deputada Andréia, nós temos que ir adiante. Adiante significa construir uma rede de enfrentamento e de proteção às mulheres em situação de violência política. É urgente, é necessário e é pré-condição. Eu mesma estou cansada de apoiar mulheres que chegam a se eleger e, literalmente, entregá-las aos leões. Entregá-las ao circo. Entregá-las aos seus algozes, sem que a gente construa uma rede de proteção mais ampla para que elas possam permanecer nesse lugar. Então, nós precisamos construir todas essas redes no estado de Minas Gerais. Eu espero que a gente seja vanguarda nisso. O Nepem está imbuído nessa missão. Nós vamos construir e pactuar essas redes. Eu tenho ido ao Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, tenho ido à Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Tenho ido, também, na pasta de Mulheres da Sedese, a Subsecretária de Política dos Direitos das Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Tenho ido, então, onde é

necessário, para que possamos pactuar um protocolo unificado de atendimento às mulheres em situação de violência e pactuar os fluxos. Porque a nossa legislação é omissa e, na omissão, as mulheres vão perdendo as suas vidas.

Para terminar, um exemplo de boa prática que uma rede poderia promover é fazer um violentômetro, como existe para a violência doméstica. O que são situações muito graves de violência política? O que são situações de alerta de violência política? O que são campanhas eleitorais sem violência ou experiência política sem violência? Diria que nós, aqui na América Latina, temos uma situação muito específica para a qual é necessário chamar a atenção. É por isso que é importante olhar para o Brasil como parte integrante, como parte constitutiva da América Latina: nós combinamos o patriarcado não moderno ou o patriarcado pré-colonial com o patriarcado moderno colonial. Nós combinamos isso com o que algumas autoras decoloniais chamam de entroncamento patriarcal, de patriarcados com a colonialidade. Isso agrega conteúdo de violência. A gente combina isso com uma opressão racista, patriarcal, interseccional. A gente combina isso com algo que a minha amiga Márcia Tiburi, tem nomeado com esse nome horrível, mas que vale a pena mencionar; é o turbotecnonazimachofascismo patriarcal. É onde você vai ter não só a herança histórica enraizada, a vida cotidiana, mas também a mídia digital como racista e misógina. Então, essa é uma luta que nós precisamos travar.

do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), formação complementar em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidad de La Republica (Udelar) e Universidad de Buenos Aires (UBA), com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU). Atuou como professora do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), entre 1996 e 2005. É professora do Departamento de Ciência Política da UFMG, e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) da UFMG. É também co-presidenta eleita do Research Committee 32 Women, Gender and Society da International Sociological Association (ISA) e representante latino-americana da Sociologists for Women in Society (SWS). Foi Assessora da Sociedade Civil da ONU Mulheres Brasil por dois mandatos – 2013-2014 e 2015-2016. Como pesquisadora tem atuado na área das relações de gênero, avaliação de políticas públicas, políticas públicas e diversidade, representação e participação políticas de minorias e movimentos sociais, comportamento político de mulheres e nas mais diversas temáticas sobre direitos humanos, especialmente os das mulheres. Tem experiência, ainda, nas áreas de sociologia e política das relações de gênero, desigualdades sociais, planejamento, avaliação e monitoramento de políticas públicas e cidadania.

2 Áurea Carolina de Freitas e Silva, ex-vereadora de Belo Horizonte e ex-deputada federal pelo estado de Minas Gerais, também convidada do Seminário.

3 Fabiana Pinto é Coordenadora de Ensino e Pesquisa do Instituto Marielle Franco, e participou de outra mesa redonda do seminário, aquela dedicada à avaliação de mandatas.

---

#### NOTAS:

1 Possui graduação em psicologia e aperfeiçoamento em metodologia quantitativa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal

## **CAPÍTULO 9: DESAFIOS, APRENDIZADOS E OPORTUNIDADES DA ROTINA PARLAMENTAR FEMINISTA E ANTIRRACISTA**

Germana Accioly<sup>4</sup>

Falar depois da Professora Marlise Matos é um desafio tremendo, meu Deus! Oi, gente, boa tarde! Meu nome é Germana Accioly. Eu venho lá do Recife falar neste Seminário do lugar de quem trabalha em mandatos parlamentares. Trabalhei 20 anos em mandatos ativistas no Brasil, nas três casas legislativas – federal, estadual e municipal. Fui chefe de gabinete das Juntas Codeputadas, mas não foi ali que eu comecei. Estou falando das Juntas, em primeiro lugar, porque, aqui, elas já foram citadas e eu sei que vocês as conhecem. Tinha planejado fazer uma apresentação, mas eu acho que, em função do tempo, eu vou seguindo minha apresentação sem projetá-la, falando para vocês, falando um pouco de mim, da minha trajetória. Eu trabalhei no mandato da vereadora do Recife Dani Portela, como chefe de gabinete, e também fui chefe de gabinete do vereador do Recife Ivan Moraes. Em todos esses mandatos, observei e comecei a compreender algumas práticas e algumas grandes dificuldades que a equipe enfrentava, que eu prefiro chamar de desafios.

Já falaram no Seminário que nós precisamos cuidar das equipes parlamentares que vivem em situação de violência. Não é só uma violência externa que atinge as equipes. Em geral, elas são atingidas por violências que vêm de vários lugares. Tem a violên-

cia da casa institucional para dentro do gabinete, tem violência da rua para o gabinete, tem violência do gabinete para o gabinete. É uma perspectiva ainda muito subjetiva. Mas, com toda essa bagagem que eu tenho, recebi uma missão e um convite do Nossas, que é uma organização sem fins lucrativos, de investigar, como consultora, os mandatos ativistas no Brasil, justamente, levantando as fragilidades, para compreendermos onde é necessário cuidar. Muitas organizações já cuidam dos mandatos, já oferecem serviços na área legislativa, de autocuidado, de segurança. Mas o que o Nossas queria entender é o que é que está faltando, o que a gente precisa na ponta e não existe. Enfim, trata-se de um diagnóstico. Então, eu entrevistei mais de 50 mandatos nesse processo, juntando entrevistas que eu fiz por vídeo ou pessoalmente, mais formulários que eu enviei, que responderam e que me retornaram. Cheguei à conclusão de que o que a gente vivia lá no Recife, mudando as personagens, as situações, é igual ao que as pessoas estão vivendo em Belém, no interior da Paraíba, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A ideia é que eu fale muito da minha experiência, mas eu quero falar da minha experiência trazendo resultados preliminares da consultoria, porque, simplesmente, as experiências não são só minhas. Essa experiência é uma experiência de muitas, de todas.

Existem algumas frases que eu ouvi ao longo do trabalho com o Nossas, frases que eu estou mantendo anônimas, como essa: “Eu não venho da política institucional, que eu acho mais violenta ainda. É grito, é corte de microfone, é ameaça, tudo o que eles puderem fazer para o ambiente ficar inóspito”. Essa fala foi de uma parlamentar do interior de São Paulo. E eu me pergunto: uma parlamentar que vive essa situação no plenário, como ela chega para

a equipe? De que maneira ela vai cobrar essa equipe? Uma equipe que vem da militância, e que, muitas vezes, atuava junto com a parlamentar no movimento. Além disso, quando se vira a chave para a institucionalidade, essa equipe não tem nenhum ou tem pouco preparo. O que vejo é que os primeiros anos dos mandatos ativistas são dolorosos, são anos em que se tenta compreender como as casas legislativas funcionam, e, às vezes, não se entende porque ninguém ajuda direito.

Outro ponto é que essa pessoa que vem da militância e que entra no parlamento, em um mandato que defende o trabalhador, entra com um vínculo precário de trabalho. Ou é terceirizado, ou é cargo comissionado. Não tem direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, não tem direito ao seguro desemprego. Como fica a situação desse profissional?

Também temos que falar da solidão dessas parlamentares. Há dois dados, ambos da Rede A Ponte, que, para mim, demonstram essa solidão, e é algo que também reverbera nas equipes. Nas casas legislativas municipais no Brasil, 1.800 mulheres estão sozinhas, 1.800 mulheres vereadoras. Isso sem contar as casas legislativas que não têm parlamentares mulheres. Outro dado alarmante: em 2016, 16.131 candidaturas não tiveram nenhum voto; dessas, 14.417 eram mulheres.

As mulheres quando são eleitas enfrentam outro problema. Estou falando isso para falar do partido. Vem outro problema, porque o partido aposta que a mulher não vai ser eleita. Quando ela é eleita, então, o partido faz tudo para ela desistir. Aí, vem toda a disputa, inclusive, se houver outro mandato do mesmo partido na mesma casa legislativa, já que as pessoas vivem em estado de

campanha. Viver em estado de campanha é como viver em estado de paixão, e ninguém aguenta viver assim a vida toda. É exaustivo, gente. É sério. Eu fiz campanha por 20 anos da minha vida. E é assim que a gente vive nos mandatos ativistas para poder sobreviver, para equilibrar tantos pratos.

Nesse trabalho de consultoria, eu identifiquei algumas coisas. Por exemplo, a dificuldade de diferenciar o que é militância e o que é assessoria, de compreender os limites. Qual é a grande questão? É que isso é tão complexo que eu acho que eu podia passar dez minutos falando disso. Por quê? A dificuldade é a seguinte: a militância, quando entra na casa legislativa, ela se depara com a realidade de um parlamentar que não pode fazer nada. Mas, como é que você continua dialogando com a militância, com os nossos movimentos? Como você continua nutrindo aquele movimento quando a expectativa do movimento era outra e se frustra? É preciso compreender esses limites. Parte das pessoas daquele movimento, provavelmente, viraram assessores. A frustração é maior ainda, porque ela recai sobre as costas desse pessoal.

Eu vou passar para outro ponto que são as necessidades de formação da equipe. As equipes não chegam formadas. Eu sou jornalista de formação, mas eu não sou jornalista legislativa. Então, é tudo um problema, tem uma nomenclatura; tem a tradução dessa nomenclatura, que é muito importante também, porque a nomenclatura em si não comunica, né?

Enfim, a violência política nas casas legislativas, como eu já falei aqui, é de dentro para fora, é de fora para dentro e é de dentro para dentro. O vínculo precarizado da equipe e a alta rotatividade precisam ser mencionados. Encontrei mandato com dois anos

de existência, onde entraram e saíram 21 pessoas. Não havia ninguém que estava desde o início. O planejamento, na maioria das vezes nesses mandatos, é feito em dois, três dias. E eu acho incrível fazer planejamento, não é uma crítica. Os mandatos ativistas vivem apagando incêndio e, com isso, vem a frustração, já que não conseguimos realizar o nosso planejamento. Isso é um problema. Aí, não conseguimos gerenciar os nossos fluxos, logo, não conseguimos manter a equipe.

E, por último, algo que era unanimidade nesses mandatos que eu entrevistei: a saúde mental. O que saúde mental tem a ver com mandatos feministas, ativistas e antirracistas? Uma das pessoas que falou comigo disse assim: “a falta de organização gera gatilho de saúde mental”. Eu achei essa frase muito, muito, muito forte, porque é verdade que a gente precisa dos limites. É verdade que a gente precisa saber o que a gente vai fazer, para se sentir um pouco mais seguro e, talvez, com o pé no chão. E, como a pauta quem gere não é o mandato, a pauta é da casa legislativa, da rotina política que eu já falei, que é tão frustrada, ela tira da gente a capacidade de refletir, tira da gente a capacidade de avaliar.

Na experiência das Juntas, por exemplo, que foi uma experiência incrível, a primeira mandata feminista só de mulheres de Pernambuco, eu sofri muito e todo mundo sofreu muito. Passamos a criar tecnologias de autocuidado para que pudéssemos seguir em frente, e conseguimos. Mas foi com muita luta. Tinha uma psicóloga que cuidava das Juntas, uma que cuidava das coordenadoras e outra que cuidava da equipe, uma vez por mês.

Mandatos são organismos vivos e reagem ao clima organizacional e ao clima político. Então, precisamos, necessitamos, cuidar

desses mandatos, na minha opinião, desde antes de eles existirem. Quando estamos na campanha, percebemos que o partido está lutando contra a gente. Quando entramos na casa legislativa, somos agredidos já pelo segurança, na portaria, que vira para mim e pergunta: “E essa sua roupa aí que você usa? Você comprou onde? Essa sua fantasia de hippie?” Como você começa a trabalhar assim, gente? Eu que sou uma pessoa com esse *layout* aqui, uma mulher branca e de olhos claros, não é? Imagine o que passam as pessoas negras, as pessoas trans. Então, se a gente não tiver um fortalecimento dos processos, das equipes, e fundamentalmente respeitando o DNA de cada organização, eu acho que a gente vai seguir, infelizmente, muito infelizmente, elegendo e não reelegendo, elegendo e quebrando no meio.

Enfim, era isso. Queria agradecer a oportunidade e dizer que é uma honra vir do Recife e ouvir vocês. Isso nos nutre também. Acho que a gente precisa trocar mais. Eu não sei qual é o instrumento que a gente pode ter que possa impedir a violência política, porque a violência me parece tão etérea quanto o ar neste momento, para quem trabalha nesse ramo, para quem escolhe esse papel de assessoria, esse papel precarizado mesmo, na minha opinião. Então, era isso. Muito obrigada.

#### NOTAS:

4 Germana Accioly é jornalista e trabalha há mais de 20 anos na gestão de mandatos, tendo atuado nas três esferas do poder legislativo. Construiu o Movimento Ocupa Política, foi chefe de Gabinete do Deputado Federal de Pernambuco Fernando Ferro, do Vereador do Recife Ivan Moraes, das Juntas Codeputadas e da Vereadora do Recife Dani Portela. É consultora para o campo legislativo, com ênfase em mandatos de mulheres, gestão interna, planejamento estratégico e relação com as casas legislativas.

## CAPÍTULO 10: PERSPECTIVAS ELEITORAIS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Carina Bortolini<sup>5</sup>

Boa tarde, todos e todas. Agradeço o convite. Meu nome é Carina Bortolini, eu sou servidora da Justiça Eleitoral, trabalho na Seção de Pesquisa e Cidadania do Tribunal Regional Eleitoral, o TRE, aqui de Minas Gerais. Lá, hoje, eu ocupo o cargo de coordenadora da Comissão de Participação Feminina.

Para começar, eu queria falar um pouquinho da minha experiência na Justiça Eleitoral. Quando assumi meu cargo na Justiça Eleitoral, há 17 anos, eu fui para o interior, para o cartório eleitoral, que é onde a gente lida mesmo, *tête-à-tête*, com o pessoal, com o eleitor, com os candidatos e as candidatas. Ali, eu comecei, ainda muito inexperiente, mas, logo, notei o primeiro traço da violência política de gênero, mesmo sem entender. Eu percebia o que me pareceu ser, a princípio, um desinteresse das mulheres pelas candidaturas. Depois, eu fui percebendo o cenário daquela cidade, no Campo das Vertentes. Uma cidade muito pequena e que vive a realidade de diversas cidades do interior que a gente vê por aí, em Minas Gerais e no Brasil, que é a de grupos consolidados que se alternam no poder, certo? Ali, no caso, eram dois homens brancos privilegiados economicamente. Assim foi nos quase oito anos que eu fiquei naquela cidade. Eles foram se alternando, até que, no ano em que eu saí de lá, teve uma grande novidade na cidade, que foi a eleição de um novo homem, só que mais jovem, também branco, também de classe econômica privilegiada.

Vim para Belo Horizonte, fui trabalhar em um Cartório de Venda Nova, que é uma região que fica bem pertinho de Ribeirão das Neves. Aí, eu já via a violência política de gênero bem mais face a face. Nessa época, eu era responsável pelas prestações de contas dos candidatos eleitos e não eleitos. E, eu via chegar no balcão todo tipo de violência sofrida pelas mulheres que vinham falar comigo. Muitas se candidatavam por insistência do partido, para preencher a cota dos 30%, sem saber o que estavam fazendo, mas tentando ocupar aquele espaço. Quando elas não eram eleitas, ficavam desesperadas, porque não tinha nenhum apoio na prestação de contas, já que o partido as deixava à deriva. Muitas nem sabem o que é isso, né? Chegava a intimação e elas perguntavam: “o que é isso que eu tô devendo?” Outras nem sabiam que eram candidatas. Elas só iam saber que eram candidatas, no momento da prestação de contas. Mulheres que assinaram, às vezes, uma ficha que acreditavam ser de filiação do partido e que, de repente, foram candidatas, não foram eleitas e estavam devendo à Justiça Eleitoral. Há aquelas que, com toda essa dificuldade, ainda assim decidem se candidatar, mas, depois que se candidatam, não têm apoio. Elas são simplesmente ignoradas pelos partidos. Na época de campanha eleitoral, não tem o repasse do Fundo Partidário, do Fundo Eleitoral, que é obrigatório, mas, muitas vezes, isso passa despercebido, porque, se elas não forem à justiça clamar por seus direitos, isso também passa.

Passado esse período, eu vim, finalmente, para a secretaria sede do TRE em Minas Gerais e, atualmente, estou nesse Setor de Pesquisa e Cidadania, onde está a Comissão de Participação Feminina. Lá, a gente observa esse cenário e tenta trazer alguma solu-

ção. Buscamos, assim, trazer informação e discussões sobre essa questão. Há pouco mais de um mês, estivemos em Conselheiro Lafaiete em um seminário semelhante a este aqui, em que pude conhecer a Deputada Estadual Lohanna França. Eu fiquei muito impactada com a fala dela, porque ela está sendo ameaçada de morte, de estupro. O motivo disso? Ela ajudou a aprovar um projeto que institui a Semana da Maternidade Atípica. É um projeto que ampara mulheres que têm filhos com deficiência. Por que isso pode gerar tanto ódio, não é? Então, assim, não importa qual pauta, não importa a luta.

Quando a gente coloca sobre isso a lente da raça, a lente da homofobia e da transfobia, só piora. Temos tantos outros casos que podemos citar, além do da Lohanna. As nossas colegas falando aqui mais cedo, a Manuela D’Ávila, a própria Deputada Andréia de Jesus, várias aqui podem dizer sobre as violências que sofrem. Há tantas outras que nem chegam a denunciar. Gostaria de citar também uma fala da deputada Erika Hilton, que eu achei muito interessante. Ela disse o seguinte: “Eu tenho que lutar tanto para poder combater essa violência e tentar falar em cima dessa violência que não sobra espaço para eu defender as pautas, para eu defender os projetos”. Isso não é por acaso, isso é uma estratégia para que essas mulheres não estejam na política, para que essas pautas nunca cheguem lá. Porque, afinal, elas têm tanto desgaste para o combate da violência política que não sobra espaço para defender o que realmente interessa.

Eu trouxe um instrumento ótimo que é a cartilha sobre Violência Política de Gênero do Observatório de Violência Política Contra a Mulher<sup>6</sup>, que foi produzida pelo TSE. Trazendo uma visão *en*

*passant* a legislação brasileira de hoje, promulgada em 2021, a Lei nº 14.192, que conceitua a violência política de gênero: violência política contra a mulher é toda ação, conduta ou omissão, com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos de mulheres, assim como atos que impliquem também em distinção, exclusão ou restrição do reconhecimento, gozo ou exercício dos seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais.

Outra parte importante é saber quem são os agressores na violência política de gênero. Segundo a cartilha, o agressor pode vir institucionalmente. Então, como a própria Deputada Andréia de Jesus falou, no caso dela, foram policiais. Outros exemplos são as Forças de Segurança, as Forças Armadas, instituições governamentais, representantes dos três poderes, agentes eleitorais e servidores públicos. Também na esfera política não estatal, temos candidatos, líderes e membros de partido e forças paramilitares e no âmbito social, veículos de comunicação, eleitores. Podemos incluir também as mídias sociais, líderes religiosos, a própria comunidade e empregadores. A violência política de gênero não tem como vítimas só candidatas. Claro que aqui estamos com esse enfoque, mas também pensamos para além dele. Então, as vítimas, no âmbito político, podem ser candidatas, eleitas ou não, mulheres eleitas e militantes. No âmbito institucional, integrantes e servidores dos órgãos eleitorais, os servidores e a Justiça Eleitoral, policiais e forças de segurança, servidoras públicas, integrantes da administração pública federal, estadual e municipal. No âmbito profissional, jornalistas e ativistas. E no âmbito individual, cidadãs e eleitoras.

Um ponto muito interessante pontuado pela cartilha é sobre o momento da configuração da violência de gênero, porque não é só

no pleito. Ou seja, é antes, durante e depois. A cartilha traz, ainda, um pouquinho sobre o local dessa violência que pode ser um sindicato, um partido político, uma associação profissional, todos os ramos da administração pública direta e indireta *etc.* E, por fim, a cartilha traz os tipos de agressão que podem ser de natureza física, como é o caso da Marielle Franco, por exemplo. A violência não física pode ser moral, simbólica, econômica, a qual pode se manifestar na recusa do partido de fazer os repasses de recursos para campanha. Como violência não física, ainda há a psicológica, que eu acho que todas sofrem, não é?

Para finalizar, eu queria trazer uma reflexão, porque estamos tratando a violência política por esse ângulo, mas a violência política é algo bem mais generalizado. Por quê? Porque quando a gente fala em mulheres ocuparem espaços de poder, seja na política, seja no âmbito social, seja nos órgãos públicos, seja nas empresas privadas, precisamos dar condições para essas mulheres permanecerem lá. Não adianta você dar as condições para que elas cheguem lá e não dar as condições para que permaneçam. Porque toda política pública é pensada para homens, não é? O que se deseja é que as mulheres ocupem, mas se deseja que elas sejam homens, que elas ajam como homens. Então, eu trago uma ilustração, por exemplo, sobre o expediente profissional e a jornada de trabalho. É uma jornada que não atende mulheres. Por quê? Porque as mulheres são as cuidadoras. As mulheres é que cuidam dos filhos, as mulheres é que cuidam dos pais. As mulheres são majoritariamente donas de casa. Não deveria ser assim. Mas enquanto as mulheres forem encarregadas de 99% de tudo isso na nossa sociedade, ter-se-ia que dar condições a elas diferenciadas,

certo? De jornada? Sim! De folga? Sim! Então, as políticas públicas precisam mudar. Precisamos mudar essas mentalidades. Enquanto elas forem sobrecarregadas com todas essas funções e com todas essas violências, nós temos que dar condições diferentes. Com isso, eu finalizo e agradeço a todos e todas.

NOTAS:

5 Coordenadora da Comissão de Participação Feminina do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG).

6 Disponível em: <https://transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha-P-TBR.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.



Fotografia: Marina Pimenta Romualdo da Silva

Da esquerda para a direita: Marlise Matos, Carina Bortolini, Germana Accioly e Cláudia Torres Lopes.

# 1<sup>ST</sup> FEMINIST AND ANTI-RACIST OCCUPATION OF SPACES OF POWER SEMINAR: LEGISLATIVE HOUSES

The opening conference and round tables

Organization: Marina Alves Amorim

## PRESENTATION

---

Marina Alves Amorim<sup>1</sup>

The State, Gender and Diversity Research Group, of the João Pinheiro Foundation, has been dedicated for some years to developing engaged research into feminist and anti-racist occupation of spaces of power. The aim is to understand, encourage and provide technical support for these experiences.

Initially, the research group focussed on the executive branch:

- The Pathways Research Project sought to reconstruct and analyze the career paths of graduates in public administration at the School of Government of João Pinheiro Foundation. In doing so, it sought to identify and understand the variations by class, gender and race/color. This project was carried out between 2016 and 2018 with funding from the Minas Gerais State Research Foundation.
- The Women, Black Women and Managers Project, developed between 2019 and 2021, with funding from a parliamentary amendment by Minas Gerais State Deputy Andréia de Jesus, aimed to deepen our knowledge of the paths taken by black women managers in Minas Gerais, with their own achievements and obstacles, and to record their stories in a collective biography. It investigated how investment in education became a possible reality and, in combination with other factors, made it possible for them to achieve a prominent professional position in the public sector, despite the sexist and racist power structures that prevail in Brazil.

More recently, the research group has also focussed on the legislative branch. In 2022, the group evaluated the first mandate of state deputy Andréia de Jesus, the first black parliamentarian in the Legislative Assembly of Minas Gerais, following a provocation from her. It was necessary to adapt the traditional methodology for evaluating parliamentary mandates to promote the evaluation of a popular, feminist and anti-racist mandate. The results of the work, to which access has so far been restricted, have served the cabinet well, fuelling reflection on its own practice and the process of redesigning its route.

This project unfolded. With financial support from Minas Gerais State Research Foundation, the research group is currently carrying out academic research focusing on political violence with a gender and race slant, considering that it constitutes an important barrier to the presence of groups traditionally excluded from institutional politics, including women and black people. This is the Gender and Race Political Violence Project. Its aim is to deepen research into this phenomenon in order to dimension and characterize it, but also to contextualize it, indicate its impacts on individuals and institutions and analyze the existing state structure to react to this type of violence.

In addition, in March 2023, a guide was launched for women (feminist and anti-racist) elected to legislative houses. In the following months, more precisely in May and September 2023, in partnership with the Inequalities Observatory of João Pinheiro Foundation, two podcasts were launched to accompany the aforementioned guide. These technical productions, available online for free, seek to anticipate for elected feminist and anti-racist women

four challenges that they will have to face in parliament, taking into account what was observed throughout the development of the evaluation of a mandate: cabinet management, team building, political action and political violence. In doing so, the aim was to design possible actions to tackle them.

In partnership with another sector of João Pinheiro Foundation, a Black Leadership in Management Programme was also set up and is currently being implemented with funding from the Lemman Foundation. Its aim is to strengthen the professional practice of black managers, supporting them in the development of leadership and management skills so that they can act in an innovative and strategic way in the public sector and thus increase their contribution to a more diverse and equitable future, strengthening the diversity and racial equity agendas. Black managers and leaders who work in the public sector, from the different entities and spheres of power, or black people who want to develop themselves to be able to occupy management and leadership positions in the public administration, are the target audience. This initiative dialogues with the research group's efforts to comprehend and promote the feminist and anti-racist occupation of spaces of power, both in the executive and legislative branches.

Finally, the 1<sup>st</sup> Feminist and Anti-Racist Occupation of Spaces of Power Seminar - legislative houses was held on 26 September 2023, with funding from Minas Gerais State Research Foundation and the partnership of Women's Studies Centre of Federal University of Minas Gerais. The event was a day of reflection on the experiences of women's, feminist and anti-racist legislatures in Brazil, their possibilities, limits and challenges, guaranteeing a space to

think about collective mandates and their innovations in terms of technologies for social participation and democratic radicalisation. It was attended by guests who are feminist and anti-racist researchers, as well as women elected at municipal, state and federal level, and key figures from the so-called third sector.

This book is another result of the seminar mentioned above. The inspiring speeches of the guests were recorded, transcribed and prepared for publication in Portuguese and English, with the aim of recording but also expanding the audience. If, in person, we had just over 100 participants, and the broadcast on the João Pinheiro Foundation's YouTube channel has already achieved almost 350 views, this e-book will bring the reflections presented and woven on the occasion of the 1st Feminist and Anti-Racist Occupation of Spaces of Power Seminar - legislative houses an even greater number of people.

#### NOTES:

<sup>1</sup> PhD in history from the Federal University of Minas Gerais (UFMG) and PhD in letters from the Université Rennes 2 - Université d'Haute Bretagne (UHB). Researcher at the João Pinheiro Foundation (FJP).

## CHAPTER 1: POLITICS AND GENDER: MORE THAN EVER A PROBLEM!

Petra Meier<sup>1</sup>

**Transcription:** Lucas Moreira Barreira

**Text preparation for publication:** Julye Beserra and Marina Alves Amorim

**Translation:** Lucas Moreira Barreira, Ana Paula Salej e Letícia Godinho

Firstly, I would like to thank the Government of Minas Gerais, the João Pinheiro Foundation and the Federal University of Minas Gerais for hosting me. It's a great pleasure. It's a great honour to be here.

So, dear colleagues, dear guests, participants, dear friends, I'm going to talk about political representation and gender. I think it's more important today than ever to talk about this issue.

There is a historical under-representation of women in politics, and Brazil is unfortunately a prime example of this. There are the challenges women face in political parties. There's Parliament, the government, the media, social media. There's the onus on them to represent everyone except men. What I mean by this is that you have the "normal" category of white, heterosexual, middle-class men, and then you have women, who need to bring with them all the diversity of the human species. There's the energy they need to overcome norms, political conventions. I'll talk about this specifically at the end of my presentation. There's also the increasing range and amount of violence they face, not just in politics, but also in policy.

So, I'd like to address four topics. Firstly, I'd like to go back to basics: the presence of women in politics and why this is import-

ant, why it's always considered a political issue, an argument and an argument made in politics. But there is also a good theoretical argument for that. For this, I'll return to the classics. Then, I'd like to talk about the presence of women in politics and what this says about power. Thirdly, I will talk a bit about this current anti-gender wave. But I could also call it the crisis of democracy, of the presence of women in politics and the challenges that women face - especially women, but not only women - because of this. Finally, I would like to talk about what we can do to improve things. Those are the four general topics I'd like to address with you.

Before I begin, I believe that, in the Brazilian case, you are very aware of this. But I often speak to people who are not so aware that woman is a multidimensional concept, with multiple layers, in the sense that there is no simplistic definition of woman. There are many of us, just as there are many men, and we should never forget that and that women have different life experiences. These lived experiences stem from their being, I would say, intersectional. I also believe that we shouldn't forget that. That's something I really want to emphasise.

We'll be talking a lot about women today, but it's not just political actors who are women or cis women who face huge and important challenges. I'm thinking of the entire LGBTQI+ community. I know from research that many gay men, for example, also face many challenges. So, we shouldn't forget that, although it's important to talk about women today.

So why are women important? What does their presence say about power? Why are women important for democracy today? Why is diversity important? When we think about it, the argument

is very simple: we could call it good representation.

When you talk about representation, you always must go back to Hanna Pitkin. Hanna Pitkin was an academic and wrote a doctorate. Her thesis is old. It dates from 1972. I was four years old when she wrote it. I obviously didn't read it at the time. The concept of representation is a little more complicated than that. But Pitkin says that the three important dimensions of representation are: descriptive, substantive, and symbolic.

Now, if you think about descriptive representation, it's easy. It's this kind of idea that Parliament or the municipal assembly, reflects society on a large scale. It's a kind of smaller portrait of society.

There's always this classic argument in politics that you can't hold someone accountable for who they are just for what they do. This means that in politics we always must hold people accountable for what they do, but not just for how they look. Here is where the feminist scholars came in. They thought up a theoretical argument about the importance of having people who resemble you.

One of the first was Anne Phillips. She wrote a marvellous book, which was also written a long time ago - but I told you I'd go back to the classics. The book is called *The Politics of Presence*. You see, the argument is really very simple. It says that we must think not just in terms of abstract ideas, like, for example, you can represent me if I like your ideas. She says we must think in terms of something that is what she calls presence. She says there's a link between ideas and identity. Today, we understand that. When we talk about intersectionality, we're talking about these different experiences that women and men have. But back then, it was a bit more abstract, and she says: "Look, it's easy. People have lived

their experiences, and, in politics, they will act on the basis of their lived experiences. Before the elections, they can campaign and they can have very good ideas about what they want to do when they're elected, but afterwards, when they're elected, there will be lots of things they haven't thought about before, and they just have to act."

Think of the Covid-19 pandemic. Nobody, during the election campaigns, said that if there was a pandemic, they would do this or that. Nobody, because we didn't know there would be a pandemic. Then there was the pandemic and these politicians had to act. What did they do at that time, at that moment? At that moment, they acted based on their lived experiences. And each of your lived experiences is different from those of other people. That, according to Phillips, is why we need a descriptive representation. We need the presence of lived experiences in politics.

Later, others constructed an argument that also supports this point: all these kinds of needs and interests of women, these needs and interests of young people, these needs, and interests of the poor, they are not simply given. I mean, you can't just walk out of the door, into the street and pick them up. They are always formulated. They are always, in abstract terms, constructed. So, it's in this construction that we make a problem. Why did we talk about violence against women in the past? Why are we now starting to talk about gender-based violence? Why do we talk about domestic violence? There are reasons for choosing these words. The problem is the same and the problem is real. But depending on where you come from, you think about it in a different way. That's why descriptive representation is important.

I think an argument that could work well in the Brazilian case is that of a later article, written by Jane Mansbridge, called Should Blacks represent Blacks and Women Represent Women?. She is an American academic and she says: a contingent "yes". Her arguments about why we need this kind of presence are good, because she said: Look, we have groups that have historically been excluded, have been subordinated, have been politically dominated - talking about the US context and you can translate that to many other cases. How can these people trust the system? How can they trust that someone else, who hasn't had the same life experience as them, can represent them decently, speak on their behalf and even think about what their problem might be? It's difficult, you know. So, there might be mistrust. In situations of mistrust, usually based on political subordination and, in some cases, the low legitimacy of the system, it's important to have this presence.

Mansbridge then presented an argument that is close to Phillips' and called it uncrystallised interest. I like this term because it means that sometimes the definitions of the needs and interests of groups are not yet clear or crystallised. This is what Phillips meant when he said, for example: "You sit in Parliament and a new topic comes up that you've never thought about before, but you need to have an idea of how you're going to vote." This means that these interests and needs can crystallise, as has happened during the pandemic. This is also a reason why Jane Mansbridge makes a similar point to the one Phillips made: presence is important because of lived experiences, because it's lived experiences that will make you vote for things you didn't necessarily promise before.

I'm sorry. I'm taking too long. I should be quicker.

So that's why we need descriptive representation. That's why we need women, minorities, and discriminated groups in politics, in political representation, so that they can speak for themselves based on their life experience. And nobody else should have the right to speak on their behalf.

But substantive representation is also important. This is the classic of political representation. You think, for example, that it's very important, then, at the next election, to hold politicians accountable for what they've done. But who will represent these needs and interests of different people? Do women make a difference? Yes, they do. All these other academics have argued that the question is: who else can make a difference? And the other important question is who should represent whose needs and interests? It's not that easy.

You know, you can't expect only women to represent the interests and needs of women. And you can't expect only people of colour, only people from the LGBTQI+ community, only people with disabilities to represent the needs and interests of these people. It's not that they must do that by definition. Everyone is everyone's representative; everyone must do this. So, you can't say: "Oh no, we have the women. It's women who, you know, must do everything for women". No, no, no, no. It's not that easy.

The likelihood that they understand the problem is high, but it shouldn't be their job alone, right? This is a mistake that is often made. You know, you think, okay, but then it's the women who will do the work for the women. That's a good try. Men - this majority of white, heterosexual, middle-class men - shouldn't just defend their own interests, they should also think of everyone.

And then, going back to what I said at the beginning, which needs and interests are not represented? When I said that, when talking about women, we should never forget that women are not a one-dimensional category of people. We must always recognise that there are many differences between people. Men and women in terms of class, race, ethnicity, sexuality, ability, age. So when we think in terms of women's needs and interests, we must take this into account. The same goes for men and other people.

So, at the end of the day, what's important when we talk about substantive representation, about how to do politics, is to bring in a women's perspective, a feminist perspective. But what is a feminist perspective?? A feminist perspective is not simply going out and improving women's lives. A feminist perspective, a truly feminist perspective today, is one in which you try to work towards the transformation of society, towards a change in society, towards making it more gender equal. It's not just a simplistic question of gender equality, but a question of an intersectional approach. This lived experience, this diverse approach, is the approach we must adopt when we think as feminists.

So why are women in politics important for today's democracy? I think the answer is obvious after this kind of historical exposition. The problem is that we don't have a perfect democracy like this. Much more is needed to have a good democracy. You can't just count on women entering politics and then think that everything will be fine. It won't be perfect, but it will be better. It will be better because it will better meet the needs and interests of a diverse population. So that's a start.

Pitkin defines three dimensions of representation: descriptive,

substantive, and symbolic. And the symbolic is close to my heart. Pitkin considered this dimension to be unimportant and a bit complicated. I don't think so. It's very important, but I'll talk about it later, at the end of my presentation.

The position of women in politics, now that we know this is important, let's move on to another part of the basics. I'm sorry, because now Brazil's position isn't even 131st, it's 132nd. You've lost a position. This is a surprising case, the case of Brazil. In the Americas, the position of women in politics is not so bad: 35%, which is a third. It's not parity, but I can assure you that there are many places in the world where the situation is much worse. The world average is 27 per cent and the world average is made up of 192 countries or something like that. Some of them only have 50 per cent. So imagine how much that could decrease in some cases. Now, Brazil is an interesting and somewhat discrepant case, as has already been mentioned. The country has only 18% women in parliament in general, 19% in the National Congress, and is currently in 132nd place.

Now, in Brazil, the elected candidates have become more diverse and are much more diverse than in many other countries. So, there is something that can give you hope. But what's interesting in the Brazilian case is that you have an electoral system that is perfect, that is marvellous, for having many women in politics. It's always said that this proportional list system is what you need to have more women in politics, and all over the world it's true that there's a correlation between the type of electoral system and the number of women in politics. So, you have this type of system and you also have a 30 per cent quota. In fact, you must have both for it to work, and you do.

There are good reasons why it's not so easy in practice here in Brazil. Because there are many political parties, the party system is highly fragmented. We have some very small electoral districts, like eight seats or something. And, well, the gender quotas, in practice, are a bit weak. We can talk about this later, if you're interested in the technical details, but there is room for improvement when it comes to the electoral system.

But if women are present in Parliament, does that mean they hold power? Because it could be that they are sitting somewhere in Parliament, on the back benches, and don't really hold any power.

All the figures I'm presenting come from the Inter-Parliamentary Union, the IPU. If you're not familiar with this website, it's a goldmine of information, and not just about the gender position in politics, because they actually work with parliaments.

Around the world, 23 per cent of parliamentary speakers are women; the most important person, often called the country's first citizen, in 23 per cent of cases is a woman. That's a quarter. 26 per cent of women chair parliamentary committees. What the Parliamentary Union does on its website is analyse five committees that they consider important. They look at the Foreign Affairs Committee, the Defence Committee, the Finance Committee, the Human Rights Committee and the Gender Equality Committee. Of these committees, women occupy around 25 per cent of them worldwide.

But then you realise the differences. How many of these women chair the Parliamentary Committee on Foreign Affairs, Finance and Defence? It's generally fewer. Where are these women who chair parliamentary committees? In most cases, in human rights and gender equality. The same goes for Brazil. I took a look. And,

unless something has changed, of the five committees mentioned in your federal parliament, it's human rights and women's rights that are led by women. All the others are led by men.

This means that there is what we call in politics the political division of labour. There is the division of labour between men and women; women do the domestic work, the reproductive tasks, and men do not. And there is the political division of labour within politics, there are hierarchies in both divisions.

Women are there, but do they have power? Now, what does "power" mean? I like that, I'm a political scientist, and in political science a lot has been written about power. Now, the problem is the way they've written about it because it's a very traditional, masculine, and institutional approach. It is: "states holding power over citizens". They have the right to sanction them, this legal monopoly on violence. And there are power relations between states. This is generally how a political agenda is mastered. This is how it is often defined.

Then there's Amy Allen. Amy Allen is an academic who said that perhaps we should think a little more innovatively about power. It sounds a bit abstract, but I'll make it more explicit in a moment. She says that we can think of power in three dimensions: there's "power over others", there's the "power to" - power to act, to do something -, and there's "power with", which is "power together with others". "Power with" is a notion that doesn't exist in the traditional understanding of power.

Next, Allen says that "power over" is the ability that some people have to restrict the choices of others, to dominate, to impose their vision on others. The "power to" is the ability to achieve something,

and sometimes you can achieve something even though someone else is dominating you. That can happen. Well, the "power to" is the power to be able to earn a living, to feed your children. That's "power to". Even though you can be oppressed and dominated at times, you still have the power to live everyday life, even though it's not perfect, if someone else has power over you. And then "power with", which is the ability of a group to act, to improve and change things. "Power with" is that typical feminist dimension of the collective, of collective action associations. Allen emphasises this collective dimension of doing things together, of people acting to empower themselves. This is also a basis, according to the author, for interseccional alliances and solidarity.

That was the abstract aspect. Now, what does that mean? Gender and power in politics? Well, to begin with, it's very easy. Gender relations and politics are always power relations. That's obvious, and it doesn't just apply to women. It also applies to other discriminated and minority groups. So, it's obvious. You could say that gender relations are always also power relations. Now, how does this emerge in politics? I did a study with colleagues, and I'll try to summarise it in a few words. Our idea is that in politics, based on empirical research - I'll spare you the details - it's very easy to understand that if you look at Amy Ellen's three dimensions in politics, men have power over women.

I mean that if you have 18 per cent of women in parliament, they will never, ever make it, even if all the women vote together. They will never, ever get a majority. So, men clearly have "power over" women in terms of voting on bills and making decisions. They always win if they want to. So there is an over-representation

of men in Parliament. It's often said that there is an under-representation of women, but in fact an under-representation of women is an over-representation of men. The over-representation of men in politics means that they dominate the decisions, the political agenda, the bills that are voted on, the budget lines and so on.

Now, at some point, women can also sometimes have "power over". Yet this "power over" doesn't help them. What's the point of that? This brings me back to what I said a few minutes ago, when I said that these women you have in Parliament, who are the chairs of parliamentary committees, they chair gender equality, women's rights, human rights. Sometimes, if we're very lucky, they might chair a committee on welfare issues, but often women are really in certain niches in Parliament. I'm not saying they do it on purpose and I'm not saying it's bad. The point here is that there are very few men on the Women's Rights Committee. And in Brazil too. I did some research. I've forgotten the exact numbers; I think there are 21 people on these committees, and I think there are 19 women and two men. Something like that, but very few men. So, in this commission, women dominate the discourse. They have power over the discourse. They have power over everything that is said in that committee. The point is that it's a niche.

So if they want to take the issue to the plenary and onto the plenary agenda, they will once again be in a minority position. The point here is that the absence of men on these committees is not because they are dominated by women. It's a kind of voluntary absence. They're simply not interested in it. I mean, in familiar language, they don't care. Their absence is voluntary; they don't care. So, it's a complicated thing, right? We must think, when we can

decide everything, that maybe our "power over" is very limited, you know? This is a constant struggle in politics: in general, men dominate the political agenda, so the "power over" and "power to act" that women have is limited.

Women have some power of action. Women have some power through alliances. All over the world, in parliaments, there are alliances between women to improve their position, there are alliances between parties, between the majority and the opposition. But there are still things to be done and, unfortunately, it's not so easy, because there is a great challenge that is emerging or that has already emerged and appeared on the horizon. This is what Ana Paula Salej, a researcher here at the João Pinheiro Foundation, and I call the anti-gender wave, because we think it's not the first in history, it's not a new phenomenon. It's something that has existed before. With other articulations, with other faces, but it has existed before. There is a global rise in anti-gender activism. Colleagues here in the room, we must take this very seriously and we must be very cautious. I would never have imagined that, in Belgium, we, as women, would once again have to defend the right to abortion. I know it's still different in Brazil, but in Belgium we are facing a situation with the right to abortion, which has been acquired and is completely at risk.

What is this articulation of activism, the wave, the anti-gender movement, whatever you want to call it? Our argument, which is the basic argument of today's talk, is that the limited power that women have in politics is being restricted because of this rise of far-right conservative political actors, often in alliances with very conservative evangelical churches. They oppose all ideas of gender

and sexual diversity. Anything LGBTQI+ is excluded and they are against abortion, reproductive rights, reproductive technologies, same-sex marriage, adoption rights for LGBTQI+ people, anti-discrimination policies based on sexual orientation and gender identity, sex education at school. Even against the theory of evolution! And against gender equality policies, gender budgeting, gender mainstreaming. They are against everything. We could say that, for them, the world consists of nature, nation, and traditional norms.

So, what do you do? We have examples all over the world of cities that are officially declared LGBTQI+ free. Do you know what that means? It's a form of apartheid for LGBTQI+ people. They have abolished or prevented same-sex marriage. It's as if they put in their constitutions that marriage is reserved for "natural" men and women, for example. Legal recognition of transgender and intersex people is abolished, as is the right to abortion. Well, that's the whole story... Everything that many of us have been fighting for decades.

So, this anti-gender activism limits the power of women in politics. And you might ask, why? How exactly? Well, it's very easy. There is often a rise of the extreme right, of very conservative actors in politics in parliaments. And what they do is repoliticise gender equality issues. They turn it back into a political struggle. The debates on gender issues and gender equality in politics then become more and more highly polarised in the women's rights commissions. The few centres that women have had in their hands in recent years, where they had "power over" a discourse, where they could create a "power with" and work together, where they could create or try to create alliances to influence the plenary agenda, these commissions are increasingly staffed by people from the ex-

treme right, polarising the debates. And feminists and other politicians face serious attacks and violence from these groups.

The anti-gender movement is something that immediately hits women at the centre of their political work in parliament. It's a challenge today. I'm going to skip this part, because it would take too long to explain my argument about how mainstream politics has facilitated the emergence of these anti-gender people. If we want, we can talk about it later.

But what can we do? How can we improve the situation of our women in politics? And please, I use the term women, but know that I want you to understand it broadly. The gender quota is something to be proposed to improve the position of women in politics. Now, what can we expect from quotas? We can expect something if we think about it. Brazil is unfortunately a case where quotas don't work so well. If we plan it well, we can expect to see an increase in the number of women in parliament. But that's all it is. It's a tool to bring in people, to bring in presence. Quotas in themselves are not a miracle solution for everything, therefore.

Now, what else should we do? We must play with the demand side. What side of demand do you have? You know, this question, in the market economy, of supply and demand? The supply side is women politicians. But what about the demand side? Who demands them? Who wants them? But that's not the question. The question is who should demand them? Who should want them? Voters, and it's not just women who should go out and vote for women. Men and young people should be the target. There is a specificity in Brazil. The fact that people can vote from the age of 16. It's voluntary at that age, and then it becomes compulsory at

18. Take advantage of this and target young people. It's not a question of brainwashing. It's about making them aware of the importance of being politically alert, because politics, which is a different story, mainly serves the purposes of the older generations.

It's also very important to think about political parties. We don't think about parties, and we don't have time to talk about parties in detail, but parties are a big threshold. For women and other people in politics. Parties are really holders of power, and if you look at political parties around the world, they tend to be highly gendered organisations. They therefore reproduce and contain gender power hierarchies. There are very few women in leadership positions in political parties. Recruiting women candidates for elections is usually left to the women of the party or the women's caucus, if there is one. The promotion of women's issues is left to women and women in parties, in the same way that in Parliament - but especially in political parties - women do the invisible. The work that is uninteresting, uninteresting, and unattractive in career terms. Political parties face an enormous concentration of what we call the political division of labour. The norm in parties is male, so we should really think about improving the position of women within parties as organisations target their gender structures and power relations.

What else? Strengthening the position of women in Parliament. Access to positions of power. But think about the rules and procedures of parliament. There's a marvellous book called *Space Invaders*, written by an academic. She wrote that when women and people from lower class and minority ethnic groups in the UK entered Parliament, they felt like space invaders, as if they were invading a space

that hadn't been designed for them. So, we should reflect on this too. A simplistic example of this is changing the sexist and gender-biased language in Parliament, in politics, which is already an important start. This brings me to the topic of symbolic representation.

Don't forget the administration and Parliament too, because a balanced workload guarantees the safety of women in politics. We'll talk about violence later. What can you do to combat violence in politics? Strengthen politics and symbolic representation. A gender-sensitive parliament is a parliament whose rules, structures and norms must also be gender-sensitive. It's not just a question of bringing women into parliament. I was talking about these people feeling like space invaders and, for many women, this has already started. For example, you don't look powerful when you're here. So there's this important dimension of symbolic representation that I mentioned at the beginning.

Now, what is symbolic representation? I'll take a walk to get there. It's the representation of people. A group, a nation, through a symbol. The national flag, the national anthem. These are symbols. What does this have to do with us in this auditorium? Now, who or what a symbol represents and who or what is not represented by that symbol? How are women and men used for this purpose? These symbols are meant to represent a group. There is often a kind of similarity. This similarity is not naive. Certain colours, certain images, certain texts are chosen to represent a nation. Certain images are chosen and they, in a way, include some of us, but often exclude many of us.

Think of those flags. Think of the statues in public spaces. Think of the road names. Think about them. Then, when we get to

Parliament, the names of the rooms, the names of the corridors, the people portrayed in politics. Then you walk through this gallery and all these important men. How many women, how many people of colour? As if women and people of colour had nothing to do with politics, because they're not in the gallery. This is a symbolic representation of power, of who is part of history and who is not. Through names, through images, through the rules and procedures we have when we speak, who addresses whom, how we express power, how often we express it, through statues, through hierarchy, and not because someone is necessarily good for the whole community. This whole configuration defines the projects of normative configuration, which is viable in terms of descriptive and substantive representation.

I could talk about it for hours, but I won't. But I can't help saying one last thing. So how can we also improve good symbolic representation in parliament? Well, we should think about the inclusion of non-hegemonic groups, to counterbalance the power of the privileged. This may seem trivial, but it's not. Also, through images, names and our procedures, the way we work and how we express things. We must do this in such a way that their marginalisation or inclusion is counterbalanced. I'm not the one who's going to empower someone else. I'm the one who must be aware of the fact that I have to leave space for other people to be present. This is very important. So, representation at the symbol level can go a long way towards making parliaments gender-sensitive and creating an environment that is better for all of us.

Well, I thank you very much. I hope my presentation has been useful to you and I look forward to our discussions today.

---

NOTES:

<sup>1</sup> Petra Meier is Professor of Political Science and co-chair of the Antwerp Gender and Sexuality Studies Network at the University of Antwerp/Belgium. Her research focuses on the (re)production of (dis)equality in and through the (re)representation of gender in politics and policy.



## PART 1:

# POSSIBILITIES, LIMITS AND CHALLENGES OF FEMINIST MANDATES

---

**Transcription:**

Lucas Moreira Barreira

**Preparation of the text for publication:**

Cláudia Beatriz de Lima Nicácio and  
Marina Alves Amorim

**Translation:**

Lucas Moreira Barreira and  
Helena Sanches de Oliveira

## CHAPTER 2: THE VIEW FROM SOMEONE WHO HAS LIVED

Áurea Carolina de Freitas e Silva<sup>1</sup>

Good morning, everyone. I don't know how the auditorium is at the João Pinheiro Foundation, since I'm participating by tele-conference, but good morning to everyone following the seminar. Good morning, Manu<sup>2</sup>, dear, Bárbara<sup>3</sup>, Julye<sup>4</sup>, people from the State, Gender and Diversity Research Group, Egedi, who are dear partners of the João Pinheiro Foundation.

What an honor to be here! Thank you for building the seminar to discuss the feminist and anti-racist occupation of spaces of power. This long, difficult and necessary struggle has moved us in so many ways. And to be here alongside Manu and Bárbara is a great joy. Manu, for being an inspiration, for being a great reference and a great ally and for always being there, thinking together, building together, both inside and outside the institutions. Bárbara, we spoke when I was still in office about her doctoral research and I was able, at that time, to share a little about how I felt the challenges of being in a position of formal representation, dealing with the collective construction of a popular, open mandate.

Anyway, people, I bring to the seminar a view from someone who spent six years in the institutions, two years as a councillor in Belo Horizonte, four years as a federal deputy. In the midst of all this, we've been through a pandemic, years of abnormality from an institutional, democratic point of view. Since the coup d'état

in 2016, it's not possible to say that we've actually lived in a democratic regime in Brazil. This is now being re-established in a transitional government, with President Lula, elected by a democratic coalition. So, I think we are still living through a cycle of recovery, of a new re-democratisation of society and institutions. And also, during this period, motherhood happened, this event that overflows everything, that made me rethink my career, that messed with my structures. It was also decisive in my thinking about proposing or perhaps withdrawing from this parliamentary cycle in order to be back in civil society, which is where I feel best. This way, as an activist, mobilizing, building side by side with so many people, with so many struggles, with so many social movements, ways of defending the agendas we believe in.

140

So, I've come from this place of movements since I was young. It's because of this trajectory that I decided to run in a collective campaign with the Many in Belo Horizonte. A story that began in 2015 and led us to a phenomenal victory in 2016. And, living the space as a feminist, black woman from a peripheral background, with the challenge and daring to try to create other ways of exercising a mandate in the legislative space, I missed being just an activist again too much.

Being in institutional politics, being an activist, ends up bringing a series of challenges, limits too, that don't allow you to live only in a grammar of activism, as I knew it. Institutional politics demands a series of adjustments, mediations and negotiations. How do you deal with the bureaucratic process, the legislative process itself? How do you bring the agendas of citizens and civil society to become public policies, to become the subject of pub-

lic discussion, while also dealing with the various agents of public power and more or less organized popular struggles, with the people who are in the state apparatus itself, dealing as servants to deliver these public services?

So, I often found myself disjointed, you know, Manu? I found myself out of place and often unable to reconcile all these dimensions in my own role as an elected representative. I think a lot of this has to do with the expectations that are built up around politics, which are very personalized. It's still very much centered around prominent figures, the charisma of leaders, their role in mobilizing and their ability to make political compromises. This is often detached from a more distributed, collective construction, supported by many other leaders. The history of Gabinetona was precisely the emergence of many leaders who cohabited in an arduous exercise of sharing power. That's one thing, but another has to do with the management of the state. In a state of exception, which was the Bolsonaro period, we couldn't formulate agendas with a state response. We were very much in the place of denunciation and containment, trying to reduce the damage of an absolutely disastrous and genocidal government. The legislative role was much less proactive than an activist like me would like it to be, obviously.

Then we worked on the mandate, including in Belo Horizonte, on the municipal level, a construction that was very much geared towards rethinking the practices of doing politics. How can we open up this mandate so that it is more responsive, more accessible, so that people can bring their ideas and we can also have a pedagogical perspective? We are feminist leaders from various

141

backgrounds. We have a lot of experience. We have a lot of baggage. How can we translate this into an almost educational interaction with the population?

I remember that one of the first discussions of our mandate was how to deal with the very oriented demands that were still coming in, from people who had voted for us, so that they understood what our proposal was. At the beginning, I remember a request came in to pay the electricity bill of a resident who was facing serious difficulties. How did we respond without simply telling that woman that it wasn't the role of the mandate to pay an electricity bill as other mandates did, in a very welfarist and misguided way?

So, we reinforced the entire social assistance network, the protection network, so that this right would be provided in the way it should be, in the most emancipated and citizen-friendly way possible, and not dependent on a link to a particular mandate, in the electoral and very harmful way that unfortunately often happens. Or else, we would try to bring these demands and needs, to translate them. For example, what are the demands and needs of street workers in Belo Horizonte, who are mainly women, black and from the periphery? It also needed to go through a legal and technical reading, so that we could negotiate a response with City Hall, an urban policy response.

I remember what we did during our mandate, together with Bela Gonçalves<sup>5</sup>, who was the co-councillor, and who brought a lot of this street work agenda. We had to do a series of training sessions with these people, to educate both the mandate and these people, so that we could find a common language to demand from City Hall and address the demands to City Hall. There was even an adjust-

ment to how the demand was presented. What is the demand that we really want? This had to be thought out, it wasn't obvious.

The mandate played an intermediary role. In this sense, today I see that it was one of our greatest contributions, at a time when there was little possibility of social control and response from the public authorities. Our role was very much one of education, of citizenship, of creating spaces for listening, of doing things together, of not knowing how to respond together, of trying to learn possible ways forward.

Another dimension of these practices was how we dealt with public resources, how we could creatively come up with alternatives. In the federal mandate, one of the most interesting solutions for us was to propose public consultations on the allocation of parliamentary amendments.

Parliamentary amendments carry weight in Brazil. Perhaps it was only during the secret budget that this was externalized to people. Perhaps they realized how fundamental amendments are to maintaining mandates that are often re-elected, creating real bases and clientele with territories, groups and segments of society. The secret budget showed the hypertrophy of the Brazilian Congress, at a time of complete distortion in which public resources were corruptly earmarked in this fraudulent scheme that re-elected a large part of the Bolsonaro base, which today constitutes the conservative majority that has made it so difficult to approve democratic measures in this process of transition that we are experiencing with the Lula government.

In the mandate, as part of this openness, the call for leaders, for women's, quilombola, indigenous and peripheral initiatives,

so that they could present their proposals, we were also doing an exercise so that people could learn how to access this resource. The mandate had a very strong commitment to training processes, training even, for the execution of parliamentary amendments, which is an extremely complex thing.

Often, projects would appear that we had no connection with, we didn't know who the proponents were. They were excellent projects and they were approved. Sometimes people would ask: "You approved the project? But you don't even know us. We didn't even vote for you. That's exactly what it's about. Precisely because we want to break this logic, we want this work to be a real public consultation, with the assessment of specialized people. And as a parliamentarian, I was the last to know which amendments had been chosen.

Guys, I'm telling you this with a bit of pride, because in fact there was never any personal direction. I'm not saying this to brag, as they say, but to tell you about another possible policy that we implemented, by leaps and bounds, dealing with a lot of political violence, dealing with the challenge of overexposure on social networks. This has always been an issue for me. To this day, I find it very difficult to deal with this history of political performance, almost as a separate figure in society. They are spectacular beings who have to perform a lot on social media, and I've never adapted very well to this demand to consume an image, to consume politics.

There's a lot of talk about collective mandates and campaigns, and I'm happy to see this growing more and more. But how many initiatives actually set out to share power? I think it's a question that remains for us not to reproduce the same patriarchal, racist,

colonialist logics that have always been there in institutional politics, including in the progressive field, including among left-wing mandates. I think it's very important for us to be able to criticize with sincerity, with generosity too, so that we can transform.

I have Manu as a great reference point, even though she's a bit of a bag-puller, because I also see her making a lot of gestures in this direction, you know? Of building with other partners, of supporting other partners, so that her work, her production of knowledge, is at the service of this multiplication of our presences, but in a way that transforms structures, in a way that is truly emancipatory. So I'm very excited and very honored to be here with her.

And thank you so much! Thank you very much, dear people from the João Pinheiro Foundation. Thank you for having, over all these years, also looked into these issues and supported us in scientific production, which is so necessary for us to have more elements, more arguments to keep moving forward. We'll keep talking. Thank you.

---

NOTES:

1 A popular educator with a master's degree in political science from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), Áurea Carolina de Freitas e Silva is a Brazilian activist with a background in the struggles of women, black people, youth, traditional peoples and communities and peripheral populations. In 2016, she was elected the most voted councillor in Belo Horizonte. In 2018, she was elected federal deputy for Minas Gerais, being the most voted woman for the position in the state. She was a member of the Culture Committee of the Federal Chamber of Deputies and, at the end of 2022, collaborated with the Lula government's transition team to re-found the Ministry of Culture. She is a member of the Gabinetona Political Project, the Occupy Politics Network and the Global Progressive International Network. In 2019, she was recognised by Most Influential People of African Descent as one of the 100 most influential young black people in the world in the area of politics and governance. For her work in the fight against mining, she was recognised in 2020 by the Congress in Focus Award as one of the best parliamentarians in the climate and sustainability category. She is currently executive director of the NOSSAS Organisation.

2 She refers to Manuela d'Ávila, with whom she sat on the round table at the seminar.

3 She refers to Professor Bárbara Lopes Campos, with whom she sat on the round table at the seminar.

4 She refers to Manager Julye Beserra, coordinator of the round table at the seminar.

5 It's a reference to Bella Gonçalves, who is now a State Representative from Minas Gerais and was previously a councilor in Belo Horizonte.

## CHAPTER 3: MY TASK IS TO TALK ABOUT THE SITUATION OF WOMEN IN POLITICS

Manuela d'Ávila <sup>6</sup>

Thank you. Thank you all. I would like to apologize because I was two minutes late for the entrance. I wrote it down right and they told me it was wrong. And, in fact, it was right. Because you're on Brazilian time, and I'm on time here in the city where I'm doing my doctorate. I got everything mixed up, even though I've been abroad for three months. So, I'm sorry, but I managed to follow all the speeches. I got to the beginning of Áurea's speech<sup>7</sup>, much to my delight.

I'm very happy to take part in this space with you, especially to meet women who I know are in the audience, such as Professor Marlise Matos, who is my great inspiration. If every time I quoted one of Marlise's texts she'd be rich, she'd already have money as if she'd won the Mega-Sena and she was already helping us to build feminist alternatives with that money, to solve some of Brazil's problems. So, I want to honor her, thank her, and salute all of you. And also, for being able to listen and collectively construct a thought on this challenge that the João Pinheiro Foundation has set us of imagining the possibilities and limitations of building feminist mandates, of the feminist alternatives that we have managed to make or have managed to build in our country, together.

I'm familiar with Bárbara's study<sup>8</sup> on the experience of collective mandates and I share it with Áurea, who is one of the most

inspiring women of our generation. Áurea has the courage to bring up very relevant debates about the spaces we occupy, what we conventionally call the spaces of power in our society and to imagine the reinvention of this space, but also to openly bring up the limits we find in these spaces.

So, I want to start by saying this because I ask you to understand my manifestation as a manifestation of someone who has set herself a challenge. As you know, you are facing two women who lived in this space, me and Áurea, and who are no longer in this space. And when I decided not to be there anymore, I gave myself a task. I'm a Marxist militant and I believe that we always have to have a task. A militant without a task is not a militant, they're not militating, they're not building something, they've got something wrong. One task I've given myself is the task of talking about the situation of women in these spaces.

Why? Firstly, because we need to gather the strength to stay in them. If we put the magnifying glass to all the challenges we face, permanently, 24 hours a day, to occupy these spaces, they become unfeasible. They become humanly unbearable, because violence is not the violence you know. When we decide to make it public, it's because it's unbearable. Because violence is permanent, it's daily and it has a sordid dimension, which is this dimension of gender political violence, of personalizing the way it moves towards us, even if it is a universal violence. In other words, it's always about Áurea's body, Áurea's life, Áurea's sexuality, Manuela's or Áurea's illness. But at the same time, it's never about Áurea's body, Áurea's life, Áurea's sexuality or Áurea's health; it's always an instrument that regulates the behavior of all of us. In this sense, it is perverse,

individually, to control the life, behavior and presence of all of us.

So I say this at the outset because perhaps my statement sounds a little rude or a little pessimistic, but I think we need to anchor ourselves on realistic foundations in order to radically transform the spaces of power. I believe that there is a profound connection between the possibilities of reinventing this space and minimizing the limits faced by the women who occupy these spaces. Just as Bárbara said at the end of her sentence. Perhaps imagining power or the spaces of power in a more collective way is the key to us, to women like us, not being among you as ex-deputies.

Firstly, I want to look back. I've had the chance to participate in Brazilian politics during very different periods and I think it's important that we talk about this so that we can also identify our victories. I'm a 42-year-old woman who was elected for the first time almost 20 years ago. I was elected 19 years ago, in the 2004 elections. At the time, I was 23 and I turned 23 during the electoral process. At that time, I got the biggest vote for a woman in the history of my city, which is Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul.

I'm not bringing this up for self-praise either, as Áurea said, but to tell you that, 20 years ago, there were already glimmers of a new era of organizing women and the marginalized or the so-called frontier struggles, as Professor Nancy Fraser calls them. We were an absolute minority, with no space or penetration in the parties of our camp, the left camp.

Then I was elected to the federal parliament in 2006. It was a different time. It wasn't a time without political violence, it wasn't a time without misogyny in the public sphere. Feminism wasn't invented in the 2000s. Although very young women sometimes

claim that feminism was invented in the 2000s. Feminism is a historical and secular movement. But at that time, the women's struggle had a much lower profile and reached a much smaller number of women.

I say this so that we can understand the progress we've made in the last 20 years. We're talking about feminism and political participation. Twenty years ago, this wasn't as popular an agenda as it is today. For me, this is absolutely relevant, because feminism also takes us out of the space of solitude in institutional spaces, in spaces of power. I went through that period, which was the period of the Lula government, by the way, absolutely alone in the Brazilian parliament. And the loneliness of the violence we suffered is perhaps the worst punishment for a public woman.

It's very different to experience misogyny after, let's say, the second decade of the 2000s, not to mention after 2013 - and a certain left-winger is going to freak out if I claim anything from 2013; it's already causing heart problems on part of the left. But in the second decade of the 2000s, this violence escalated into misogyny. You, all of us, followed the growth of the Brazilian far right in the process. Professor Marlise has some great articles on this, starting with the violence against President Dilma: misogyny as a central element of the Brazilian political struggle. However, that same moment is when this violence is experienced in a less solitary way and this is something we need to value. Why is that? Because we are now giving a name to what women have historically suffered in spaces of power. By giving names, we also advance in the process of politicization and understanding about remaining in this space. And from there, we advance in the agendas that we take forward.

So today, contradictorily, as is the movement of historical progress, we have more violence within spaces of power, but less loneliness and more feminism. This is not irrelevant. For me, it's very important that women can talk about what they experience. Those who came before also lived through it. I lived as a woman who came before and was silenced. I was silent, because even other comrades were silently orientated towards silence as the only way to build any political legitimacy in that environment, which absolutely reproduces the oppressive logics of the society we live in. So this is a great achievement. Women's mandates are more and more feminist mandates than they used to be. Increasingly, this feminism is politicized and connects with the contradictions of the society we live in.

Look, today the National Congress has twice as many members as the one I left. That's not irrelevant. It's relevant because we won, first, the quotas, and then the funding for the quotas, with a lot of struggle. I remember when we approved the 30 per cent for women on the lists, with no money. Some people said: what's the point? It's worth it because it was a victory in the struggle, and then we got the funding. We seldom value the victories we've had. We have more than 90 parliamentarians today. We had 45 when I left.

We only had 45, because our parties - and I'm talking about ours, the parties of the left, not theirs - have an eternal queue. It's the men who break the queue. It's not us women, because our queue is centuries old. We've been standing in line for a century in this country. They, their children, their grandchildren, their friends are queuing up and remain in a queue that has historically sustained the country's power structures. Look at the current

debate on the Supreme Court. When we hear that gender and race are not criteria, it has to be said that the only way gender and race are no longer criteria is if a black woman is appointed to the Supreme Court, because gender and race are the historical criteria for appointing Justices. I can even understand President Lula's phrase as something extremely positive: gender and race will no longer be criteria, hooray! That means we'll stop choosing white men. Because this is the true identitarianism of Brazilian politics, which reproduces and maintains these untouchable spaces.

Well, having said that, of our victories, I think we need to realize that our struggles for more women in power have been unaccompanied by something that makes it possible for women to remain in power. There's no way we can have more women in power if we don't imagine the radical reinvention of power. I'm going to say this publicly, as many times as I can: I don't want, I don't recommend and I don't hope that any woman experiences what Áurea and I experienced in Parliament. And if I don't want to, I need to know where the problem lies.

I wasn't the target because of my previous life. On the contrary, if I had been, like Áurea, we would have had a much larger space than we have had throughout our lives. Because we know everything, we've done to occupy the spaces we've occupied. It was no small feat. Now, we throw women into the structure that sustains our society's system of oppression. There is a structure. Look at everything we've said about the struggles, about the crisis of capitalism, about how the crisis of democracy, about how this crisis is structured on the basis of the exploitation of racialized people, the destruction of the environment, reproductive labor. All of this

is supported by a set of institutions, including Parliament. So, we throw these women into a machine of torture and destruction. That's it. But we talk very little about these spaces.

Recognising that we have feminist mandates with a lot of propositional quality. Sometimes I look at what we proposed in my first term as a councillor, when I was 23, and I wonder where so much good came from. I know where it came from, from collectivity, from the idea of opening our ears when the institutions were closed, it came from the idea that all the "new movements" in quotes were legitimate and that they could demand and think about a different city. That's where Gabinetona's energy came from. It didn't come from anyone's genius; it came from the collective. From the strength that collective life can have, because one plus one is much greater than two, because it is an expression of popular will.

But we... I even lost my train of thought. I kept thinking about Áurea's little beach. Every time I talk about Gabinetona, I think of it. I have to say that I think that idea of the little beach is the one I envied the most, because Porto Alegre doesn't have a beach either, right? And I never had that idea! It's just that people from Minas Gerais are more upset about the lack of sea than people from Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul has a sea, but it's not marvelous, it's not Maragogi - to cite a beautiful example from Brazil. But there is a little sea there that we call our own.

But if we know that there is this power in the collective, if we recognise that we are accumulating and the mandates are increasingly feminist, we need to talk about the limits and the limits are that we are completely alone. We throw women into these struc-

tures that are the apex of the representation of our society's system of oppressions, because they are what maintain this system, from a legal point of view, they provide the legal support for it to materialize. And we don't count on anyone other than the comrades we put in there. Look at all the examples. We have eight female parliamentarians who have received death threats, and I'm not going to stop talking about that either. We've never had a formal statement from the Brazilian government about the eight parliamentarians with death threats, some of them with their children threatened with rape. This demonstrates the institutional loneliness of women. What is the limit? The limit is this place that places feminism as something that doesn't serve the entire left, as something dissociated from the democratic struggle. As if it were possible to imagine a democratic country that didn't serve women.

So, for me, comrades, and I want to end by saying this, if feminism is the opposite of solitude, as Márcia says in the phrase that for me best sums up feminism within the institutions, we feminists find ourselves in the multiple forms of violence that we suffer. In the case of Parliament, we need to demand that they take us out of the collective solitude we experience. Because as long as there is no set of political forces standing in front of us... I learnt this from the Black Movement. I used to ask: "What can I do?" They'd say: "Be the shield. We want to speak up for ourselves, but we need a shield in front of us for when the violence comes". We women need to look at feminist women. We need to look and demand that our mates be the shields against the violence we suffer. We don't want you to speak for us; we don't need that. But we do need the leading role you have won to take us out of the queues you have created

to perpetuate yourselves in power, and for you to stand in front of us to share with us the violence we suffer for defending the most radical transformation of society.

Thanks, guys! I'm here so we can keep talking. Very happy to share this morning with you.

---

NOTES:

6 Manuela D'Ávila has been a social activist since 1999 and joined the Communist Party of Brazil (PCdoB) in 2001. She was elected councilor of Porto Alegre in 2004, Federal Deputy for Rio Grande do Sul for two terms, in 2006 and 2010, and State Deputy for Rio Grande do Sul in 2014. She has received the Congress in Focus Award five times. In 2018, she was a pre-candidate for the Presidency of the Republic and Vice-Presidential candidate on the ticket with Fernando Haddad, reaching the second round with 46 million votes. She is the founder and president of Instituto E se fosse você? She has a degree in social communication/journalism from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUC-RS), a master's degree and a doctorate in public policy from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Her areas of interest are hate networks and fake news, democracy, feminism and motherhood.

7 He was referring to Áurea Carolina de Freitas e Silva, with whom he sat on the round table at the seminar.

8 He refers to Professor Bárbara Lopes Campos, with whom he sits on the round table at the seminar.

## CHAPTER 4: FEMINIST MANDATES UNDER THE MAGNIFYING GLASS OF A RESEARCHER

Bárbara Lopes Campo<sup>9</sup>

Good morning, everyone. It's a great pleasure to be taking part in the seminar on feminist and anti-racist occupations of spaces of power. I would like to thank Marina<sup>10</sup>, Julye<sup>11</sup> and the team at Egedi, the State, Gender and Diversity Research Group at the João Pinheiro Foundation, for inviting me. In particular, I would like to thank Cláudia<sup>12</sup>, my co-supervisor for my master's degree, who recently ventured to the Department of Political Science at UFMG. I would like to congratulate the entire team for their organization and initiative.

I'm very, very honored to meet Áurea<sup>13</sup> and Manu<sup>14</sup> again and to be here alongside them, albeit virtually, in a Zoom room. They are two women who are true inspirations for many of the mandate experiences led by women and developed here in Brazil, in Latin America and elsewhere in the world. They have also been an inspiration in recent years for many of the academic works and research projects, as Áurea said, which have been dedicated to studying the achievements and challenges of feminist and anti-racist mandates, whether in the social sciences, political science, communications or even international relations, which is where I work now.

I'd even like to start with this caveat because, unlike Áurea and Manu, who bring such a visceral view from inside politics, the re-

flections I'm bringing today are the result of my doctoral thesis on the experiences of collective mandates in Brazil. I had the honor, the enormous pleasure, of being able to talk to Áurea for a while, as well as other members of Gabinetona, during my doctorate. The research was carried out within the framework of Nepem, the Women's Studies and Research Group at UFMG, which is a partner in organizing the seminar. I was supervised by Professor Marlise Matos, whom I miss dearly.

I believe that my thesis has fulfilled a role now, looking back, of making a record; of recording at least some aspects of the feminist mandates that have occupied the political arena through these sharing strategies that Áurea addressed in her speech. Especially when it comes to the electoral cycles of 2016 and 2018, as was the case with the Gabinetona in Minas Gerais, which will be inaugurated after the historic election of Áurea Carolina and Cida Fala-bella to the Belo Horizonte City Council - everyone present at the seminar will no doubt be familiar with it.

Of course, it's still very early days. Because these are still recent experiments in Brazilian politics, at least in the format that was beginning to emerge at the time. I think its effects, its strategies, its difficulties are still being felt, processed and pondered.

Following the elections, at least those of 2020 and 2022, those who have dedicated themselves to the study of collective mandate experiences in Brazil realize that, when comparing the profile and performance of the most recent collective mandate experiences, we can see, in the 2016 and 2018 experiences, something striking, a certain form of this modality, a driving force, and potentially a democratic innovation in Brazilian politics.

To put my speech into context and for us to reflect on it, we are facing the approval of the mini-electoral reform, at least in the Federal Chamber of Deputies. Among other things, it bans collective candidacies. We're at a different point now, too: we're counting on the formation and work of a National Organised Front for Collective Mandates in Brazil, which is even mobilizing to try to prevent this ban.

It's interesting to think that this ban is happening just two years after the 2021 resolution of the Superior Electoral Court, the TSE, which had made it possible for candidates to mention a group of people or collectives in their ballot name, even if they were still linked to a CPF. In other words, this didn't change the individual character of the candidacy, but it did bring legitimacy, political visibility, viability, in addition to several other bills that had been discussed in recent years, pointing to some possibility of regulating this experience.

If we take a comparative look at the last few electoral cycles, we can perhaps identify, even if it's too early to say, that collective candidacies possibly peaked in the 2020 elections. I'm talking here as an electoral strategy; not exactly in terms of the mandate's performance, but as a candidacy strategy. There were more than 300 candidates and 20 candidates elected to the legislature in the 2020 municipal elections using this format. In the 2022 election, curiously the first election in which that TSE resolution I mentioned was already in force, we also have a significant number of candidacies: there are more than 200 collective candidacies spread across Brazil, depending on which survey we're working with - I also did a survey, together with my partner Mariane Almeida, at the Elec-

tions Observatory. But even if we have that many candidates, the strategy doesn't seem to have worked so well, because there were only two elected mandates in 2022.

It's clear that we're talking about different elections. In terms of comparisons, we still need more time to evaluate. But I want to draw attention here to the whole discussion we're having now. There is the organization of the front, the collective mandates and the fear, obviously, of a ban, because this brings legal and institutional insecurity. There have even been attempts to challenge collective candidacies or those bearing the collective's name, as happened with Nossa Cara in Fortaleza, Ceará, in the 2020 elections.

It's also worth remembering that when we look at these developments, even though we know how important it is to bring up this discussion, how important this reflection is, if we go back to the first experiments in 2016, they didn't have authorisation to take place, which was part of the potent inventiveness.

What was remarkable about the experiences of the 2016 and 2018 cycles? These experiences have been imprinted on our political memory because of the mobilizing force they provoked in terms of the potential to vote, to provoke a desire to participate in politics. For their irreverence, both in their strategies and in their forms of occupation, both formal and symbolic, of this construction, and for their re-enchantment, for this effect caused by affection in politics and the re-signification of this relationship. What is interesting, then, are the driving forces behind this initiative to occupy politics in this way.

In the research, we began to approach these first experiences as catalysts for this political call. So, talking specifically about

Gabinetona in Minas Gerais, Mandata Ativista in São Paulo and Juntas in Pernambuco, it's noticeable, looking at the driving force behind these experiences, how the notion of political exclusion, distrust, prolonged dissatisfaction, an accumulation of frustrations with a political system that is detached from the population and contributes to processes of disillusionment with representative institutions, were present. In contrast, there is a generalized enchantment.

This enchantment was also inflamed during the June 2013 Journeys. The June Days, the coup acts of 2015 and 2016, as Áurea has already mentioned, but professors Cristiano Rodrigues, Luís Filipe Miguel and other authors will also bring up these moments to highlight the polarization that has accompanied the Brazilian political game, perhaps ever since, and which is practically crystallizing around a pole guided by values such as equality and plurality, and a second pole containing anti-democratic traits. If the reactionary pole leads to cynicism, narrative and anti-politics, the progressive pole seeks to deepen social struggles and initiatives for democratic radicalisation.

So it is in this context that the first collective experiences in politics are to be found, seeking to be one of the possible alternatives, making politics collective and based on a commitment to the notion of sharing power that Áurea also mentioned. It is in the sense of elected one, elected many that collective mandates are put into practice in Brazil and that the relationship with voters and the population is transformed. The sense of this radicalism, which draws attention to initiatives that were constructions (or mainly constructions) that are territorialized, but which bring a

turning point in the actions of groups, parliamentarians, co-parliamentarians with feminisms, with anti-racist struggles, with indigenous causes, quilombolas, LGBT+ citizenship and with a focus on the periphery, good living, youth and other traditionally marginalized struggles in our society. Although it is not possible to homogenize or universalise these practices and mandates, when we look at particular cases we see different practices, intentions and commitments, as well as the challenges and ruptures experienced.

I think that these experiences offer many lessons for thinking about our democratic field, perhaps understanding the proposal of candidacies and the formulation of mandates as socio-political technologies. And here I am echoing the understanding of co-parliamentarians who have told me this. To the extent that they renew their practices in a profound, daily way, they contribute to the transformation of institutional spaces with a greater impact on social struggles in those spaces. This form of political experience brings innovations in terms of format, the agency of subjects and practices, always bringing together the representativeness of diverse bodies and a new way of doing politics in Brazil.

In a nutshell, it's possible to say that these technologies have made four objectives possible: an objective of occupying the political space itself; the promotion of a confluence between various struggles; greater popular participation in the mandates and what Áurea masterfully brought up here, also quoting or sharing with us, the pedagogization of politics inside and outside the mandate. So, by combining these forces, often headed by black, young and peripheral women, these technologies were perceived as a need to finally make it possible for these bodies to enter politics, but

which can be understood as an achievement of collective initiatives and based on a commitment to transformation. Perhaps there are some ideas in this that help to visualize how to break through the queue of parties, how to find loopholes in the system, how to overflow political parties, how to work in a logic that is not personalistic.

One image that came up in the research is that of being on the borders. I remember Áurea commenting on this to me, about what it means to occupy this border or cross-border space in the legislative sphere, offering the construction of these political agendas in the collective, in diversity. This is so, so important. So relevant when we look at the challenges posed by personalism in Brazilian politics, by the individualistic and competitive logic, which are related to the difficulty of women entering and remaining in politics, which is costly, violent, toxic and exhausting for women. In this case, if we're interested in women's entry into politics, their entry into politics and their staying in politics, this shared dimension might help and make this process viable.

To finalize, I'd like to bring up the idea, the understanding of these collective experiences, around the logic of hacking politics. Hacking politics is necessary. In the Occupy Politics Movement, this came up a lot in the meetings. This logic of hacking is not just about thinking in this format, but about the constant need for different political groups to reinvent themselves. So the logic of hacking and of political occupation, as well as highlighting the exclusion of sectors of the population from these institutions, is also about the need to always be one step ahead of the limits set by the dominant party political system, which is also always re-adapting

and adapting quickly. So renewing, innovating and radicalizing also means changing strategy. Once again, putting a strain on democracy to allow us to have that oxygenation that is so necessary.

I hope that these reflections will be useful in our attempts to understand the entry strategies and constructions of anti-racist feminists in politics. I realize I'm running out of time. Thank you again for inviting me; thank you very much. I look forward to continuing this dialogue.

---

**NOTES:**

9 Professor at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas) / Poços de Caldas Campus. Listed in the World Scientist and University Ranking 2023 among the most productive and influential PUC Minas professors in the international ranking. She has an undergraduate degree, with an exchange period at the University of Bergen (UiB) in Norway, a master's degree in international relations from PUC Minas, and a specialization in gender and social development from the World Bank. She holds a PhD in political science from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), and was awarded the prize for best thesis in the UFMG Political Science Postgraduate Programme in the UFMG Thesis Prize 2022. She is a researcher at the Centre for Studies and Research on Women (Nepem) at UFMG. She is a collaborator in the preparation of monitoring reports for the Sustainable Development Goals (SDGs) of the Belo Horizonte City Council (PBH). She has experience in planning, managing and evaluating projects aimed at promoting women's economic autonomy. She researches gender inequalities from an intersectional perspective, particularly in relation to political representation and participation and women's socio-economic empowerment strategies in Latin America.

10 She is referring to Marina Alves Amorim, a researcher at the João Pinheiro Foundation (FJP) who was in charge of organizing the seminar.

11 She refers to Manager Julye Beserra, coordinator of the seminar's round table.

12 It refers to Cláudia Torres Lopes, a manager in the Minas Gerais state government associated with Egedi-FJP and a master's student in political science at UFMG.

13 She is referring to Áurea Carolina de Freitas e Silva, who is taking part in the same round table at the seminar.

14 She refers to Manuela D'Ávila, who is taking part in the same round table at the seminar.

## PART 2:

### MONITORING AND EVALUATION OF FEMINIST MANDATES

**Transcription:**

Lucas Moreira Barreira

**Preparation of the text for publication:**

Raquel de Mattos Viana and  
Marina Alves Amorim

**Translation:**

Lucas Moreira Barreira and  
Raquel de Mattos Viana

## CHAPTER 5: WE ARE ALSO INVADERS IN ACADEMIC FIELD, WHEN WE EVALUATE FEMINIST MANDATES

Letícia Godinho<sup>1</sup>

Good afternoon! First of all, I have to say that it's an honour to be here alongside Minas Gerais State Representative Andréia de Jesus, whom I met recently, but whom I've admired since the time of the elections in 2018. It's also an honour to be standing next to Fabiana Pinto, from the Marielle Franco Institute, with whom we at the João Pinheiro Foundation have been in dialogue for some time. I'd like to emphasise the importance of the Marielle Franco Institute, and thank them for this possible partnership, which I'll tell you about shortly. It is a great honour for me to be here at this table with you, speaking to this audience.

Today, I'm a little uncomfortable, because a full auditorium isn't exactly a classroom, in a classroom I'm more relaxed. But here we go! I've been asked to talk about monitoring and evaluating feminist mandates and, specifically, to talk a little about the experience of the State, Gender and Diversity Research Group of the João Pinheiro Foundation, Egedi, and what we're developing in this area.

Egedi's experience began when Andréia de Jesus invited us to evaluate her mandate. Mrs. Andréia provoked Egedi. A great dare! She provoked us to think, to discuss and to invest in this issue in a deeper way, to revisit this issue from a political science perspec-

tive. I am PhD in political science and so is my colleague Ana Paula Salej. Mrs Andréia de Jesus invited us to think about and evaluate her own mandate, to answer the following question: “How does my mandate contribute to democracy?”. It’s a fundamental question, one that perhaps every mandate should ask.

When we started developing this project here at the João Pinheiro Foundation, the first thing we did was to search for and revisit the political science literature, the literature on evaluating mandates. So, we discovered something that was already mentioned in this seminar: we are also invaders in this field. We seem to be invaders in the field of mandate evaluation, we seem to be invaders in the field of political theory; we women. So much so that we have a separate feminist political theory, which we use to think about the issues that interest us.

We are also invaders in public administration. I thought about this as I reflected on my speech earlier today. I remembered a very quick survey we did recently. José Vitor Cruz, our student, was in charge of this survey. He surveyed the journals classified in WebQualis Capes A, in the field of public administration, on the themes of gender and race. To our surprise (or not!), he found at most a dozen articles. In other words, this topic is completely absent, or almost completely absent, from public administration literature.

It’s also absent, except in “our ghetto” of political theory. So, when we go to investigate the literature on evaluating mandates, we don’t find anything about this either. And we don’t find the question that the Congresswoman asked us: “How does my mandate contribute to democracy?”. So, the first step in evaluating

Mrs. Andréia de Jesus’s mandate was to review and revise the literature. In scientific articles, in documents that provide methodologies for evaluating mandates, in reports from national and international organizations, we found some that contained a series of guidelines, prescriptions for evaluating mandates. As far as I can remember, with the exception of guiding documents, none asked this question about deepening democracy, nor did they ask about the importance of thinking about gender and race issues within the mandate, within the mandate team itself, for example.

What we see, when we evaluate these methodologies that have been around for a long time, is that they are trying to evaluate a parliamentarian’s performance. They are generally based on very objective indicators. In other words, they are documents in which we see an extremely quantitative concern, ranking, making comparisons and almost competition between parliamentarians. So, they have the objective of classifying the mandates and they don’t really intend to make this contribution explicit. They simply say: “the parliamentarian had a good performance because he sent X bills and so many bills were approved”. These are indicators with a very productivist and quantitative bias. Even so, we took advantage of a lot of this traditional literature from the field of political science. From this review, we collected dozens of indicators - I think around 40 or more.

But we set out, very ambitiously we might say, to improve, so to speak, these methodologies for evaluating mandates, seeking to think exactly about the contribution of mandates to deepening democracy. So, we included a set of relevant variables. To do this, we used all this feminist political theory, which has already

been exposed and explored today at the seminar. So, we brought, for example, a set of considerations about the representativeness of parliamentarians, about descriptive and substantive representativeness, about the relationship between them; about the quality of the projects presented, but also about the trajectory of this mandate. We wanted to know, among other things, the quality of the mandate, the fulfillment of the planned objectives, the points of progress and highlights. Because, in our view, an evaluation of a mandate should not serve to rank parliamentarians, but for the mandate itself to use that instrument to be able to render account, to be able to reflect on the mandate, as well as a monitoring instrument.

I'll be very brief in my speech. I'll just explain a little about the design of this model. We proposed an evaluation methodology that took into account four dimensions of descriptive representativeness. We wanted to know if that mandate had a representativeness that contributed to democratic densification, to overcoming the democratic deficit. We also took this discussion to the teams. And the teams are diverse. They are diverse enough to contribute to a mandate that claims to be representative and democratic. Another dimension we evaluated was the dimension of parliamentary activity. With this dimension, we wanted to know if the mandate was capable of carrying out the parliamentary function properly, considering mainly the legislative and supervisory function.

In this respect, I think it's important to make an observation when we look at the data from the mandate of Mrs. Andréia de Jesus. There is a universe of difficulties and advances. Progress that impresses us greatly, but also difficulties. I think she's going to talk a bit about this. I'm going to hold back here, but I believe that this ex-

perience has also brought us concrete data, immeasurable concrete evidence. We were talking about the importance of producing information about the difficulties faced by a black woman who is just starting out in her first term in office. This is also why the mandate presents a series of specific difficulties. We were confronted with a body of information that pointed to these structural difficulties.

The other dimension we set out to evaluate was the office dimension. How the mandate is managed, how the team is managed, how its planning is managed. The office routine is the last dimension of substantive representativeness. In the end, this methodology proposes a very diverse collection of data. In addition to more objective and quantitative data, we collect documents relating to legislative production, also seeking to assess the quality of the projects, as well as other things such as meeting records, requests and other components of the legislative process. We also look for secondary data from the Legislative Assembly's public databases, which is not publicized in all legislative houses. I even think that the Minas Gerais Assembly is a little off the beaten track in this regard. We also used data from social networks, from the mandate, from the website. We did interviews: interviews with the Members of Parliament, with the Members of Parliament's team, to understand the routine and dynamics of the mandate, the history of the mandate from the start of the campaign to the realization of the mandate.

We're going to publish the evaluation report soon. We're still deciding how we're going to do it, but we intend to make it very accessible, so that it doesn't become a very academic document, but one that can be used by a wider public. And we also intend to share, as we have already started to do, this methodology that we

have developed, specifically to evaluate Congresswoman Andréia's mandate, because other organizations ended up being interested in using it as well.

I invite you to get to know this material, spread it around and make the most of it, in the spirit of being able to contribute to and strengthen the feminist struggle, which is under extreme attack at the moment, but which we are sure will persist. In short, we continue to close ranks in this struggle.

---

**NOTES:**

<sup>1</sup> Researcher at the João Pinheiro Foundation (FJP); Professor at the FJP's Professor Paulo Neves de Carvalho School of Government (EG), and member of the teaching staff of its Masters Programme in Public Administration. He holds a Master's and PhD (2011) in Political Science from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), as well as a Bachelor's degree in Law from the same university. He works mainly on public management, public security policies and political theory and thought.

## **CHAPTER 6: WE NEED TO RECORD AND EVALUATE WHAT FEMINIST AND ANTI-RACIST WOMEN ARE PROMOTING IN PARLIAMENT**

---

**Andréia de Jesus<sup>2</sup>**

I would like to greet everyone present. I'm also very happy to be here at this seminar, and I'd like to congratulate these women who are sharing the table with me, for having accepted this endeavor, and for going ahead with it, doing this institutional occupation and intending to change the structure. Because it's very challenging for us to enter a ready-made, colonizing structure and play this role of decolonising spaces. So finding partners like you is a joy; it helps us and inspires us.

Fifteen minutes is a short time, but I think it's important to emphasize my place of speech. I've lived in Ribeirão das Neves for 27 years. I'm a single mother. I was a nursery teacher in my municipality. Today, early childhood education is recognised as part of basic education. But it wasn't always like this. I was a domestic worker for many years. Most of my life I cleaned other people's toilets. That place also made me the politician I am today. The White House butler learns from his colonizers strategies for survival, but also for overcoming. I'm the daughter of illiterate parents. My parents' dream was for us to learn to read in order to read the Bible. Perhaps it's the book I have the least access to nowadays. But it

also inspired me to fulfill the task of learning to read the Bible. I was also a catechist and Eucharistic minister. I was well colonized. Today, I walk among religions of African origin, which also inspire me. It's an exercise in seeking out and rescuing the history of black people that colonizers tried to erase in the African diaspora. I'm chairing the Human Rights Commission of the Minas Gerais Assembly for the second term. This makes me stand out, but it also controls and watches over me. I am a woman watched by the Military Police of the State of Minas Gerais. They have more power in their hands, which is to control my routine, to control my life in the name of a pseudo-security that, unfortunately, the majority of Minas Gerais citizens don't have. The security to come and go, to question the state. I continue to do this, questioning the state, a state that is still colonizing and trying to cage my people. I'm a penal abolitionist, so I don't believe in the penal system as a solution to conflict. I fight for the prisoners to bring down those dungeons, and for these revolutionary political subjects to walk with me in those trenches so that we can decolonise this country.

When we approached the João Pinheiro Foundation, we did so because it had previously written a book about the history of black women in public administration, and I thought that was fundamental. What killed Marielle Franco and kills black women is invisibility. You work, you do, you produce, you produce science, all the time, but you remain invisible. So, I thought it was a fantastic initiative by the Foundation to have written a book showing the history of black women who have managed and are managing this state, many of them comrades who are still walking with us. It was fantastic! It inspired me.

I was much sought after when I won the election in 2018. Not just in Brazil, because I visited five other countries to talk about the institutional occupation of a black woman in the legislature, for the first time in the state of Minas Gerais, in 189 years of the Assembly. In 2018, it was the first time that a black woman occupied a seat there. And we built a collective campaign. Many people know the story of the "Muitas". Áurea Carolina, who spoke at the seminar earlier, is a great inspiration for this process of collective institutional occupation. That, for me, is "aquilombar"; it's not doing it alone, never doing it alone. So, in 2018, we occupied politics in a collective campaign. We even received 17,689 votes without a cent from any political party.

That's why it was important to research, analyze and describe these facts. In the same year, 2018, we also saw victories for those trying to deconstruct democracy. What was our role in this context? It was to hold democracy together. Not much, right? But we took on this task in 2018 and 2022. Even with the transition, with the change of party. I entered institutional politics with Psol, the Socialism and Freedom Party, and today I'm with PT, the Workers' Party. We tripled the number of votes when we were up for re-election. That also deserves understanding.

We've built some technologies and that's important. And it's not just me. I'm inspired by other mandates too, from other states. Black women are occupying parliament in Rio de Janeiro. Black women are occupying parliament in São Paulo. State and Federal. Let's talk about Érika Hilton. She is a great inspiration for black women who come from the periphery, who are not heirs, who will die with nothing to their name, but who occupy these spaces and bring innovation to them.

We picked out a few points from the evaluation report. The report helped me to see the mandate. Because we work, we're trained to work, but we don't evaluate ourselves and there's no evaluation method. The Legislative Assembly even has an annual evaluation report for deputies. But it analyzes everyone, and uses the methods mentioned by Professor Letícia Godinho. She noticed flaws in these methods, because they are very quantitative, they don't look at the quality of what is being produced in the legislative houses and how much it contributes to democracy.

So, I have a law degree. I have no difficulty reading laws, but I realized that the hand that writes the law is the white, straight, conservative hand and that it uses the law to control bodies. So, we've also used the law to abolish people, to abolish thoughts. Today, we have produced less legislation. It's not about hiring a law firm that hands you a bunch of laws and you go there and file them, but about building together, as we call it. Building with empowering groups that call on society to participate in the production of laws based on the demands of individuals. That makes me very happy.

Today, I was talking to the team about President Lula signing a law to guarantee rent for women who suffer domestic violence. And we passed a law like that in 2018. During the COVID-19 pandemic, here in Minas Gerais, we also approved aid for women victims of violence. Because we know that the place where women suffer the most violence is inside their homes. During the pandemic, how could they stay in the same place as their tormentor?

We had already created a technology based on these hearings, and that hasn't left my head. The listening space is very powerful,

because you don't create law just to fill your CV, but to actually change realities, and urgent realities. That's it.

We've done a lot of things inspired by the black movement of the 1980s. I take a lot of inspiration from Malcom X's speeches. Learning to read in order to teach our comrades. For example, what is a budget? A 400-page piece of paper arrives in your hand for you to amend. You read it, read it and then you're there, looking for dirt. Then you discover, for example, that R\$400,000 has been earmarked for women's policies in one year in Minas Gerais. Those of you in the public service, the majority of you here in the seminar audience, do you know what R\$ 400,000 means? With that amount, you can't even put out a call for tenders to hire people. So, it means that the state has no policy aimed at women, even though we are in a state where the number of women victimized by violence and lethal violence is only increasing - it's what we call femicide. So, you have to know the law. We are taking ownership of the budget and training people to do this.

We use a technology that we created in the cabinet, in the collective mandates, with Aurea Carolina and MP Bella Gonçalves, and we're sticking with it. I open the call for amendments. People sign up, organizations, municipalities, public bodies, the Foundation, and we allocate amendments, but we also build this strategy together so that, in fact, those who receive them can access the budget, which is the big challenge. The budget can't be left in the hands of white people. White people have the ability of those who colonized us to deal with the budget, they've been carrying it around for many years. So we're taking on the task of learning, but teaching at the same time, putting out notices, organizing work-

shops. More than 400 people taking part online, using technology, teaching people how to put the app on their mobile phones so they can take part. It's a challenge. The state of Minas Gerais doesn't have internet for everyone, but we've done it.

Doing politics by being present in the territory is also important, so it carries something fundamental - so fundamental that we tried to bring it to the evaluation report and to the new evaluations we do. We want all African technology to be present in our discourses, in our practices, even if I was very well colonized. That's "aquilombar". Aquilombar is not just an expression, it's bringing people together to build a nation project from the ground up. And then there's listening, presence. It's a ten or twelve hour journey. You spend more time in the car than at home. Even in meetings with five or six people. It's not the volume, but listening to the masters that has guided our work, and that's why some of the results have really caught the attention, including of the academia. The black people in the budget: we launched this here in the state of Minas Gerais. I think our specific cultural notice for congado is the first in the country.

But why am I bringing all this up? Because we have a government where I am the opposition. I'm not the Zema's government. I'm not here to evaluate the government, but I am the opposition to this government. So, building anything with this government is a "capoeira" strategy, with a lot of "ginga". But we managed to get the government to open a specific call for proposals just for "Congado". The challenge, then, is to convince the government to earmark part of the amendment to open the call for proposals and to train people to take part in the call for proposals. It seems like

all you have to do is open the notice and call the "Congado". It's not, you have to go further. There are also criteria for participation. We're also training, teaching, monitoring, correcting statutes, revising and showing that this is a process, because it's the law. Paulo Gustavo, Aldir Blanc, cultural notices, funds, etc. All of this goes through the same process. So, this "Congado" process draws attention. The state has come to recognise that "Congado" is the biggest cultural manifestation in the state of Minas Gerais. It's impossible for the state, with the public notices it has today, to cater for all the "Congado" in Minas Gerais. But today it recognises "Congado" as a culture, because it opened a public notice. The notice is from the state; it's the state recognising these people who were once persecuted and marginalized.

Finally, there's no getting away from the violence we suffer. No black woman is welcome in the Assembly or in the political arena. And the reaction of those conservatives who don't want us to move forward is increasingly violent, physically violent and violent in words. The greatest violence is psychological, because the person keeps harassing us, they take away our will to live. They keep trying to discourage us: "Get up, go away, because this place isn't for you!". And they do it in different ways.

You go to file a police report and you spend two or three hours showing the police officer that you're suffering from racism. And sexist violence too, which we know is the first step towards femicide. I've taken the last few cases to the Federal Police and I keep insisting. I'm taking the names and the social security numbers of the MPs, the police officers, everyone who keeps harassing me to stop my mandate from continuing. As a result, we have hear-

ings every month. Talking about pain is very difficult. You have to live through a hearing every month. Then there's the defendant and you're trying to prove that he's a defendant. There are threats, insults. We do it, we take everything, HD, everything, everything. And we did it. Even though the Civil Police have been playing an important role, we take everything. We have the printout. The hearing is a mockery. It's a mockery of the person.

Even so, we've made progress. There are 42 enquiries. Incredibly, the first seven defendants were police officers. Debauched. I make a point of saying that, because it will be in the police report. Seven police officers were defendants in my case and had to compensate me. And we don't stop there. The purpose of the lawsuits is also for us to understand the violence, to describe the violence. The cases are not confidential. So, you can all access them, get to know the defendants and find out what they're responsible for. But that's not all. We debated a law in the Assembly to conceptualize political violence. It's a bill that we presented in 2020, and only now has the House voted on it, after more women suffered violence and women who are not black. We are also talking about the intensification of violence against the black body. The body that is easy to hit, easy to kick. Now, the violence extends to other women, because of the agendas they defend, because of the places they defend. But we presented the bill. It's now law in the state of Minas Gerais. The state has to think about actions to reduce political violence, identify it in all environments and, above all, in spaces of power. In other words, in academia, trade unions, organizations, the Pentecostal church, etc. In any environment where women stand out, they have encountered challenges. And this law

passed by the Minas Gerais Assembly aims to recognise violence and present alternatives so that we don't continue to be beaten into silence.

That's my contribution. Thank you for the space. We'll keep going, radicalizing democracy.

---

NOTES:

<sup>2</sup> Andréia de Jesus is a former domestic worker, single mum, grassroots lawyer, second-term Member of the State Assembly of Minas Gerais, Chair of the Human Rights Commission of the Legislative Assembly of Minas Gerais (ALMG). Re-elected with more than 51,000 votes by the Workers' Party (PT), she is in her second term. Andréia de Jesus fights for access to housing, agroecology, public policies for quilombolas and traditional communities, more jobs, better healthcare, quality education and the fight against violence against women and racism.

## CHAPTER 7: MONITORING IS ROUTINE

Fabiana Pinto<sup>3</sup>

I'd like to start by introducing myself and the Marielle Franco Institute. I know that Mrs. Andréia de Jesus and most of the people taking part in today's seminar know the story of the institute's beginnings. The institute is an organization founded by Marielle Franco's family - by Dona Marinete, Marielle's mother; by Seu Antônio, her father; by Luyara, who is her daughter, and by Anielle Franco, Marielle's sister - to continue the work she did, not only in her political life, in her mandate, but also as an activist, as a black woman.

And I also want to start by reviving Marielle's mandate. Because when we look at the monitoring of what we're doing, now with the parliamentarians who have signed up to the Marielle Franco Agenda, it's very important to take it up again. Where did this come from? The institute actually began its activities in 2020. It was founded by the family in 2019 and began its activities in 2020, at the start of the Covid-19 pandemic, in an election year, when many candidates at that time were seeking out Marielle's family members to understand how they could say that they were defending Marielle's legacy. So there was an internal questioning within the organization about what it really means to defend this legacy, this way of doing things that Marielle Franco did, this politics that Marielle Franco did. How could we vote for a candidate who was committed to Marielle's memory? This was a very dear issue for us.

So, at first, in 2020, we built the Marielle Franco Agenda, which was a document with practices and policies, with a methodology. We had to revisit Marielle's legislative output. It doesn't seem like but it was just one year in office. If you look at everything, she did in less than a year, what that mandate did in less than a year, it's really shocking. And to think of what could have been... So, in 2020, we revisited this legislative output in order to understand the main policies to which Marielle was committed. And then we interviewed advisors, activists, party activists, people who built together with her, to be able to talk about the practices that Marielle and this mandate were committed to.

This is important for us to arrive at this model. What is this monitoring model we were talking about? It couldn't just be quantitative. We wanted to measure how political participation was taking place, popular participation within this mandate, Marielle's mandate. It had a division. Areas of action or major themes, which involved race, which involved the "favela", which involved the gender debate, which involved guaranteeing popular participation.

We were talking here at the seminar about collective mandates. I really like to look back at what popular mandates used to be. I think it's a guide to still have in this debate about the electoral process, and it was something that Marielle's mandate had a lot of, even though it was such a short mandate.

So, in 2020, we do this consultation, we consult the advisors, we consult the legislative production, we put this agenda out into the world and we say to the candidates: "Look, if you're saying that you want to be a candidate who defends Marielle's legacy, then commit to this document".

In 2020, one of the dimensions that most appears to us during the electoral process is the dimension of political violence. So, also at that time, we realized that we couldn't consider the start of these mandates, and look at and monitor these mandates, without considering the dimension of the impact of gender and racial political violence on these mandates, on these parliamentarians. In 2020, we created the Marielle Franco Agenda and, in 2021, with the start of these women's mandates, we began to realize a series of episodes of political violence. They announced what these women would go through, that they would have different barriers to be able to enforce these policies that we mentioned in the document, which we built collectively, with movements, with experts and consultants.

With the advent of the Agenda, the need arose to create a monitoring and evaluation strategy that would be able to dialogue with the practices of the Marielle Franco Agenda and with the policies of this agenda. It took a while before we managed to do this. Here I would like to refer to Lauana, from Rede A Ponte, who did the work of creating this strategy, of building this monitoring strategy together with us that takes into account these dimensions. And this, too, looking at the strategy of what was the work of monitoring and evaluating the mandate of Congresswoman Andréia de Jesus by the João Pinheiro Foundation.

In this strategy, the main objective, when we started talking about legislative monitoring, wasn't to rank, it wasn't to say which is the best MP, which is the best councilor, so that I could vote. Because I don't think that having a proposal for a bill that has been approved is enough to realize what the experience of

this parliamentarian, of a black parliamentarian in a legislative house is like.

And here I'll just make a parenthesis about this ranking technique. I remember an interview we did, in one of the Marielle Franco Institute's surveys on political violence, with Congresswoman Benedita da Silva. Now, for example, the results of the Congress in Focus Award have just come out. When Congresswoman Benedita da Silva gave us this interview, she said something like this: "There's one thing I still feel sorry about. It's the fact that I can't be nominated for the Congress Prize, because I have an ongoing investigation against me from when I was a minister". I think that if you hold public office, people can investigate, but she has never been convicted of anything, nothing has ever been proven. But in this Congress in Focus Award, if you have an investigation, you can't compete. I'm using this example here, which was taken from a deposition, to give you the dimension of what this ranking is, this award thing. This model can't handle the mandate of a congresswoman, a politician like Benedita da Silva. Imagine the situation of these young women, these black women, especially these black and trans women, who are being elected.

We commissioned this monitoring strategy, and this strategy was built in 2022. Firstly, we started by qualifying the Marielle Franco Agenda document, so that we could really improve and qualify these policies for the legislature. Secondly, we asked about the monitoring and evaluation strategy for this mandate profile. The main objective of this strategy is to guarantee systematic monitoring, with a view to strengthening these mandates and also convincing some mandates that monitoring is routine. Anyway, we started by

saying, as someone from the João Pinheiro Foundation also said: "The sooner you start, the better, because it becomes routine". We also needed to create an instrument that involved these mandates and that didn't depend exclusively on third parties, on a civil society organization, to be able to provide this support.

Because I think we have this role of providing support. Our monitoring strategy has many things, in methodological terms, that you already talked about at the seminar and that are similar. It aims to measure the contributions of parliamentary activity to legislative production.

And when we think, for example, about the supervisory role, the consistency, relevance and political coherence of the bills presented, understanding this Marielle Franco Agenda document, what were these public policies that we were presenting? The mandate's capacity for mobilization, which was the central point for us. This dialogue with its base, with the activist base. Is this mandate truly popular and participatory? Were the political practices used in these mandates in line with what was defended in the electoral campaign, but also with what was defended in this agenda document?

The indicators are also intended to measure this level of grassroots mobilization and activity, the encouragement of social participation, the adoption of these political practices that we talk about to diversify the mandate, to guarantee popular participation. We talk about honoring Marielle Franco's legacy in different ways. We talk about collectivizing. The agenda document is super beautiful! It's worth something a little more poetic. But it has the practices that were present in Marielle's mandate and the dimensions of the indicators, also understanding our limits and the limits of the organization.

I think that now the João Pinheiro Foundation report is going to be super important for us to be able to expand. The Ponte Network, too. But the dimensions of the indicators that we focus on are precisely political practices. So, trying to measure the adherence of the parliamentarian's behavior, parliamentary activity and measuring the effectiveness of the role of this legislator, watchdog and political liaison, taking the proposals of the agenda and this adherence to political practices as a guide.

On how to deal with the situation of political violence and other adversities of the mandate, thinking not only of the parliamentarian, but also of her advisors. Professor Marlise Matos, who is here today, will certainly be able to talk more about this. We often talk about the mandate holder, the parliamentarian, the deputy, the councilor, and don't look at the activists who will be out on the streets doing that street activity, presenting the mandate. They don't look at the campaigners, they don't look at the advisers. The criticism we often receive about collective mandates is about the lack of regulation of this model. When you are an advisor, you can be exposed to violence, just as much as the person who is the mandatory. But when you go to get support, when you go to get help and protection, you don't have it. And then the limits of this model are very clear. Unfortunately, at the moment, we don't see any legislation on the horizon to improve this.

I think my speaking time is running out, or has run out. I wanted to talk briefly about the challenges and prospects of the work we're starting now, this year, with these parliamentarians. Geovani, my colleague, is also here. He joined the institute's team a few months ago to dedicate himself to this. He has a challenge

about the relationship with the women parliamentarians, about the challenges of the legislative assemblies' websites. Some are great, others are bizarre. Then there's the role of civil society itself in influencing this, this access to information, this relationship challenge. I'm talking about being able to impress on this mandate and this parliamentarian the importance of establishing a routine for follow-up, monitoring and evaluation that doesn't just mean arriving at the end and making an assessment and even producing something unfair to the parliamentary performance itself, which doesn't take these dimensions into account. Or else, since it's not a routine thing, that doesn't take into account all these dimensions that we propose in this monitoring proposal.

Today, we are returning to the 2020 elections, which are for councilors, when we still didn't have a monitoring strategy in place, so that we could really take stock. We believe in the transformative potential of the practices included in the Marielle Franco Agenda. We are also developing the website so that the mandates themselves can collect and provide this data directly. And I think this is only possible when you have this involvement and when the mandate wins, the mandate always wins. But I think it's also about showing these parliamentarians how they can win by getting involved and being responsible with these strategies, whether it's through the A Ponte Network, the João Pinheiro Foundation, the Marielle Franco Agenda or other agendas of fellow members of civil society organizations.

This is going to be a strategy, thinking from an electoral perspective, of electoral strengthening, important in 2024. What will this balance be like? How are we going to have other Andréias dep-

uties, who from one election to the next have a boom in votes, doing well in office? It's by showing and also communicating that the mandate had a good result, despite countless episodes of political violence, despite an extremely conservative legislative house, despite a series of other barriers to political and parliamentary activity. So, I think this is our challenge, which is already being faced and thought about for the next cycle, encompassing not only the female deputies, these 32 black and trans deputies, but also the councilors who started there in 2020 with us. Thank you, people!

---

NOTES:

3 Coordinator of Advocacy and Research at the Marielle Franco Institute.

## PART 3:

### **POLITICAL VIOLENCE BASED ON GENDER AND RACE**

**Transcription:**

Lucas Moreira Barreira

**Preparation of the text for publication:**

Cláudia Torres Lopes and  
Marina Alves Amorim

**Translation:**

Lucas Moreira Barreira and  
Helena Sanches de Oliveira

## CHAPTER 8: INITIAL CONSIDERATIONS ON POLITICAL VIOLENCE BASED ON GENDER AND RACE

---

Marlise Matos

Good afternoon to everyone. It's a joy to be here. Today, at the event organized by the State, Gender and Diversity Research Group, Egedi, in partnership with the Women's Studies and Research Centre, Nepem, I met some very dear people who we've been following for many years, and it's always a pleasure.

I started out 20 years ago studying the under-representation of women in institutional politics, and I quickly discovered that we didn't have to talk about the under-representation of women, but rather the political exclusion of women. And unfortunately, 19 years later, I'm talking about the political femicide of women. So, a first point: it's crucial to realize that we're not moving forward at the speed of light that we'd like; we're not moving forward with the same force and intensity that many of the women here today want. The pace is not exactly what we like.

Mrs Andréia de Jesus spoke of the corrosion of democracy as a process. It's no longer a crisis. What I want to start by showing is precisely the global data on this growing and frightening process. I think we always need to ask ourselves this question: where are we going? We have to make room in the minds and hearts of Minas Gerais' public managers for them to realize that we are also doing Political Science and Public Management, with excellence

and quality. This is a continuous learning process. We are, in fact, dealing with the deepest aspects of democracy. So the challenges are not small, at least in the special context we are living in today, which is this very serious process of corrosion of democracy itself.

I'm going to start my presentation by talking about data on autocratization in the world, which is a global process in progress. Measuring democracies is a monumental challenge. We've just talked about the challenges of measuring and evaluating legislative mandates. Imagine what it means to measure political systems and regimes that are, of course, multidimensional. We have to create instruments. We have no other role as political scientists than to create mechanisms, methodologies, strategies and technical approaches that allow us to measure democracy, even though we know that democracy extends far beyond our indicators. Various organizations have done this work of evaluating political systems around the world. I chose Varieties of Democracy, or V-Dem, a Swedish institute that standardized indicators and brings together more than 4,000 researchers who are trying to measure the democratic game. This institute classifies the world's democracies, but we know that there is no universal, hegemonic, consensual standard. If you looked at other institutes, perhaps they would have different rankings.

The last V-Dem report, for 2023, was made using data from 2022. I'm going to present them to you because I think this data gives us an idea of the size of the challenges we face. It's up to me to justify a context of escalating political violence. And the move I want to make here is to try to make you realize that the advance and escalation of political violence is directly proportional to, or very perversely linked to, the global movement of the rise of ex-

treme right-wing regimes around the world. Therefore, to the process of the corrosion of democracy, or, as Political Science - always euphemistic and using its beautiful words to say very perverse and horrifying things - has called it, this process of autocratization, which is the fascistisation and corrosion of democracy.

I'm going to make the defense, as Andréia de Jesus pointed out, of liberal democracy. The one that didn't include us. The one that, from the moment it emerged into the world, made a sexual contract and a racial contract for the subordination of women and black people. A modern contractualism that was racist, misogynist and sexist. But it is this democracy, with all these defects, that we are having to defend lately, because the overall picture is serious. When you start to see deficiencies in liberal democracies, we enter electoral democracies, with less participation and fewer public controls. Another stage is electoral autocracies. Brazil has suffered autocratic attacks and has been classified by V-Dem as an electoral autocracy. It won't be until 2022, with the last presidential election, that we leave the condition of electoral autocracy. And then there are the dictatorships, the closed regimes. That's the map of the world today.

When we look at the distribution of political regimes in the world, it may seem that we have more democracy. But I repeat that we have liberal democracy, with all its limits and exclusions. If we consider the number of people, we realize that 72% of the world's population was living in autocracies by the year 2022. That's 5.7 billion people who don't live under democratic rule. And only 13 per cent are living in liberal democracies, which are full of problems. This is to contextualize the size of our challenges.

Today, we are here in this space, at the João Pinheiro Foundation's School of Government, defending democracy. Out there, things are moving fast and escalating towards a generalized picture of democratic breakdown. Brazil, Poland, Hungary, India and Turkey are considered by V-Dem to be the countries that have suffered most from democratic breakdown. In all of them, the situation has worsened since the 2010s. I won't have time to go into this at length, but I'm going to be defending my thesis as a full professor on democracy in Latin America at the beginning of 2024. In it, I'm going to talk about three cycles: first, the Latin American pink wave; then, a preventive counter-revolution, which is the name I give to the anti-democratic attacks that brought down the center-left regimes that occupied the Latin American agenda from 1998 until 2010 or so; and a neo-conservative cycle.

In 2015, I wrote, very frightened, about the sexist and misogynistic violence suffered by the only woman to have reached the Presidency of the Republic in Brazil. What happened was truly frightening. Things really weren't right there. Dilma Rousseff was easy prey for the anti-gender activism that was also unleashed here. And anti-gender activism, which is a global dimension of this neo-conservatism, is an explicit element in the expansion of political violence. So, in this sense, today Brazil is among the ten most autocratic countries in the world, even with the achievement of 2022. And Áurea Carolina<sup>2</sup> spoke about this when she said that we are living through a transition. Brazil is not fully democratic today, if it ever was fully democratic. But even with the rules and procedures of liberal democracy in mind, which are quite limited, international institutes don't class Brazil as a full democracy. This

certainly has to do, in my opinion, with the 2018 election, with a neo-conservative movement occupying the political scene.

Women are also recruited by anti-gender activism, racist activism, lesbophobic activism. And so on. We have parliamentarians today who dedicate their political agendas to promoting political violence against all these segments. So we went after the measurement of political violence, including research by the Marielle Franco Institute, mentioned by Fabiana Pinto<sup>3</sup> at this Seminar. In 2020, Nepem did some research on this. This is one of the problems with our research into political violence, because we don't have universal, generalisable data. We don't have a national diagnosis on political violence, because we don't have a national survey on political violence. This is one of my fights at the National Observatory for Women in Politics, because we do need a national diagnosis. What we do have are surveys that analyzes data from newspapers, magazines, websites and the media and compile them.

The two peaks of political violence shown are during the 2020 elections and then the 2022 elections. Giel, the Electoral Research Group at the School of Political Science at Unirio, the Federal University of the State of Rio de Janeiro, has been mapping this for much longer. I made a point of asking for this data for these periods, so that we can see the escalation of political violence during the electoral campaign. This is a fact that the data is already showing.

I'm going to talk about two political femicides that have a very strong mark on Latin American history, because it may be sad for many people, but Brazil is part of Latin America. In terms of geopolitics, we occupy a very important role within the Latin American continent. The first political femicide I'm going to talk

about happened 11 years ago, that of Juana Quispe Apaza, who was a councilor in a municipality near La Paz, Bolivia, called Ancoraimes. She was murdered, strangled, because she began to denounce the violence she was experiencing. The murder took place on 13 March 2012, and on 14 March a few years later, in 2018, Marielle Franco was executed in Rio de Janeiro. This is not a chronological, astrological coincidence, but an orchestrated, intentional move. Marielle also suffered political feminicide.

Latin America was the first region to recognise the phenomenon of political violence. The first international treaty was produced by the Inter-American Human Rights System, which created a declaration on abuse and political violence against women and the first national laws to confront political violence. Our colonial history leads us to think of a form of entrenchment that I have recently called patriarchal, racist, cisheterosexist entrenchment. From 1994, when we approved the Inter-American Convention of Belém do Pará on Combating Violence against Women, until we reach 2021 with the two pieces of Brazilian legislation. I would like to point out that political violence is always intersectional, like almost all forms of violence against women. It's important to understand that it happens in the public sphere, in the private sphere, online and offline. It doesn't just happen on social media. It is associated with gender and race, lesbophobia, transphobia and ableism. All these dimensions need to be taken into account.

I'd just like to remind you of the proposal for laws, which Mrs Andréia de Jesus has already mentioned in this Seminar, and which we are very happy to be following closely. But, Mrs Andréia, we have to move forward. Moving forward means building a network

to confront and protect women in situations of political violence. It's urgent, it's necessary and it's a precondition. I myself am tired of supporting women who get elected and literally handing them over to the lions. Handing them over to the circus. Handing them over to their tormentors, without us building a wider protection network so that they can stay there. So we need to build all these networks in the state of Minas Gerais. I hope that we are at the forefront of this. Nepem is committed to this mission. We're going to build and agree on these networks. I've been to the Superior Electoral Court, the TSE, I've been to the Women's Prosecutor's Office of the Legislative Assembly of Minas Gerais. I've also been to Sedese's Women's portfolio, the Undersecretary for Women's Rights Policy at the Minas Gerais State Secretariat for Social Development. So I've been going wherever necessary so that we can agree on a unified protocol for assisting women in situations of violence and agree on flows. Because our legislation is silent and, in the omission, women are losing their lives.

Finally, an example of good practice that a network could promote is to make a violentometer, as there is for domestic violence. What are very serious situations of political violence? What are warning situations of political violence? What are electoral campaigns without violence or political experiences without violence? I would say that here in Latin America we have a very specific situation that needs to be highlighted. That's why it's important to look at Brazil as an integral part, as a constitutive part of Latin America: we combine non-modern patriarchy or pre-colonial patriarchy with modern colonial patriarchy. We combine this with what some decolonial authors call patriarchal entwinement, of patriarchies

with coloniality. This adds a content of violence. We combine it with racist, patriarchal, intersectional oppression. We combine this with something that my friend Márcia Tiburi has named with this horrible name, but which is worth mentioning; it's patriarchal turbo-technonazimachofascism. It's where you have not only the rooted historical heritage, everyday life, but also the digital media as racist and misogynist. So this is a fight we need to wage.

---

**NOTES:**

1 She has a degree in psychology and training in quantitative methodology from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), a master's degree in psychoanalytic theory from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), a doctorate in sociology from the University Research Institute of Rio de Janeiro (Iuperj), and further training in international human rights law from the University of La Republica (Udelar) and the University of Buenos Aires (UBA), with support from the United Nations (UN). She was a professor in the Department of Sociology and Politics at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio) between 1996 and 2005. She is a professor in the Department of Political Science at UFMG, and coordinator of the Centre for Studies and Research on Women (Nepem) and the Centre for Feminist and Gender Interest (CIFG) at UFMG. She is also the elected co-chair of the Research Committee 32 Women, Gender and Society of the International Sociological Association (ISA) and the Latin American representative of Sociologists for Women in Society (SWS). She was Civil Society Advisor at UN Women Brazil for two terms - 2013-2014 and 2015-2016. As a researcher, she has worked in the areas of gender relations, public policy evaluation, public policies and diversity, representation and political participation of minorities and social movements, women's political behavior and a wide range of human rights issues, especially those of women. She also has experience in the areas of sociology and politics of gender relations, social inequalities, planning, evaluation and monitoring of public policies and citizenship.

2 Áurea Carolina de Freitas e Silva, former councillor of Belo Horizonte and former federal deputy for the state of Minas Gerais, was also a guest at the seminar.

3 Fabiana Pinto is the Teaching and Research Coordinator at the Marielle Franco Institute, and took part in another round table at the seminar, the one dedicated to evaluating mandates.

## CHAPTER 9: CHALLENGES, LESSONS LEARNT AND OPPORTUNITIES OF THE FEMINIST AND ANTI-RACIST PARLIAMENTARY ROUTINE

---

Germana Accioly<sup>4</sup>

Speaking after Professor Marlise Matos is a tremendous challenge, my God! My name is Germana Accioly. I come from Recife to speak at this seminar about the place of those who work in parliamentary mandates. I worked for 20 years in activist mandates in Brazil, in the three legislative houses - federal, municipal and state. I was chief of staff of the Juntas codeputadas, but that's not where I started. I'm talking about the Juntas in the first place because they've already been mentioned here and I know you know them. I had planned to make a presentation, but I think that, given the time, I'm going to continue my presentation without projecting it, talking to you, telling you a little about myself, about my career. I worked for Recife councilor Dani Portela as her chief of staff and I was also chief of staff for Recife councilor Ivan Moraes. In all these mandates, I observed and began to understand some practices and some major difficulties that the team faced, which I prefer to call challenges.

You've already said at the seminar that we need to take care of parliamentary teams who live in situations of violence. It's not just external violence that affects the teams. In general, they are affected by violence that comes from various places. There's violence from the institutional house to the office, there's violence from the

street to the office, there's violence from the office to the office. It's still a very subjective perspective. But with all this background I have, I received a mission and an invitation from Nossas, which is a non-profit organization, to investigate activist mandates in Brazil as a consultant, precisely by surveying the weaknesses, so that we can understand where care needs to be taken. Many organizations already take care of mandates and offer services in the areas of legislation, self-care and security. But what Nossas wanted to understand is what is missing, what we need at the top and what isn't there. In short, it's a diagnosis. So I interviewed more than 50 mandates in this process, putting together interviews I did by video or in person, plus forms I sent out, which they answered and which came back to me. I came to the conclusion that what we were experiencing there in Recife, changing the characters, the situations, is the same as what people are experiencing in Belém, in the interior of Paraíba, in São Paulo and Rio de Janeiro. The idea is that I'll talk a lot about my experience, but I want to talk about my experience while bringing preliminary results from the consultancy, because the experiences are not just mine. This experience is the experience of many, of all.

There are some phrases I've heard while working with Nossas, phrases that I'm keeping anonymous, like this one: "I don't come from institutional politics, which I think is even more violent. It's shouting, it's cutting off the microphone, it's threats, everything they can do to make the environment inhospitable". This was a speech by a parliamentarian from the interior of São Paulo. And I wonder: if a parliamentarian experiences this situation in plenary, how does she get through to her team? How is she going to charge

this team? It's a team that comes from a militant background and that often worked together with the parliamentarian in the movement. What's more, when you turn the key to institutionalization, this team has no or little preparation. What I see is that the first years of activist mandates are painful, they are years in which you try to understand how legislative houses work, and sometimes you don't understand why no one helps you properly.

Another point is that this person who comes from militancy and enters parliament, in a mandate that defends workers, enters with a precarious employment relationship. They're either outsourced or in a commissioned position. They don't have the right to the Severance Indemnity Fund (FGTS), they don't have the right to unemployment insurance. What is the situation like for these professionals?

We also have to talk about the loneliness of these parliamentarians. There are two pieces of data, both from Rede A Ponte, that I think demonstrate this loneliness, and it's something that also reverberates in the teams. In the municipal legislative houses in Brazil, 1,800 women are alone, 1,800 women councilors. That's not counting the legislative houses that have no women parliamentarians. Another alarming statistic: in 2016, 16,131 candidates did not receive a single vote; of these, 14,417 were women.

When women are elected, they face another problem. I'm saying this to talk about the party. There's another problem, because the party is betting that the woman won't be elected. When she is elected, the party does everything it can to make her give up. Then comes the whole dispute, even if there's another mandate from the same party in the same legislative house, because people live in a

state of campaigning. Living in a state of campaigning is like living in a state of passion, and nobody can stand living like that all their life. It's exhausting, people. It's serious. I campaigned for 20 years of my life. And that's how we live in activist mandates in order to survive, to balance so many plates.

In this consultancy work, I identified a few things. For example, the difficulty of differentiating between activism and consultancy, of understanding the boundaries. What's the big question? This is so complex that I think I could spend ten minutes talking about it. Why is that? The difficulty is this: when activists enter the legislature, they are faced with the reality of a parliamentarian who can't do anything. But how do you continue to dialogue with the militants, with our movements? How do you continue to nurture that movement when the movement's expectations are different and you're frustrated? You have to understand these limits. Some of the people in that movement have probably become advisors. The frustration is even greater because it falls on the backs of these people.

I'm going to move on to another point, which is the team's training needs. The teams don't arrive trained. I'm a trained journalist, but I'm not a legislative journalist. So it's all a problem, there's a nomenclature; there's the translation of that nomenclature, which is also very important, because the nomenclature itself doesn't communicate, right?

In short, political violence in the legislative houses, as I've already said, is from the inside out, from the outside in and from the inside out. The precarious nature of the staff and the high turnover need to be mentioned. I came across a two-year mandate where 21 people came and went. There was no one who had been there

from the start. Planning, most of the time in these mandates, is done in two or three days. And I think it's amazing to do planning, it's not a criticism. Activist mandates are always putting out fires and with that comes frustration, because we can't fulfill our plans. That's the problem. Then we can't manage our flows, so we can't keep the team.

And finally, something that was unanimous in the mandates I interviewed: mental health. What does mental health have to do with feminist, activist and anti-racist mandates? One of the people who spoke to me put it this way: "the lack of organization generates mental health triggers". I thought that was a very, very, very strong phrase, because it's true that we need limits. It's true that we need to know what we're going to do, in order to feel a little more secure and perhaps with our feet on the ground. And since it's not the mandate that manages the agenda, it's the legislative house's agenda, the political routine that I've already mentioned, which is so frustrating, it takes away our ability to reflect, it takes away our ability to evaluate.

In the Juntas experience, for example, which was an incredible experience, the first all-female feminist mandate in Pernambuco, I suffered a lot and everyone else suffered a lot. We started to create self-care technologies so that we could move forward, and we succeeded. But it took a lot of struggle. There was a psychologist who looked after the Juntas, one who looked after the coordinators and another who looked after the team once a month.

Mandates are living organisms and react to the organizational climate and the political climate. So, in my opinion, we need to look after these mandates from before they exist. When we're cam-

paigning, we realize that the party is fighting against us. When we enter the legislative house, we are already attacked by the security guard at the gate, who turns to me and asks: “What about those clothes you’re wearing? Where did you buy it? That hippy costume of yours?” How do you start working like that, people? I’m a person with this layout here, a white, light-eyed woman, aren’t I? Imagine what black people and trans people go through. So if we don’t strengthen the processes, the teams, and fundamentally respect the DNA of each organization, I think we’re going to continue, unfortunately, very unfortunately, electing and not re-electing, electing and breaking down in the middle.

Anyway, that’s it. I’d like to thank you for the opportunity and say that it’s an honor to come from Recife and listen to you. It nourishes us too. I think we need to exchange more. I don’t know what instrument we can have that can prevent political violence, because violence seems as ethereal as air to me at the moment, for those who work in this field, for those who choose this advisory role, this precarious role, in my opinion. So that’s it. Thank you very much.

---

#### NOTES:

4 Germana Accioly is a journalist who has worked in mandate management for more than 20 years, in all three spheres of the legislative branch. She built the Occupy Politics Movement and was chief of staff to Pernambuco federal deputy Fernando Ferro, Recife councilor Ivan Moraes, the Juntas Codeputadas and Recife councilor Dani Portela. She is a consultant for the legislative field, with an emphasis on women’s mandates, internal management, strategic planning and relations with legislative houses.

## CHAPTER 10: ELECTORAL PERSPECTIVES ON GENDER-BASED POLITICAL VIOLENCE

Carina Bortolini<sup>5</sup>

Good afternoon, everyone. Thank you for inviting me. My name is Carina Bortolini, I’m a civil servant in the Electoral Court, I work in the Research and Citizenship Section of the Regional Electoral Court, the TRE, here in Minas Gerais. There, today, I hold the position of coordinator of the Women’s Participation Commission.

To begin with, I’d like to talk a little about my experience in the Electoral Court. When I took up my post in the Electoral Court 17 years ago, I went to the countryside, to the electoral office, which is where we really deal, tête-à-tête, with the people, with the voters, with the candidates. I started there, still very inexperienced, but I soon noticed the first traces of political gender violence, even if I didn’t understand it. I noticed what seemed to me, at first, to be a lack of interest among women in running for office. Then I realized the scenario of that town, in the Campo das Vertentes. It’s a very small town that lives the reality of many country towns that we see around Minas Gerais and Brazil, which is that of consolidated groups that alternate in power, right? There, in this case, there were two economically privileged white men. That’s how it was for the almost eight years that I stayed in that city. They kept alternating until, the year I left, there was big news in the city, which was the election of a new man, only younger, also white, also from a privileged economic class.

I came to Belo Horizonte and went to work in a registry office in Venda Nova, which is very close to Ribeirão das Neves. There, I saw gender-based political violence much more face-to-face. At the time, I was responsible for the accounts of elected and unelected candidates. And I saw all kinds of violence being suffered by the women who came to see me. Many were running at the insistence of the party, to fill the 30 per cent quota, without knowing what they were doing, but trying to occupy that space. When they weren't elected, they were desperate, because they had no support in their accounts, since the party left them adrift. Many of them don't even know what that is, right? The summons would arrive and they'd ask: "What's this I owe?" Others didn't even know they were candidates. They would only find out they were candidates when the accounts were filed. Women who sometimes signed a form claiming to be a party member and who, all of a sudden, were candidates, weren't elected and owed the electoral justice system. There are those who, with all this difficulty, still decide to run, but once they do, they have no support. They are simply ignored by the parties. At the time of the election campaign, there is no transfer from the Party Fund, from the Electoral Fund, which is obligatory, but this often goes unnoticed, because if they don't go to the courts to claim their rights, this too will pass.

After that, I finally came to the TRE's headquarters in Minas Gerais and I'm currently in the Research and Citizenship Sector, where the Women's Participation Commission is based. There, we observe this scenario and try to come up with a solution. We try to provide information and discussions on this issue. A little over a month ago, we were in Conselheiro Lafaiete for a seminar similar to this one, where I met State Representative Lohanna França. I

was very struck by her speech, because she is being threatened with death and rape. The reason for this? She helped pass a bill that establishes Atypical Motherhood Week. It's a bill that supports women who have children with disabilities. Why should that generate so much hatred, right? So it doesn't matter what the agenda is, it doesn't matter what the fight is.

When we put the lens of race, homophobia and transphobia on it, it only gets worse. There are so many other cases we can cite, apart from Lohanna's. Our colleagues who spoke here earlier, Manuela D'Ávila, Mrs Andréia de Jesus herself, many of them can tell us about the violence they suffer. There are so many others who don't even report it. I'd also like to quote a speech by Mrs Erika Hilton, which I found very interesting. She said the following: "I have to fight so hard to be able to combat this violence and try to talk about this violence that there is no space left for me to defend the agendas, for me to defend the projects". This is not by chance, this is a strategy to ensure that these women are not in politics, that these agendas never get there. Because, after all, they are so worn out from fighting political violence that there is no space left to defend what really matters.

I brought a great tool, the booklet on Political Gender Violence from the Observatory on Political Violence Against Women<sup>6</sup>, which was produced by the TSE. Taking an en passant look at Brazilian legislation today, enacted in 2021, Law 14.192, which conceptualizes political gender violence: political violence against women is any action, conduct or omission, with the purpose of preventing, hindering or restricting the political rights of women, as well as acts that also imply distinction, exclusion or restriction

of the recognition, enjoyment or exercise of their rights and fundamental political freedoms.

Another important part is knowing who the aggressors are in gender-based political violence. According to the booklet, the aggressor can be institutionalized. So, as Mrs Andréia de Jesus herself said, in her case it was police officers. Other examples are the Security Forces, the Armed Forces, government institutions, representatives of the three branches of government, electoral agents and public servants. Also in the non-state political sphere, we have candidates, party leaders and members and paramilitary forces, and in the social sphere, media outlets, voters. We can also include social media, religious leaders, the community itself and employers. Gender-based political violence does not only victimize female candidates. Of course, we are focussing on this, but we are also thinking beyond it. So the victims, in the political sphere, can be candidates, elected or not, elected women and activists. In the institutional sphere, members and employees of electoral bodies, employees and the Electoral Justice, police and security forces, public servants, members of the federal, state and municipal public administration. In the professional sphere, journalists and activists. And in the individual sphere, citizens and voters.

A very interesting point made in the booklet is the timing of gender-based violence, because it's not just during the election. In other words, it's before, during and after. The booklet also tells us a little about the location of this violence, which can be a trade union, a political party, a professional association, all branches of direct and indirect public administration, etc. And finally, the booklet outlines the types of aggression that can be physical, as in the case of Marielle

Franco, for example. Non-physical violence can be moral, symbolic or economic, which can manifest itself in a party's refusal to transfer campaign funds. As well as non-physical violence, there's also psychological violence, which I think everyone suffers, don't they?

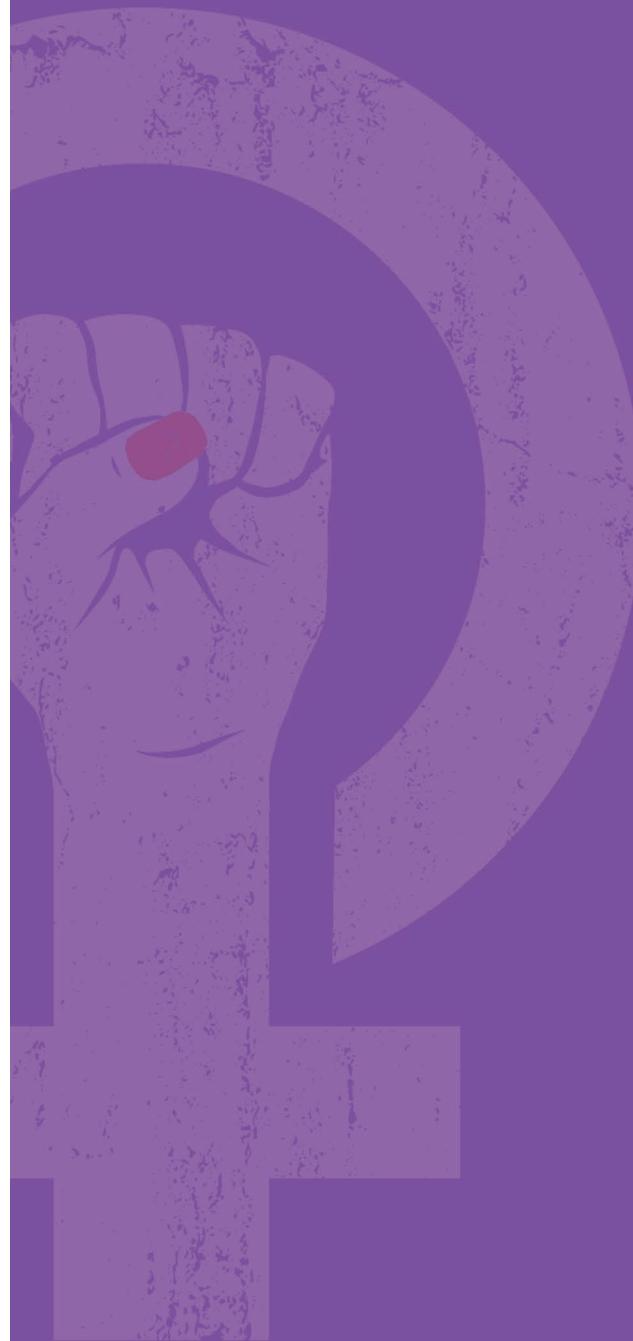
Finally, I'd like to make a point, because we're dealing with political violence from this angle, but political violence is something much more generalized. Why is that? Because when we talk about women occupying spaces of power, whether in politics, the social sphere, public bodies or private companies, we need to provide the conditions for these women to remain there. There's no point in giving them the conditions to get there and not giving them the conditions to stay there. Because every public policy is designed for men, isn't it? What you want is for women to occupy positions, but you want them to be men, to act like men. So I'll give you an illustration, for example, of the working day and the working day. It's a working day that doesn't cater for women. Why is that? Because women are the carers. Women look after their children, women look after their parents. The majority of women are housewives. It shouldn't be this way. But as long as women are in charge of 99 percent of everything in our society, they should be given different conditions, right? Working hours? Yes! Time off? Yes! So public policies need to change. We need to change these mentalities. As long as they are overburdened with all these duties and all this violence, we have to give them different conditions. With that, I close and thank you all.

---

NOTES:

5 Coordinator of the Women's Participation Commission of the Regional Electoral Court of Minas Gerais (TRE-MG).

6 Available at: <https://transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha-PTBR.pdf>. Accessed on: 02 October 2023.





**fundep**  
fundação de  
apoio da UFMG

